

VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN

V.6, n.1 - 1993

Escreveram
neste número:

Moacyr de Góes

Maria do Livramento

Miranda Clementino

Maria da Conceição de

A. Moura

Edna Maria Furtado

Márvio Francisco A.
de Medeiros

Rita de Cássia

da Conceição Gomes

Antônio Eduardo
de Oliveira

Carlos Newton Júnior

Zenóbia Collares

Moreira Cunha

Raimundo Torquato
de Figueiredo

Eleonora Tinóco

Beaugrand

Assis Brandão

Dalcy da Silva Cruz

Lincoln Moraes



VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN

V.6, n.1 - 1993

Escreveram
neste número:

Moacyr de Góes

Maria do Livramento

Miranda Clementino

Maria da Conceição de

A. Moura

Edna Maria Furtado

Márvio Francisco A.

de Medeiros

Rita de Cássia

da Conceição Gomes

Antônio Eduardo

de Oliveira

Carlos Newton Júnior

Zenóbia Colares

Moreira Cunha

Raimundo Torquato

de Figueiredo

Eleonora Tinóco

Beaugrand

Assis Brandão

Dalcy da Silva Cruz

Lincoln Moraes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



Reitor: Geraldo dos Santos Queiroz
Vice-Reitor: João Felipe da Trindade

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Geraldo de Margela Fernandes
Vice-Diretor: José Lacerda Alves Felipe

Chefes de Departamentos:

Artes: Vicente Vitoriano de Carvalho
Ciências Sociais: Antonio Alfredo Santiago Nunes
Comunicação Social: Aderson de Carvalho França
Filosofia: Hermano Machado Ferreira Lima
Geografia: Ademir Araújo da Costa
História: Luiz Eduardo Carneiro Costa
Letras: Anecildo Batista de Carvalho
Psicologia: Zeneide Ferreira Alves
Psicologia Aplicada (SEPA): João Carlos Tenório Argolo
Diretor da Escola de Música: Ronaldo Ferreira Lima

Digitação e Composição: *TEXTOS informática*
Revisão da matéria composta: Os próprios autores

VIVÊNCIA. UFRN. CCHLA. Natal: Ed. Universitária, 1983 -

Semestral

1. Humanismo - Periódico
2. Ciências Humanas - Periódico
3. Comunicação Social - Periódico

RN - UF/BCZM CDU 130.2.3(05)

SUMÁRIO

Moacyr de Góes

A QUESTÃO DA ÉTICA (discurso de paraninfo) 05 - 16

Maria do Livramento Miranda Clementino

A DUVIDOSA RESPOSTA DAS ZPE's (notas para uma discussão) 17 - 31

Maria da Conceição de A. Moura

CAMINHOS COGNITIVOS DA COMPLEXIDADE 33 - 41

Edna Maria Furtado

Márvio Francisco A. de Medeiros

Rita de Cássia da Conceição Gomes

A CULTURA DA MANDIOCA E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO
Serra de Sant'Ana - RN 43 - 57

Antônio Eduardo de Oliveira

A ESTÉTICA DO GROTESCO NA OBRA DE JOSEPH CONRAD 59 - 66

Carlos Newton Júnior

ESTÉTICA E TEORIA DA ARQUITETURA: CONSIDERAÇÕES . 67 - 83

Zenóbia Collares Moreira Cunha

A LITERATURA E O PODER 85 - 105

Raimundo Torquato de Figueiredo

A OPINIÃO PÚBLICA E A COMUNICAÇÃO DE MASSA. Uma
análise crítica do problema 107 - 118

Eleonora Tinôco Beaugrand

TURISMO: O PREÇO DO SONHO 119 - 132

Assis Brandão

O CONTRATO: DO DIREITO À POLÍTICA 133 - 142

Dalcy da Silva Cruz

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: ENSAÍSTAS DOS
ANOS 20/30 (Algumas notas de leitura) 143 - 158

Lincoln Moraes

O MARXISMO E A PARTICIPAÇÃO NO ESTADO CAPITALISTA 159 - 182

A QUESTÃO DA ÉTICA

(discurso de paraninfo)

Moacyr de Góes

UFRJ

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.5-16, jan/jun, 1993

Autoridades presentes

Professores e Estudantes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Meus Paraninfados:

Quais as forças exotéricas e cabalísticas que vos fizeram escolher a data de hoje para o dia da vossa formatura?

Esta, realmente, foi a primeira pergunta que me veio à cabeça, ao receber vosso honroso convite para vos paraninfar, nesta noite de glória e alegria.

Aí me dei conta de que, através da História, este tem sido o comportamento do homem: quando ele não sabe explicar os fenômenos que o cercam, ele apela para o sobrenatural - vivendo o insondável, ele se consola em conviver com as suas verdades próprias, exotéricas algumas vezes, e trilha, sem se dar conta, os caminhos de sua alienação da realidade.

Este breve filosofar de introdução parece não ter nada a ver com a beleza da hora que nos reúne aqui, à sombra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mas tem. Vou explicar.

O paraninfado é a última aula de uma formação. E mais: não é uma aula curricular, definida pela instituição; é, antes, uma aula escolhida pelos formandos. Ao escolher um paraninfo, as turmas estão mandando um recado: escolhemos seu nome porque conhecemos você e o que você vai dizer nos interessa ouvir e discutir. Assim, há um encontro de inteligências, emoções e vontades. Eu fui o vosso escolhido e isso me honra muito, ainda mais quando destes às vossas turmas o nome de **Djalma Maranhão** - um nome emblemático para a nossa terra e nossa gente, símbolo de político ético, valor raro no mercado brasileiro de hoje.

Agora, volto ao meu filosofar inicial e tento explicar toda essa introdução. É que ao agradecer o vosso convite e perguntar a data da solenidade, o Diretor de "Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes", o ilustre Prof^o Geraldo Margela Fernandes me respondeu: - 24 de agosto.

Na minha cabeça de professor de História, o 24 de agosto está ancorado em dois episódios marcantes e cruentos: a noite de São Bartolomeu, no Paris de 1562 e a tragédia de Vargas no Catete do 1954. Isso foi um impacto.

Na mesma hora comecei a formular a aula que por vós era reivindicada. Refleti. Examinei alternativas. Cheguei à conclusão, pensando a atual situação política do Brasil, que seria oportuno discutir a questão da ética, tendo como fundo de quadro o nosso país de hoje, as experiências históricas dos 24 de

agosto de 1962 e 1954 e o testemunho de vida de **Djalma Maranhão**, vosso Patrono.

A matéria-prima é da melhor qualidade e só temo que para tal tarefa me falte o "engenho e arte" camonianos. Foi assim que desanuviei as forças exotéricas e suas bruxas e, com os pés no chão da realidade histórica, me preparei para esta reflexão sobre a ética, a vossa última aula em nossa querida UFRN.

Falando sobre o tema "Moralidade Pública e Moralidade Privada", no ciclo de conferências "A Ética", promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em 1991, José Arthur Gianotti pergunta:

"Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo? Nos anos 60 a política ocupava esse lugar e muitos cometeram o exagero de afirmar que tudo era político. Que mudanças se deram em nosso quadro intelectual para que outros agora possam dizer que tudo é moral?"

Logo depois o professor da USP dá a resposta:

"... não mais se acredita numa escatologia, numa doutrina de consumação dos séculos e da história".

E volta a perguntar:

"Como é possível hoje se falar num salto para o futuro, depois da desintegração dos países do Leste europeu, quando não parece haver para o modo de produção da riqueza outra forma que não o capitalismo e quando o futuro se torna incerto e miserável, quando o presente deixa de ser o sintoma deste mesmo futuro?"

É ainda o mesmo filósofo da USP que dá os parâmetros para a vida de hoje:

"Cabe agora antes de tudo saber como nos relacionamos uns com os outros dentro desse estreito presente que nos restou. Isto não significa, todavia, que perdemos a fome da transcendência, de um além de nós mesmos (...) este pode ser o elemento em que a ética se situa".

A ética, bem o sabeis e, aqui, recorro às vossas lições acadêmicas, é a ciência que estuda o proceder dos homens e o seu objeto é a moralidade, esta entendida como atos praticados para o bem ou para o mal.

Para A. Lalande é a

"Ciência que tem por objeto o juízo de apreciação, enquanto se aplique a distinção do bem ou do mal".

E, segundo Foulquié,

"a ética é a parte da filosofia que procura determinar a finalidade da vida humana e os meios para alcançá-la."

José Maria Vasquez, no verbete do Dicionário de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, enfatiza um conceito-chave que só existe na Ética e no Direito que é o "dever ser". Nos outros campos do conhecimento laico se fala de coisas que são ou não são. Mas, a Ética e o Direito falam de coisas que "devem ser".

Este devenir sempre esteve no horizonte, na utopia dos homens, santelmos acesos nos mastarêus mais altos da esperança. Por ele viveram e morreram muitos pensadores e muitas lideranças. A começar por Sócrates (470-399 a.C.), "parteiro das idéias", condenado a beber cicuta, acusado de seduzir a juventude, mas que, na realidade, perdeu a vida porque ousou perguntar se as leis gregas eram justas.

A busca do "Sumo Bem", desencadeado pelo "demônio interior" de Sócrates, como nos fala Platão (427-347 a.C.), não estava presente nas decisões políticas do nosso primeiro 24 de agosto, o de 1562, a Noite de São Bartolomeu, quando, em Paris, os católicos massacraram os huguenotes.

Por trás do biombo de "Guerras Religiosas" travava-se, naquela época, a luta pelo poder entre a nobreza e o Rei. A política ambígua da Regente Catarina de Médice aproximando-se dos protestantes trazia insegurança aos católicos. A conspiração bourbônica, o assassinato de Guises, de casa nobre e católica, o alarma de que os huguenotes se encontravam às portas de Paris, foram a matéria prima para Carlos IX decretar o banho de sangue. O massacre protestante foi mais um holocausto da História. Os mortos desse 24 de agosto não foram obstáculos, todavia, a uma nova aliança das elites, pelo alto - ou, na linguagem popular dos nossos dias: os mortos não impediram o novo "Acordão" - e Henrique IV vai consagrar uma das lendas mais hipócritas dos tempos:

- Paris bem vale uma missa!

- Como este primeiro 24 de agosto emerge nas nossas reflexões de hoje, nesta aula de paraninfado?

- É muito simples: a lição da História nos lembra a intolerância das chamadas "guerra de religião" - intolerância que leva ao crime de Carlos IX. Por

outro lado, a postura de Henrique IV, realizando alianças com mãos manchadas de sangue é, antes de mais nada, cínica. Ora, intolerância, crime e cinismo são pecados imperdoáveis a uma postura ética.

Nosso segundo 24 de agosto é o de 1954: a morte de Vargas, com um tiro no peito. A história é por demais conhecida e, apesar de recente, já pode ser avaliada sob os critérios da ética. Vargas não roubou, nem compactuou com quadrilhas de ladrões, à sombra do poder; Vargas não matou, apesar de um crime de homicídio ter sido planejado nos porões do Catete, sem o seu conhecimento; Vargas não exorbitou do mando nem feriu a Constituição, no seu segundo mandato; Vargas defendeu a soberania nacional e denunciou o imperialismo; Vargas praticou o clássico populismo latino-americano caudilhista que, à época, seria um passo à frente da República oligárquica exportadora. Mesmo assim, Vargas se viu envolvido nas malhas de uma conspiração palaciana, apoiada pelas elites e pelos quartéis. Era a luta exacerbada pelo poder, a qualquer custo. Os conspiradores tiveram a competência de isolar politicamente o Presidente. Só, sem opinião pública favorável, sem massa de apoio nas ruas, traído pelos quartéis - a Vargas foram deixadas duas alternativas: a deposição acompanhada do opróbrio, da ignomínia, da desonra, da abjeção - ou morte. Ele preferiu o segundo caminho, mesmo que este fosse o extremo, sem retorno. Nas suas palavras da carta-testamento: saiu da vida para entrar na História.

O gesto de Vargas, questionável à luz do mandamento cristão, é, todavia, rigorosamente ético. Também estava certo, politicamente: por mais dez anos, o cadáver de Vargas venceu as principais eleições brasileiras. Isso significa o desagravo popular à injustiça perpetrada naquele 24 de agosto.

Hoje, temos mais um 24 de agosto, o de 1992, e vós trazeis aqui, para as luzes e galas de vossa festa, como patrono de vossas turmas, o nome de **Djalma Maranhão**. Isso, também, é um desagravo histórico. E, numa demonstração de vossa coerência política, chamastes para vosso Paraninfo o seu Secretário de Educação.

Permiti que vos fale duas palavras sobre o vosso Patrono e dê o testemunho pessoal de uma militância política partilhada por mais de dez anos. Direi, numa palavra, que **Djalma Maranhão** foi um político ético. Sua fidelidade à democracia, às lutas populares e à soberania nacional, pela paz e pelo socialismo, estavam acima das legendas dos partidos burgueses da nossa vida republicana. Teoria e prática não conflitavam em **Djalma Maranhão**. A sua prática - parlamentar, quando Deputado, administrativa quando no governo da Prefeitura de Natal - fluía de um instrumental teórico aprendido nos livros e esta prática reescrevia sua visão de mundo, face à leitura cotidiana que fazia da vida e da realidade social brasileira.

Aqui, não cabe a biografia do vosso Patrono, mas, direi apenas um aspecto de seus últimos momentos de vida pública, antes da prisão, do exílio e da morte: a questão da honradez e da probidade. **Djalma Maranhão** foi preso, em seu gabinete de trabalho, na Prefeitura de Natal, no dia 2 de abril de 1964. Ele e seus Secretários foram desalojados do poder pelo golpe de Estado, sem ter tido tempo de fechar as gavetas. Entre as Comissões de Inquéritos criadas pelo então poder militar duas despertaram a curiosidade popular. Uma era ideológica e investigava crimes de opinião dos chamados subversivos e comunistas "infiltrados". A outra investigava a probidade administrativa e a aplicação dos dinheiros públicos. Esta Comissão concluiu que não havia desvio de nenhum dinheiro dos cofres, e, das contas da Prefeitura não faltava um tostão. O rancoroso inimigo, porque ideológico, não pode acusar **Djalma Maranhão** de desonesto mesmo que o Prefeito vivesse uma situação totalmente adversa: prisioneiro e sem os elementos necessários para organizar uma prestação-de-contas.

No primeiro momento de sua prisão, o Comando Militar de Natal teria oferecido a **Djalma Maranhão** a liberdade, em troca da renúncia ao seu mandato de Prefeito, conquistado nas urnas de 1960, com 62% dos votos válidos.

Djalma Maranhão teria respondido:

- Se eu renuncio ao mandato não posso mais ir ao Grande Ponto e olhar nos olhos os meus eleitores.

Eis uma resposta ética.

Sabeis que ao grifar estes aspectos eu faço uma comparação com o que vem transpirando das CPIs do Congresso, que investigam o Poder, hoje, e não esqueço os escândalos da ditadura, silenciados e impunes porque, então, não havia liberdade de imprensa, nem a liberdade de um legislativo representativo - e sem liberdade a ética não pode ser exercitada.

Concluindo esta reflexão sobre História e Ética, através de exemplos dos 24 de agosto, situa-se na coluna dos não-éticos Henrique IV e Carlos IX e na outra, dos éticos, Vargas e Maranhão. Vereis assim, que o mundo não esteve nem está perdido. Nos momentos mais difíceis encontrareis homens dispostos a assumir padrões éticos de comportamento e com isso resgatar e dignificar a espécie humana.

Meus Caros Paraninfados:

A Universidade deve ser a consciência crítica da sociedade. Sempre gostei desta definição, apesar de desconhecer a sua autoria. Se assim é - e acho que é - este é um "locus" de preocupação, de estudo e de propostas a respeito da crise

que assola o país. Escrevo este discurso a uma distância de mais de dez dias da publicação do Relatório da CPI do Congresso. A visibilidade do horizonte político é mínima e eu não tenho bola de cristal para prever desdobramentos. A crise, todavia, atinge a todos os brasileiros e não sou avestruz para esconder a cabeça debaixo das asas. Tenho os olhos abertos e percebo que a crise é, fundamentalmente ética. Assim sendo e com os poucos elementos que disponho, ajuízo, nos meus direitos de cidadania, as saídas éticas:

1º - Extirpação da mentira;

2º - Apuração dos atos dolosos ao bem público;

3º - Punição dos culpados.

Se estes três momentos coerentes foram reivindicados pela sociedade e se o legislador se pautar por princípios éticos, aí estará cumprido o "imperativo categórico" de Kant e o novo homem, o novo político brasileiro, poderá repetir Kantianamente:

"Devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal".

Aí estarão salvas as instituições, a democracia, o respeito ao voto, a consolidação do amadurecimento político brasileiro, sejam quais forem os nomes ou partidos dos ocupantes do Palácio do Planalto.

Cito Celso Lafer, atual Ministro das Relações Exteriores, que escreveu o texto "A mentira - um capítulo das relações entre a ética e a política" e diz:

"... a democracia se baseia no princípio da confiança e de boa-fé, e não no medo; ela sucumbe quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo segredo e pela mentira, que é o que ocorre quando a palavra esconde e engana, ao invés de revelar, conforme determina o princípio ético da veracidade".

Em sua argumentação contra a mentira, o autor recua a tempos imemoriais, à tradição judaica e vai encontrar no Talmude a equiparação da mentira à pior forma de roubo, quando sentencia:

"Existem sete classes de ladrões e a primeira é a daqueles que roubam a mente de seus semelhantes através de palavras mentirosas".

Não carece se estender mais pelo tema, pois, é pacífico que a ética não pode conviver com a mentira - principalmente se a mentira nasce e prospera no seio do poder.

Álvaro Valls tem razão quando diz:

"... todos nós, a cada dia, enfrenta problemas teóricos e práticos, éticos ou morais. E temos que resolvê-los, com ou sem ajuda, mas de preferência com alguma ajuda daqueles que mais pensaram sobre tais questões".

E conclui o autor comparando a questão da Ética a um rio, guardado por margens que são Sócrates e Kant e no meio de suas águas se movem os gigantes do pensamento ocidental como Platão e Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomaz de Aquino, Maquiavel e Spinoza, Hegel e Kierkegaard, Marx e Sartre.

É de Marilena Chauí o texto "Público, Privado, Despotismo" que discute, entre outros aspectos, a questão da Ética e seu núcleo principal: a relação liberdade-contingência e a relação liberdade-necessidade. Isso leva ao campo da ética-e-política e neste chão estão marcados os passos do Homem, em seu caminho pela História, na busca do agir virtuoso, isto é, do agir de acordo com o bem. A jornada registra as pousadas:

- 1) dos gregos - a ação de acordo com a natureza;
- 2) dos cristãos - a ação de acordo com a vontade de Deus;
- 3) da modernidade - a ação de acordo com a razão;
- 4) de Maquiavel - a ação de acordo com o momento oportuno para dobrar a caprichosa Fortuna.

Convém ainda lembrar que as questões éticas não são privativas dos grandes filósofos e pensadores. A partir do Renascimento e do Iluminismo, principalmente, elas estiveram nas mãos de lideranças políticas e das massas populares em grandes movimentos coletivos, deflagrando Revoluções que promoveram rupturas sociais e buscaram implantar novos ideais éticos:

- A Revolução Francesa e a Liberdade;
- A Revolução Soviética e a Igualdade;
- As Revoluções Africanas e do Terceiro Mundo e a Fraternidade.

Estes são momentos épicos do emergir de uma nova Ética.

E não se pense que as preocupações éticas estão apenas nos livros dos doutores ou na boca dos políticos. A questão da ética perpassa todas as classes sociais. A cultura popular é repositório de inesgotável valor. Vede os versos de José Bernardes da Silva, contando a "Vida do Neto de Cancão de Fogo".

"Cancãozinho dizia sempre

no mundo vence que tem

*a razão é do mais forte
ninguém quer saber do bem
honradez não mata fome
morre aquele que não come
o pão seu ou de alguém".*

(...)

*"Matar é um assassino
roubar pouco é ladrão
matar cem já é bravura
quem muito rouba é barão
apanhar é coisa feia
quem sempre vai prá cadeia
é quem leva bofetão".*

A visão de mundo de Cancãozinho, neto da célebre e mitológica figura nordestina Cancão de Fogo, é profundamente crítica e revela uma sociedade aética, na qual manda quem tem, quem é mais forte e "ninguém quer saber do bem". Esta não-cidadania revela a distância entre a nossa prática e os discursos de nossa Constituição e de nossas leis. Galgar novos patamares civilizatórios, reivindicando comportamentos éticos de governantes e governados, são exigências políticas que devem ser defendidas pelos homens de bem. Não se trata de farisaísmos ou moralismos, pois estes são desvios da Ética.

Finalmente, meus caros paraninfados, meus alunos temporões, chegou, ao término da aula, a hora de "passar o dever de casa". Sim. Ainda sou do tempo em que o professor fazia chamada a cada aula; ministrava e discutia conteúdos curriculares; indicava as pesquisas necessárias e, mensalmente, levava para casa um montão de trabalhos escritos e provas e varava a noite corrigindo com lápis vermelho e atribuindo notas. Ao final de cada aula, o quadro (negro, depois verde) estava cheio de esquemas didáticos. Foi de cair tanto giz em minha cabeça que os meus cabelos ficaram brancos...

Pois bem, anotaí. Com os olhos postos em Brasília e angustiado com a crise que consome a legitimidade do Poder, o "dever de casa" é ler e comentar "A tragédia do Rei Ricardo II", de William Shakespeare.

A introdução do estudo pode ser o texto de Antônio Cândido, intitulado "A Culpa dos Reis: Mando e Transgressão no Ricardo II".

Vou dar algumas pistas, à título de motivação, acompanhando o pensamento do Professor da USP.

1) "Ricardo II" é a tragédia do destronamento. Mas não é apenas o destronamento de Ricardo, é o destronamento do rei, da idéia do poder monárquico.

2) Na estrutura de poder no "Ricardo II", as situações e imagens são geradas pelo direito divino, a unção religiosa e a personalidade do rei.

3) Pergunta-se se Shakespeare já conhecia o pensamento de Maquiavel, uma vez que defende, como politicamente válida, a usurpação, desde que se trata de substituir o governante inepto por um mais apto, capaz de assegurar o bem comum.

4) Discutir a questão da transgressão política, que põe em risco a ordem estabelecida e desmancha a relação entre mandar e obedecer, indispensável em qualquer esfera da sociedade.

5) Fundamentar a crítica de Bárbara Heliodora quando no seu livro "A expressão dramática do homem político em Shakespeare", afirma:

"Nada é tão notável na criação do personagem Ricardo II quanto a impressionante realza de seu comportamento e sua igualmente impressionante incompetência como monarca, sua desmedida noção de privilégio e sua clamorosa irresponsabilidade".

6) Finalmente, identificar na cena 1 do 2º ato as forças políticas que assumem papéis importantes na crise do trono. Dar nomes aos bois. Chamo a atenção que nesta cena, João de Gand, tio do Rei, em seu leito de morte, alerta Ricardo sobre a ação nociva dos bajuladores e diz:

"(...) os milhares de aduladores que se abrigam dentro da coroa, cujo âmbito, contudo, se mede apenas pela tua cabeça. Mas como ser tão pequeno o ninho deles, estende-se a devastação por toda tua terra".

Eis, meus caros paraninfados, meus colegas, hoje diplomados pela Universidade onde, pela primeira vez, exerci o magistério superior, quando ainda era Faculdade de Filosofia, criada pela Associação de Professores - eis, aí, questões éticas fundamentais, postas ao desafio da sociedade, desde que o mundo é mundo, e que só são superadas com a sabedoria e o talento dos atores envolvidos. Afinal, a política é, realmente, uma arte.

Ao me despedir e desejar toda a felicidade do mundo, a todos e a cada qual - deixo em vossas mãos duas prendas: elas são úteis na reflexão e darão maior ânimo ao cotidiano de vossas vidas profissionais.

A primeira é uma pregação do Padre Antonio Vieira, de 1654 e diz:

"A verdade é filha legítima da justiça, porque a justiça dá a cada um o que é seu"

A segunda, data do século III a.C., e é uma lição do filósofo grego Epicuro; ela está gravada na muralha da cidade de Enoanda, na Turquia e diz:

"Não há o que temer quanto aos deuses.

Não há o que temer quanto à morte.

Pode-se alcançar a felicidade.

Pode-se suportar a dor".

Obrigado.

Moacyr de Góes

(da U.F.R.J)

João Pessoa, Paraíba, 10 de agosto de 1992.

A DUVIDOSA RESPOSTA DAS ZPE's

(notas para uma discussão)

Maria do Livramento Miranda Clementino
Prof^a do Mestrado em Ciências Sociais - UFRN

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.17-31, jan/jun. 1993

A DUVIDOSA RESPOSTA DAS ZPE's

(notas para uma discussão)

Flora do Município de São Carlos
Prof. Dr. Manoel de Oliveira Lima - 1974

VIVÊNCIA UFRN, COIN, V. 1, n. 1, p. 11-17, junho, 1993

INTRODUÇÃO

A influência de um porto e/ou zona franca pode ir muito além de sua área imediata. Foi o caso, por exemplo, do Aeroporto de Shannon, nos arredores de Dublin, na Irlanda. Shannon foi o primeiro aeroporto franco e zona industrial franca a aproximar-se do que os economistas hoje chamam de "industrialização dirigida à exportação". Tal experiência não se confinou à Irlanda. Nos anos sessenta, este instrumento de política industrial foi largamente utilizado pelos NIC's (novos países industrializados) do Sudeste Asiático: Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul.

O notável desempenho apresentado no crescimento econômico desses países e o impressionante ritmo de transformação de suas estruturas em período muito reduzido tem influenciado os governos e a tecnocracia latino-americana de que o "modelo asiático" poderia inspirar o futuro crescimento industrial da América Latina e particularmente do Brasil⁽¹⁾.

Entre nós, vários segmentos da sociedade civil têm discutido a questão, havendo tendência tanto dos segmentos de esquerda como de alguns segmentos mais conseqüentes da própria direita em rejeitar tal proposta. Entretanto, o raro consenso nacional contrário à criação das Zonas de Processamento de Exportações não foi suficiente para dissuadir o Presidente da República a assinar, em 29 de julho de 1988, o Decreto-Lei nº 2452 que cria esse instrumento de política industrial para o Brasil.

A proposta, emergida oficialmente no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio - MIC, baseou-se nas experiências mundiais e em especial no caso específico da Coréia do Sul⁽²⁾. De fato, é inegável que o sucesso asiático merece atenção⁽³⁾. Estes países demonstraram que é possível obter elevadas taxas de crescimento da produção, do emprego, da produtividade e inclusive da renda real num tempo muito curto. No entanto, é preciso ficar atento e evitar análises apressadas, comprometidas, que chegaram ao limite de transpor para o Brasil dos anos 80 não só o diagnóstico como também a terapêutica utilizada pelos "Tigres Asiáticos", num momento determinado, específico, dado, da divisão internacional do trabalho: o da convergência de padrões de crescimento industrial do pós 2ª Guerra. É nesse sentido que SUZIGAN afirma que a proposta das ZPE's no Brasil está "fora de tempo e de lugar"⁽⁴⁾.

Nessa perspectiva, adquire particular relevância considerar as políticas, os mecanismos institucionais, as condições sociais e políticas interna e internacional no marco histórico em que essas experiências ocorrerem. Aparentemente,

o êxito da experiência asiática, sob a qual se apóia as ZPE's preconizadas para o Brasil, reside:

- a) na total abertura do comércio internacional
- b) na reduzida intervenção do Estado na economia
- c) na presença maciça do investimento externo

Com esta síntese de caráter normativo, bastaria que o Brasil ou qualquer outro país da América Latina, eliminasse ou reduzisse a intervenção do Estado na economia e abrisse as portas para o capital estrangeiro para que a experiência fosse vitoriosa.

A análise da experiência asiática no sentido de sua possível inspiração à política industrial no Brasil e à instalação de ZPE's deve ser cuidadosa no sentido de evitar mistificações que podem ser graves em dois sentidos:

a) de um lado, porque a mistificação bloqueia a compreensão dos fatores que realmente explicam o ritmo de crescimento e transformação dos países que contam com a experiência das ZPE's; obstaculizando, assim, a perda da oportunidade de aproveitar experiências sem dúvida valiosas tanto no âmbito das políticas econômicas como no âmbito das instituições⁽⁵⁾.

b) por outro lado, porque se formulou recomendações que só poderiam ser parcialmente aplicadas, fazendo-se abstenção das reais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil⁽⁶⁾. Enfim, é preciso ficar claro que as lições que podem ser extraídas de outros países são de fato valiosas e ricas; mas que devemos, com cautela, separá-las de uma visão meramente normativa.

O tema é polêmico e sugere sérios questionamentos devido, principalmente, às grandes deficiências estruturais da economia brasileira. O objetivo destas notas não é dar conta deles e sim, ao considerar os avanços e recuos que tal experiência traria para a economia brasileira e para a solução da chamada "questão regional", alertar para algumas questões que comprometem a eficácia da proposta em relação aos objetivos que lhe são atribuídos - particularizando aquele que diz respeito à redução dos desequilíbrios regionais. E neste particular, a instalação das Zonas de Processamento de Exportações no Nordeste traz em seu bojo um leque de conseqüências sobre a estrutura industrial do país. Em uma economia nacionalmente integrada e com um mercado interno tão grande como o do Brasil, a implantação de ZPE's poderá, no limite, chegar a destruir setores industriais inteiros.

E aí, vale dizer, não dá para pensar o Nordeste sozinho, a economia regional isolada da economia brasileira e enveredar pelo discurso de que "o que não é bom para São Paulo é bom para o Nordeste". A postura "meio compro-

metida" de falar que "como brasileiro é contra ZPE e como nordestino é a favor", no mínimo, mostra uma visão estreita dos graves problemas do país, além claro, de ferir a ética política da cidadania. Deve-se, pois, evitar a convivência com interesses imediatistas, e - por que não dizer? - oportunistas. Um enclave só pode ser uma saída para o Nordeste, para aqueles que pensam a região como um enclave.

1. O QUE É UMA ZPE

Existem atualmente mais de duas mil zonas francas no mundo, algumas recentes, outras com muitos anos de experiência comprovada.

A tipologia dessas zonas, pode ser apresentada da seguinte maneira:

a) Zonas Empresariais: que propõem investimentos com isenção total de impostos para novas fábricas e maquinaria, além de isenção de impostos sobre o terreno e vários outros impostos locais;

b) Zonas Francas Comerciais, normalmente situadas em portos marítimos ou aeroportos. Incluem o incentivo extra de isenção de tarifas alfandegárias para produtos importados enquanto se encontram no enclave;

c) Zonas de Processamento para Exportação - ZPE's. São áreas livres para a instalação de indústrias voltadas para o mercado externo, sem impostos, taxas aduaneiras ou controloes de câmbio.

Em 1987 estas zonas detiveram 10% do comércio mundial, num valor aproximado de US \$ 160 bilhões de dólares.

Há no país uma total desinformação do que seja uma ZPE e uma tendência a confundí-la com a Zona Franca de Manaus - se não, com "free shop" de aeroporto. A Zona Franca de Manaus foi criada em 1957 como zona exclusivamente comercial e em 1967 transformada em zona também empresarial. Uma diferença marcante entre a indústria estabelecida na Zona Franca de Manaus e aquela em regime de ZPE's é que a produção de Manaus tem trânsito no mercado interno. As ZPE's, ao contrário, têm sua produção exclusivamente voltada para o mercado exterior. No Brasil, formalmente, *"as ZPE's caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados com o exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro"*⁽⁷⁾.

Com a finalidade única de processar bens direcionados exclusivamente para a exportação, as empresas em regime de ZPE's teriam a garantia de tratamento especial no que diz respeito ao conjunto de incentivos fiscais e

dispositivos de comércio exterior. Em outras palavras, desfrutaria de privilégios não concedidos a empresa nacional ou estrangeira estabelecida em qualquer outro ponto do país, com o agravante de estar autorizada a colocar 10% do valor de sua produção no mercado nacional. *"Não nos parece equivocado esperar que o acesso ao mercado interno venha a ser a tendência provável das empresas componentes das ZPE's que, com amplas vantagens fiscais, exerceriam um desastroso efeito sucateador e desorganizador das empresas já estabelecidas no país, mesmo considerando que apenas 10% dos produtos dessas empresas serão internalizados"*⁽⁸⁾.

A única exigência que é feita pelo Estado brasileiro à concessão de empresas em ZPE é a manutenção de saldo comercial favorável nas suas relações com o mercado internacional - balança comercial⁽⁹⁾.

Os onerosos custos de implantação e de infra-estrutura certamente ficarão por conta dos Estados e Municípios que requisitarem a concessão de instalação dessas zonas.

Para o governo de Pernambuco, por exemplo, *"as Zonas de Processamento de Exportação acabarão onerando mais os governos estaduais, pois eles terão de investir em infra-estrutura para ter pouco retorno"*⁽¹⁰⁾.

Com concessões dessa ordem, o governo Sarney cometeu um equívoco de política econômica que a médio e longo prazos poderá trazer consequências graves para a economia e chegar no limite, a inviabilizar o desenvolvimento industrial do país. Os conflitos regionais já tão sérios seriam acirrados sem - o que é pior - atenuar os desequilíbrios existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul, uma vez que o desequilíbrio regional é um problema estrutural, que não pode ser resolvido isoladamente do contexto da economia brasileira⁽¹¹⁾.

A suposta viabilidade da implantação das ZPE's está pautada no alcance de três objetivos: ser um instrumento capaz de promover o desenvolvimento regional, diante do esgotamento dos mecanismos convencionais; criar uma saída alternativa à crise decorrente do balanço de pagamentos; e, ao mesmo tempo viabilizar um outro projeto, polêmico, do governo Sarney, de conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco. No dizer do decreto as ZPE's se respaldam na necessidade de "fortalecimento do balanço de pagamentos, redução dos desequilíbrios regionais e na promoção da difusão tecnológica e no desenvolvimento econômico e social do país"⁽¹²⁾.

A questão da conveniência política e econômica da montagem das ZPE's é polêmica, já o dissemos, cuja discussão extrapola os objetivos destas notas. No entanto, a nível de sugestão para o debate, gostaríamos de levantar alguns

pontos e indagações a respeito de seu suposto impacto sobre a economia brasileira em geral e nordestina, em particular.

2. A DUVIDOSA RESPOSTA DAS ZPE's

Para que possamos fazer algumas especulações em torno do tema, que reputo extremamente complicado, devido à atual conjuntura político-econômica do país, é necessário ter em mente algumas questões (com estatuto de premissas) mediadoras:

a) Clareza no que está ocorrendo na economia internacional e visão prospectiva de suas tendências na virada do século: panorama internacional de reestruturação do setor produtivo das economias capitalistas avançadas;

Nas implicações que essa reestruturação tem em termos de fluxo de investimentos das empresas transnacionais e em termos da nova divisão internacional do trabalho; e a mudança do padrão tecnológico da indústria a nível mundial, fazem crer que a idéia de ZPE se coloca como algo que vai contra o fluxo internacional⁽¹³⁾.

b) Que raio de manobra têm o Estado e a sociedade civil brasileiras de movimentar sua economia; ou seja, qual a posição ativa/passiva das forças políticas que assumirão o poder no Brasil frente ao que está ocorrendo na economia internacional. O país, como sabemos, carece de grandes definições para enfrentamento das crises conjuntural e estrutural que o assolam. Decisões de política industrial certamente se fazem necessárias⁽¹⁴⁾.

c) O que sobrou dentro do Nordeste de sua própria dinâmica; que setores da economia regional poderão ser atrelados convenientemente à superposição do movimento da economia brasileira, na hipótese de retomada dos investimentos⁽¹⁵⁾.

A essas questões inesgotáveis soma-se a premissa de que as alternativas passíveis de discussão são aquelas que contenham em seu bojo tanto a retomada do crescimento do setor produtivo como o resgate da dívida social que historicamente o país tem para com a região Nordeste.

A alternativa das ZPE's - que eu reputo duvidosa - não se propõe a tais objetivos. Não dá conta de modernizar o país e muito menos de permitir uma mais justa redistribuição da renda nacional. Se considerado o panorama internacional em termos de tendência da indústria na virada do século, e situada esta questão no plano interno em termos da definição de uma política industrial para o país, percebe-se quão falaciosos são os objetivos da ZPE. Como a proposta

tem como objetivo formal "a promoção do desenvolvimento tecnológico do país", é preferível acreditar que as empresas não venham se instalar na ZPE com tecnologia de segunda geração. A autorização da instalação da sucata do mundo desenvolvido na ZPE seria a forma possível de milhares de empregos no Nordeste, no curto prazo. No mundo de hoje da automação e da microeletrônica, o "fator" mão-de-obra já não é mais um importante componente de custo.

Agora, por que a implantação das ZPE's não reduz o desequilíbrio regional? Porque elas vão representar investimentos completamente desvinculados do resto da economia regional e também do resto da economia brasileira. Ou seja, serão enclaves econômicos: fábricas, instaladas em zonas delimitadas que estarão voltadas para a exportação e que realizarão, praticamente, toda sua demanda de peças, de equipamentos, componentes e até mesmo de mão-de-obra (especializada) no exterior. Vão trazer essas peças, essas matérias-primas para o mercado livre das ZPE's, vão processar esses componentes e exportar de novo. Está claro que não existe qualquer ligação com a economia regional e muito pouca com a economia nacional, sendo, em síntese, algo desligado da estrutura regional já existente no Brasil e da base de recursos naturais de cada estado ou região.

O que, então, atrelaria a dinâmica do mercado nacional, além do que está compulsoriamente explícito no decreto?⁽¹⁶⁾ Seria a mão-de-obra direta, podendo, nesse caso, serem esperados efeitos sobre o emprego e a renda. Precisamos de empregos no Nordeste? Sem dúvida. O problema efetivo a ser discutido é sua magnitude e o seu custo social, da forma a tornar-se capaz de contribuir para a obtenção do fim desejado.

A questão é de fato complexa e as críticas espelham preocupações de toda ordem.

O economista do CEDEPLAR - UFMG, Clélio Campolina Diniz, pergunta: *"o Brasil é hoje um país com estrutura produtiva e de exportações diversificadas. Exporta bens de capital, aviões, automóveis, entre outros produtos. As ZPE'S, caso instaladas, não poderiam vir a concorrer com a base exportadora já existente, deslocando os atuais exportadores e, conseqüentemente, prejudicando a economia nacional?"* (DINIZ, 1988, p.82).

Por sua vez, o Conselho Federal de Economia pronuncia-se da seguinte forma: *"desconhece-se até o momento qualquer estudo de viabilidade econômica sobre oportunidades de investimentos, seus custos e fontes de financiamento naquelas regiões, em termos de grandes projetos de exportação, que possam oferecer respaldo maior a qualquer decisão eventual de implantação de atividades tipo ZPE's. Particularmente, não há conhecimento de análises mais aprofundadas, como era de se esperar, a respeito do efeito multiplicador negativo, conside-*

rável, que essa atividade exportadora, completamente isenta de tributos, exerceria sobre o quadro de custos com infra-estrutura urbana, educação, saúde, saneamento básico, etc., decorrentes do provável deslocamento populacional a ser enfrentado pelos estados hospedeiros" (COFECON, 1988, p.12).

Wilson Suzigan, coordenador de pesquisa na área industrial do Instituto de Economia da UNICAMP, opina que hoje mudou o padrão tecnológico e os próprios países avançados têm sua linha de produção automatizada, o que provoca um movimento inverso da questão de custo de mão-de-obra. Em sua opinião, a indústria de exportação caminha para o domínio da tecnologia avançada. Mão-de-obra barata e grande oferta de matéria-prima não serão mais sinônimos de produtos competitivos do mercado internacional, *"às empresas que, possivelmente viessem a se instalar em nossas ZPE's, apenas iriam transferir 'sucata tecnológica' para cá e competir na América Latina"* (DIPER, 1987, p. 16).

Décio Garcia Munhoz diz que *"é assustador que o governo esteja pretendendo inovações tais como plataformas de exportação, baseando-se no chamado modelo asiático"*. Segundo o economista da UNB, ao contrário do que é propagado, é muito reduzido o volume de capitais estrangeiros nos países asiáticos que adotaram liberação fiscal em áreas especiais, como pretende fazer o Brasil. E afirma que sem ZPE's, o Brasil registrou investimentos e reinvestimentos no período 1985/86 superiores a qualquer país da Ásia e da própria América Latina (DIPER, 1987, p.17).

"Trata-se de um plano errado na direção certa", afirma, sintetizando o pensamento do empresariado, o diretor da Cotia Trading. *"O projeto transpira boas intenções"*, na sua opinião. No entanto, *"o mecanismo para atingir objetivos está fora da realidade e desejo das classes empresarial, trabalhadora e até política do país"* (DIPER, 1987, p.15).

No âmbito do próprio governo Sarney, há sérias resistências à instalação das ZPE's. Até a gestão do ministro Bresser Pereira, o Ministério da Fazenda posicionou-se contrário. Parte da tecnocracia pretende substituir o projeto ZPE's por uma alternativa de políticas de incentivos à exportação diferenciadas regionalmente e beneficiando especificamente a região Nordeste.

Em outras palavras, sugere um programa tipo BEFIEX - ampliado. Em resumo, as empresas exportadoras que se implantassem no Nordeste teriam uma gama maior de incentivos em relação àquelas localizadas em outras áreas do país.

Toda essa discussão não impediu que o governo Sarney fazendo uso do instrumento do decreto-lei (no limiar de atos autoritários, próprios do regime

militar e que felizmente a constituição extinguiu) forçasse a implantação desses enclaves na nossa economia. Até hoje o Conselho Nacional das ZPE's já autorizou a instalação de 10 dessas zonas, que felizmente tendem a continuar no papel. A última, foi concedida recentemente ao Estado do Tocantins como prêmio a uma das cidades que não conseguiu se tornar capital. Paradoxalmente, fica a 1000 Km do porto mais próximo e sua produção será escoada por ferrovia.

3. A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL COM CONTEÚDO REGIONAL

É fato notório que no Brasil nunca se chegou, de fato, a definir uma política industrial, a exemplo daquela implementada pelo Japão e outros países industrializados. Isto não quer dizer, porém, que não houvesse iniciativas voltadas ao desenvolvimento industrial por parte dos órgãos de governo.

Entretanto, a política industrial sempre esteve, no Brasil, implícita nas medidas de política econômica geral ou embutida em regulamentações dos órgãos públicos ligados à problemática industrial. Até os anos 50, a ação do Estado deu-se em favor de setores industriais específicos. Mesmo assim, essas políticas tinham caráter defensivo no sentido de preservar o mercado interno. Com o "Plano de Metas", teve início uma fase mais articulada de política industrial. Pela primeira vez se constituiu uma política deliberada de crescimento industrial, sendo esta implementada. Nos anos 60 e 70 são ampliados os instrumentos de política à indústria. O II PND, por exemplo, criou instrumentos de política setorial e regional, além de apresentar o "mérito" de complementaridade da base produtiva industrial.

No entanto, *"nunca se fez tão necessário definir uma estratégia geral para a indústria brasileira quanto no atual estágio de sua evolução"* (SUZIGAN e KANDIR, 1985, p.1). Realmente, antes era possível entender a ausência de uma estratégia geral de política industrial tendo em vista que, até então, a preocupação principal era com a defesa do setor industrial; ou quando muito, com a implantação de indústrias em ramos localizados.

A adoção de uma efetiva política industrial, ou seja, de uma "política industrial ativa" (SUZIGAN e KANDIR, 1985, p.2), é de importância fundamental no atual estágio do desenvolvimento brasileiro. Com efeito, o alto grau de complexidade e integração alcançados pela estrutura industrial do país, sua relativa maturidade tecnológica e sua projeção, no mercado exterior, impõem, no momento atual a necessidade de formular uma estratégia geral para a indústria. Considere-se que as políticas recessionistas de início dos anos 80 e a

crise econômico-financeira, que se seguiu, atingem profundamente o setor industrial, pondo em risco o processo de crescimento na economia brasileira.

Não cabe, aqui, um diagnóstico, mesmo que sumário, da conjuntura industrial recente (início dos anos 80 em diante). É necessário ressaltar, porém (no agravamento deste quadro de recessão e de crise), a ausência de uma política industrial, o que contribui sensivelmente para o aprofundamento do atraso tecnológico relativo da indústria brasileira.

Nestas condições, a tarefa imediata de política industrial que se impõe ao futuro governo *"é a de criar mecanismos que permitam minorar os problemas que afetam a indústria e possibilitem a efetiva retomada e sustentação do crescimento da produção e do emprego industrial"* (SUZIGAN e KANDIR, 1985, p.2).

Além desta problemática de curto prazo, também se impõe à indústria brasileira a necessidade de se ajustar as transformações ocorrentes na indústria a nível mundial, notadamente, no que diz respeito a novas tecnologias, novos produtos, reorganização de alguns segmentos localizados e novas estratégias industriais. Tais transformações, como é do conhecimento corrente, se refletem nas tendências do comércio internacional de produtos manufaturados e nos fluxos internacionais de capital e tecnologia, condicionando o desenvolvimento do Brasil e de outros países de industrialização recente, bem como, a forma de inserção destes na divisão internacional do trabalho (em gestação).

É tanto que a formulação de uma política industrial de médio e longo prazos deverá considerar entre outras coisas:

a) a relação existente entre o processo de geração e de incorporação de novas tecnologias e a competitividade do parque industrial, apontando a necessidade de articulação das políticas industrial e tecnológica.

b) os setores estratégicos para o desenvolvimento industrial, a exemplo da microeletrônica e química-fina/biotecnologia. Aí deve ser dada prioridade à indústria nacional.

c) o estabelecimento de políticas setoriais para os segmentos industriais já implantados no país; principalmente: química, petroquímica, eletrônica, bens de capital, insumos básicos, bem como os setores tradicionais como, o têxtil e alimentos. (ver COUTINHO, et alii, 1985).

Dentro desta perspectiva, as discussões acerca da definição de uma política industrial passam pela necessidade de que um de seus componentes mais importantes seja a redução dos desequilíbrios regionais. Fortalecer os complexos industriais regionais que tenham ligações para dentro da economia regional ou estadual poderia se colocar como ponto de partida, considerando que esta ligação para dentro da economia regional ou estadual pode ser também uma

ligação para a frente. O mesmo poderá ocorrer com a internalização de bens finais: eventualmente, e sempre que possível, poderão ser perseguidas ligações para trás, ou seja, no caso de algum bem final produzido na região e/ou Estado que importe matérias-primas ou componentes. Em síntese, é necessário viabilizar estratégias que visem ao fortalecimento dos mercados regionais ao mesmo tempo que lhes seja garantida a possibilidade de participação no mercado - seja ele interno ou exterior.

Acrescenta-se a necessidade de direcionar investimentos no Nordeste para setores específicos, a partir de uma orientação de política industrial mais ampla - no caso nacional. Seriam investimentos pontuados dentro de uma estrutura de política industrial com um componente de política regional. Enfim, são idéias que merecem ser melhor estudadas, discutidas, balizadas, mas que, sem modéstia, tem muito mais conteúdo do que qualquer idéia estapafúrdia, como a das ZPE's. Tal proposta não tem qualquer sentido em termos do que o Brasil representa, hoje - um país industrializado. Com a inserção que o país conquistou no mercado internacional, não cabe na definição de política industrial para os anos 90, a alternativa ZPE's.

Especificamente para o Nordeste, cabe examinar eventuais brechas e possibilidades de desenhos de políticas específicas e detalhadas: a mineração, a transformação de recursos minerais, a produção de bens de consumo semiduráveis, a metalurgia, a mecânica e a agroindústria não seriam setores nos quais haveria uma "brecha" para o Nordeste?

"Devido às grandes deficiências estruturais da economia brasileira, uma política industrial deve ser integrada em uma estratégia mais global de desenvolvimento econômico e social. Somente desta maneira será possível alcançar uma competitividade autêntica, baseada em produtividade, tecnologia e qualidade em contraste com a competitividade alcançada mediante recessão interna, depressão de salários e concessões fiscais"⁽¹⁷⁾. Uma política industrial estabelecida com esta perspectiva certamente compreenderá as especificidades regionais ao priorizar e viabilizar a possibilidade de um significativo impacto sobre a base produtiva do Nordeste que, além de investimentos produtivos, carece de complementação de infra-estrutura e de amplo programa de educação profissionalizante, e de especialização da mão-de-obra em setores dinâmicos. Só assim, o Nordeste será "naturalmente" considerado se o trem-Brasil voltar a andar.

NOTAS

(1) Saiu do Banco Mundial a idéia de instalação das ZPE's no Nordeste. Um relatório do BIRD, entregue ao governo brasileiro em 1986, diz na íntegra: "Recomenda-se estabelecer, após cuidadoso estudo, uma ou mais Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), nas vastas áreas não utilizadas existentes na maioria dos complexos industriais do Nordeste. As empresas na ZPE operariam em condição de livre comércio, de maneira semelhante às firmas que atualmente utilizam os sistemas BEFIEX e de restituição de impostos. As empresas regionais fornecedoras de produtos intermediários às indústrias manufatureiras localizadas na ZPE poderiam então beneficiar-se dos citados programas BEFIEX e de restituição de impostos". Ver COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO. Zonas de Processamento de Exportações. Recife, 1987, p.1.

(2) Há diferenças marcantes entre os "tigres asiáticos": Hong Kong e Singapura são cidades-estados; tradicionalmente centros de comércio internacional; Coreia do Sul e Taiwan, ambos países, têm características mais próximas com a industrialização da América Latina e, particularmente, com a industrialização brasileira.

(3) É fato notório que o crescimento industrial no Sudeste Asiático é acompanhado de enorme expansão das exportações industriais. A participação da exportação de manufatura dos NIC's no total mundial apresenta a seguinte composição:

PAISES	1963	1976
Asiáticos	1,35%	4,0%
Brasil e México	0,22%	0,92%

Por outro lado, o peso relativo das exportações na produção industrial assim é apresentado: Brasil e México 4% a 5%; Taiwan 28%; Coreia do Sul 37%; Singapura 77% e Hong Kong 78%. Cf. Fajnzylber, Fernando. La Industrialización Trunca de América Latina. México, Editorial Nueva Imagem, 1973, cap. II.

(4) Esta afirmativa do Prof. Wilson Suzigan, do Instituto de Economia da UNICAMP, encontra-se em depoimentos e entrevistas por ele concedidas à imprensa nacional, durante o ano de 1988, bem como, em relatórios de pesquisas e conferências por ele efetuadas. O deputado José Serra fez uso da mesma expressão no documento que escreveu para o PMDB.

(5) De acordo com Fajnzylber, três questões importantes do ponto de vista teórico devem ser observadas na análise da experiência asiática: a) as estratégias de industrialização e de exportação, considerando que nos NIC's asiáticos a opção fundamental é pela industrialização e não por um modelo exportador; b) a existência de uma política seletiva de substituição de importações: a política comercial seguida por esses países, ao contrário do que vem sendo veiculado, tem tido um componente considerável de substituição de importações. É o que se chama de liberalização gradual de importações, mostrando a existência clara de um Estado intervencionista; e, c) o contexto internacional no qual a experiência se concretiza: reconstrução do pós-guerra. Ver Fajnzylber, F. Op. cit. cap. II.

(6) Parte-se do pressuposto de que são conhecidos os problemas da economia brasileira atual. Lembramos, apenas, que não estão ultrapassadas as sombrias perspectivas de superação da recessão econômica mais profunda que o capitalismo industrial brasileiro vivenciou em 1982 e que perdura até hoje. O debate sobre a "retomada do crescimento" passa pela solução dos quatro principais problemas da economia brasileira na atual conjuntura: dívida externa, déficit público, taxa de juros e inflação. Trata-se de "problemas-síntese", evidentemente, não considerando seus "efeitos colaterais".

- (7) Decreto-lei nº 2452, de 29 de julho de 1988, Art. 1º, parágrafo único.
- (8) Conforme CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Sobre as Zonas de Processamento de Exportação. Rio de Janeiro, 1988. Nota Oficial.
- (9) As empresas em regime de ZPE's a serem instaladas no Brasil ficarão isentas de pagamento dos seguintes impostos: importação, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, FINSOCIAL, Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante e Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e sobre operações relativas a títulos e valores imobiliários. No que se refere ao Imposto de Renda, tributa os lucros, mas isenta as remessas e pagamentos feitos ao exterior. Ver, A ÍNTEGRA DOS DECRETOS que regulamenta a nova política industrial. Folha de São Paulo, de 24 de setembro de 1988, Caderno de Economia, B 4 e 5.
- (10) Entretanto, o governo de Miguel Arraes acabou por solicitar uma dessas zonas para uma área próxima à SUAPE. O governo do Rio Grande do Norte, ao solicitar uma ZPE para o município de Macaíba na Grande Natal, assumiu formalmente com o Governo Federal o ônus da infraestrutura.
- (11) Ver particularmente, SERRA, José. O Modelo Paraguaio. Senhor/357 de 26/1/88. p.36-41.
- (12) Decreto-lei nº 2452, de 29 de julho de 1988, que cria as ZPE's no Brasil.
- (13) Ver CANO, Wilson, Reestruturação Internacional e Repercussões Inter-regionais. Campinas, IE - UNICAMP, 1989; e, DUPAS, Gilberto e SUZIGAN, Wilson, (coords.) A Nova Articulação da Economia Mundial e as Opções para o Brasil: Estratégia Industrial e Modernização Tecnológica. Campinas, IE/UNICAMP, 1988. Relatório de Pesquisa.
- (14) Ver especialmente os depoimentos de Wilson Suzigan, José Ricardo Taville e José Tavares, representantes do Brasil na reunião de "experts" CEPAL/ONUDI, realizada em 7 de dezembro de 1988, na sede da CEPAL. DIVISION CONJUNTA CEPAL/ONUDI de Indústria y Tecnología. Industrialización y Desarrollo Tecnológico. Santiago do Chile, Nações Unidas, jun/1989. Informe nº 6.
- (15) Ver os trabalhos de: GUIMARÃES Neto, Leonardo. Notas Sobre os Impactos Sociais da Evolução Econômica Recente do Nordeste. ABEP, Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988. Vol. 4, p.43-56; e DINIZ, Clélio Campolina. O Nordeste e o Contexto Nacional. ABEP, Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988. Vol. 4, p.57-85.
- (16) É o decreto que regulamenta as ZPE's é muito vago: "realizar no país, no mínimo gastos nos níveis estipulados pelo CZPE, tanto na fase de instalação quanto na de operação, com a aquisição de máquinas, equipamentos, insumos, serviços e mão-de-obra nacionais considerados os respectivos encargos sociais". Cf. A ÍNTEGRA DOS DECRETOS, Op. Cit. artigo 12, item III.
- (17) Cf. SUZIGAN na reunião CEPAL/ONUDI antes mencionada.

BIBLIOGRAFIA

A ÍNTEGRA DOS DECRETOS que regulamenta a nova política industrial. Folha de São Paulo de 24 de setembro de 1988. Caderno de Economia, B 4 e 5.

- CANO, Wilson. **Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais**. Campinas, IE/UNICAMP, 1989.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **ZPE's: Nordeste em marcha ré**. In: *Jornal do economista*. Natal, 1:(2) Nov/88. p.3.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO - DIPER. **Zonas de Processamento de Exportações**. Recife, 1987.
- CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON. **Sobre as Zonas de Processamento de Exportações**. Rio de Janeiro, 1988. Nota Oficial.
- COUTINHO, Luciano et alii. **Proposta de uma política industrial para o Brasil**. Campinas, IE/UNICAMP, 1985. Relatório de Pesquisa.
- DINIZ, Clélio Campolina. **O Nordeste e o contexto nacional**. ABEP, *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 1988. Vol. 4, p.57-85.
- DIVISION CONJUNTA CEPAL/ONUDI de Industria y Tecnologia. **Industrialización y desarrollo Tecnológico**. Santiago do Chile, Nações Unidas. Informe nº 6, Jun/89.
- DUPAS, Gilberto e SUZIGAN, Wilson. (coords.). **A nova articulação da economia mundial e as opções para o Brasil: estratégia industrial e modernização tecnológica**. Campinas, IE/UNICAMP, 1988. Relatório de Pesquisa. (1ª versão).
- FAJNZYLBER, Fernando. **La industrialización trunca de América Latina**. México, Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FERREIRA Jr., Hamilton e SANTOS Fcº, Otaviano C. **A proposta de ZPE's no Brasil**. Campinas, IE/UNICAMP, 1987. Relatório de Pesquisa (versão Preliminar).
- GUIMARÃES Neto, Leonardo. **Notas sobre os impactos sociais na evolução econômica recente do Nordeste**. ABEP, *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 1988. Vol.4, p.43-56.
- SERRA, José. **O modelo paraguaio**. In: *Senhor* nº 357 de 26 de novembro de 1988. p.36-41.
- SUZIGAN, Wilson e KANDIR, Antonio. **Indústria: situação atual, perspectivas e proposta de política**. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, 1985..D.

CAMINHOS COGNITIVOS DA COMPLEXIDADE*

*Maria da Conceição de A. Moura***

* Comunicação apresentada no V CNECIM, coordenado pelo Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico do Centro de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Pará. Tema da mesa redonda: "A interdisciplinaridade e a produção do conhecimento - processo natural ou artifício metodológico?" Belém, novembro de 1992. (O presente texto foi produzido a partir de fragmentos da tese de doutorado da autora "O Saber Antropológico: complexidade, objetivações, desordens, incertezas".

** Antropóloga, professora do Mestrado em Ciências Sociais da UFRN, pesquisadora do Núcleo Temático "A problemática da Seca no RN". Doutor em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo.

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.33-41, jan/jun, 1993

CAMINHOS COGNITIVOS DA COMPLEXIDADE*

Stela de Conceição da A. Moura**

* Trabalho apresentado no V CONICOM, realizado pelo Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico do Centro de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1992. Temática da mesa redonda: "A interdisciplinaridade e a produção do conhecimento: processos teóricos e metodológicos".
** Doutora em Letras pela FFLU, pesquisadora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora de Teoria da Literatura e Teoria da Crítica no Departamento de Letras da FFLU.

VIVÊNCIA, LERER, OCULUS, Niterói, v. 8, n. 1, p. 33-41, janeiro, 1993

Neste artigo, situo-me na trajetória das idéias do pensador francês Edgar Morin acerca das possibilidades cognitivas do homem diante da necessária reconstrução de um conhecimento mais universalista e complexo.

Situemos um começo, sem a preocupação de um ponto zero.

O processo de complexificação da natureza, animado pela pulsão cognitiva que ultrapassa o utilitarismo, sustenta-se numa estrutura antropológica pendular que comporta, simultânea e dialogicamente, a humanidade e animalidade do conhecimento. Esta pulsão cognitiva é certamente o que funda a constituição das sociedades humanas, sua historicidade, constitui a cultura, produz um ser leitor, interpretante e impressor de sentidos, vontades, desejos, produtor e consumidor de conhecimento.

"A cultura que é a marca da sociedade humana, é organizada/organizadora pela via do veículo cognitivo que é a linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, dos saberes fazeres apreendidos, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Assim se manifestam representações coletivas, consciências coletivas, imaginário coletivo. ... Assim a cultura não é nem superestrutura nem infraestrutura, esses termos sendo impróprios numa organização recursiva na qual o que é produzido e gerado torna-se produtor e gerador daquilo que o produz ou o gera"⁽¹⁾

Esse conceito de cultura, que para Edgar Morin implica, metaforicamente, um mega-ordenador complexo que inscreve instruções, prescreve normas e comandos em cérebros individuais, das sociedades arcaicas às pós-industriais, vem sendo construído, pouco a pouco, num itinerário intelectual múltiplo, desencadeado principalmente a partir da publicação de "O Paradigma Perdido", de 1973.

Naquele texto é enfatizado que a substituição da floresta pela savana, a ociosidade dos adolescentes, a copulação frontal, o fogo, a instauração da exogamia, o fim do nomadismo, a articulação da palavra, a aferição de significados, o exercício das trocas e do poder, a criação do mito e da ciência, são todos sinalizações da relação natureza-cultura mediada pela imposição de problemas novos e instigantes. "A hominização teve como prelúdio uma desgraça ecológica, um desvio genético e uma dissidência sociológica"⁽²⁾

No interior desse macro processo, a complexificação cerebral, instigada e alimentada pela relação constante entre o homínida e o meio ambiente, desempenhou o papel de "centro federativo-integrativo entre as diversas esferas cujas

relações mútuas constituem o universo antropológico: a esfera ecossistêmica, a esfera genética, a esfera cultural e social, e claro, a esfera fenotípica do organismo individual⁽³⁾. Entre o cérebro humano e o meio ambiente não há portanto, de fato, nem integração nem adequação imediata. Antes, uma zona de ambigüidade e incerteza. E é, precisamente, a faculdade de indecisão, o ingrediente que, ao mesmo tempo, limita e abre indefinidamente a possibilidade de conhecimento.⁽⁴⁾

O buraco negro entre o cérebro e o meio ambiente define, pois, a possibilidade do conhecimento, e este nada mais é do que a tentativa de fechar a brecha cérebro X ecossistema-cultura-praxis. A resolução das incertezas tem sido, historicamente, exercitada através dos itinerários simbólicos/mitológicos/mágico e empírico/racional/técnico entendidos como excludentes pelo grande paradigma do ocidente.

Com efeito, mais que atributos do pensamento que podem eventualmente articular-se, esses dois itinerários estão em constante interação como que contagiados por uma necessidade comum. A suposta separação entre os ideários míticos, religiosos, científicos e filosóficos só encontrará justificação nas matrizes da racionalização da história ocidental que operam a arbitrária disjunção entre razão e mito, como se razão e ciência não fossem sempre contaminados e embebidos pelos dispositivos míticos. *"Os dois modos coexistem, entrelaçam-se, estão em constantes interações, como se tivessem uma necessidade permanente um do outro; podem por vezes confundir-se, mas sempre provisoriamente. Toda a renúncia ao conhecimento empírico/técnico/racional conduziria os humanos à morte, toda a renúncia às suas crenças fundamentais desintegraria a sua sociedade"*⁽⁵⁾. Essas palavras conduziram Morin a afirmar, categoricamente, que o problema entre os dois pensamentos não se encontra historicamente ultrapassado. Como uma questão antropossocial inaugural inscreve-se em toda a trajetória do processo civilizatório.

Vejamos como esta mesma idéia e proposta aparecem em *"O Problema Epistemológico da Complexidade"*. Ao circunstanciar os limites dos paradigmas e a necessidade da elaboração de uma **nova ciência, a noologia**, indispensável ao conhecimento do conhecimento, Morin afirma: *"O que deve comunicar são as estruturas do pensamento e não apenas a informação. O que é necessário é compreender o modo de estruturação dos outros tipos de pensamentos diferentes do nosso e isto não só de cultura para cultura mas também no interior de uma mesma civilização"*⁽⁶⁾. Quanto às brechas existentes entre as instâncias psico-cerebrais e sócio-culturais, o importante é fazer comunicar estas instâncias separadas, e de certo modo, fazer o circuito. Essa tarefa não implica em que cada um de nós tenha que passar o tempo a ler, a informar-se de todos os domínios...

"O problema não está em que cada um perca a sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para articular com outras competências que, ligadas em cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento"⁽⁹⁾. Para que essa proposta seja posta em movimento, é necessário operar uma nova articulação do saber e um esforço de reflexão fundamental, articulação e esforços que excedem o projeto individual do pesquisador. *"É uma tarefa que necessita do encontro, da troca entre todos os investigadores e universitários que trabalham nestes domínios disjuntos e se fecham como ostras quando solicitados"*⁽⁸⁾.

Nesse ponto, deve-se sinalizar que foi, certamente, o predomínio autoritário e desfavorável da rigidez sobre a razão aberta que acabou, teimosamente, contra todas as incitantes e infinitas possibilidades da dialógica entre cérebro e espírito, constituindo-se na matriz epistemológica iluminadora do pensamento científico, notadamente na modernidade.

O Século das Luzes será o marco principal de referência da passagem entre o antigo sábio e o pensador atual. O sacerdote-mago, guardião dos mitos e encarregado de anunciar a verdade foi substituído pelo filósofo iluminista que passa a submeter a verdade sagrada à prova da crítica. Produz-se um novo mito: a razão. Dessa ruptura nasce o intelectual moderno. *"O mito da razão emancipa o intelectual"* afirma Morin em *"Para sair do Século XX"*.

O que pode parecer uma contextualização histórica da sucessão de personagens do conhecimento, representa na verdade indicações normativas de estados de ser do pensamento humano. É a estrutura da troca entre a máquina cerebral e o meio que passa a ser reprogramada. Assim, as questões colocadas pelas sociedades passam a ter domínio de resolução distintos. O conhecimento como um recurso para fechar a "brecha" cérebro-meio tem agora diante de si questões de natureza supostamente diferenciadas. Estabelecem-se os divisores racionais e irracionais, e mais particularmente problemas míticos, metafísicos, científicos. É a fragmentação do pensamento. É o descompasso na articulação entre os dois hemisférios do cérebro. O pensamento simplificador multiplica as questões a serem apreciadas pelas sociedades humanas.

Consideremos agora as sociedades atuais, em franca expansão e complexificação, pela pulverização de saberes paralelos. Como indicar a incerteza, a brecha, o problema chave? Pode-se dizer que a questão de nossa época é aquela que a comunidade científica anuncia? A essa convenção não se deve contrapor a ausência da ciência frente a problemáticas muitas vezes vitais de certas populações? Na realidade, se o paralelismo das descobertas demonstra a universalidade da sintonia cérebro-meio pela explicitação de questões idênticas,

ele sugere também o desperdício, a duplicação e a incomunicabilidade que constituem juntos a característica da ciência hoje.

A partir desse raciocínio, algumas questões podem ser delineadas: 1) A parte da massa pensante que, por interdição, não se utiliza do saber sistematizado hegemonicamente para resolver as "brechas" do momento, deixa de exercer adequadamente sua relação cérebro/meio? 2) Destituídas do saber científico estariam sempre em atraso em relação às questões de seu momento? 3) Seriam elas um empecilho e, nesse sentido, eternas devedoras ao desenvolvimento conjunto da relação cérebro-meio? 4) Se é verdade que só a ciência sintoniza adequadamente as questões postas e as resolve, como entender que as populações que não dispõem daquele conhecimento elaboram suas matrizes de referência explicativa? 5) Os saberes não científicos teriam como função *ensaiar* soluções para problemas que, num segundo momento, seriam resolvidos pela ciência? 6) É possível dizer, então, que: diacronicamente o caminho percorrido foi do saber mítico à ciência, e, sincronicamente essa diacronia é comprovada pela necessária existência dos dois saberes?

Supomos que essas questões sejam pertinentes à problematização adequada do processo do conhecimento em nossos dias, processo de dispersão que, ao invés de criador à moda *big bang*, é redutor e mutilante. De um lado, o saber científico fracionado, não comunicante; de outro, o saber tradicional, "popular", selvagem, filho bastardo da aventura do conhecimento.

Ao tratar da sociedade histórica, Morin refere-se à diversidade de seu desenvolvimento e dos "níveis" de complexidade e hipercomplexidade, considerados momentos pontuais da evolução, mostrando o caráter da sujeição militar-hierárquica que caracteriza um certo estado de baixa complexidade: *"Os desenvolvimentos da especialização abrem-se-ão de maneira cada vez mais ambígua para a progressão global da complexidade (para benefício das elites privilegiadas) e regressão da complexidade no plano dos indivíduos sujeitos a tarefas cada vez mais repetitivas e parcelares"*⁽⁹⁾.

Se há comprometimento no progresso global da relação cérebro-meio, induzindo uma "regressão de complexidade" no plano dos não produtores de ciência, esse comprometimento deve-se a sua exclusão do processo de hipercomplexificação, e, parece, essa parte do capital humano tanto é prejudicada quanto prejudica, pela exclusão, a produção histórica e pontual do conhecimento.

Mas, tanto o auto-prejuízo quanto o prejuízo gerado é-lhe imposto, não sendo, portanto, esses indivíduos, devedores mas, ao contrário, históricos credores das "elites privilegiadas".

Parece plausível também que, sendo cada vez mais desiguais, os níveis de complexidade da simbiose entre o pensamento e o mundo, grupos sociais que se articulam de forma periférica com a rede cultural instituída, exibam menos destreza frente ao ecossistema, tendendo a uma vulnerabilidade própria da "regressão". Essa possibilidade, no entanto, não deve ser tomada como afirmação rigorosa na medida em que, esses grupos desenvolvem quase sempre um rico e complexo *modus faciendi* que, se é marginal frente aos métodos científicos, é adequado à brecha a que quer responder. Este fato pode indicar, por outro lado, que o saber da tradição não deve ser entendido nem reduzido a um ensaio ou a um estágio anterior da explicação científica.

A tarefa da reconstrução de um conhecimento universalista, hoje posta, supõe a existência de um clima de efervescência das idéias, chamado de **calor cultural**, por Morin, e implica identificar o que, numa cultura, favorece o "comércio" da troca múltipla de interações, opiniões, idéias e teorias. Não se restringindo ao intercâmbio interno de disciplinas científicas, *"o comércio de idéias é tanto mais estimulado quanto se efetiva com as idéias de outras culturas e com as idéias do passado"*⁽¹⁰⁾.

As condições sociológicas do conhecimento que comportam, simultaneamente, um "emancipacionismo" e um "determinismo rígido", ou ainda que "abrem" e "fecham" as potencialidades bio-antropológicas do conhecimento, contêm elas mesmas as possibilidades da dialogia moriniana circunstancializada na noção de "caldo de cultura". *"De um lado o imprinting, a normalização, a invariância, a reprodução. Mas, de outro, os enfraquecimentos locais do imprinting, as brechas na normalização, o surgimento de desvios, a evolução do conhecimento, as modificações nas estruturas de reprodução"*⁽¹¹⁾. Por conseqüência, é na identificação de três pontos de afrouxamento paradigmático, a existência de uma vida cultural e intelectual dialógica, o "calor" cultural, e a possibilidade de expressão de desvios que a cultura como um "mega-ordenador" abrigar, simultaneamente, a diversidade de discursos, pensamentos, teorias, saberes.

Numa aproximação sintética, é possível afirmar, que as distorções do conhecimento, tal como as percebemos, têm origem na própria articulação do pensamento, em caráter *economizador* de suas potencialidades. Arriscamos afirmar que a especialização desarticulada dos saberes tem seu início na desarticulação entre as especializações cerebrais.

A partir desse resgate do que é o conhecimento como uma possibilidade bio-sócio-antropológica e do seu exercício mutilante no decorrer da história humana, podemos, enfim, assinalar alguns pontos essenciais para refletir sobre as condições de uma rearticulação do pensamento e da produção dos saberes.

Primeiro: mais que reformular as teorias e metodologias particulares para pensar o mundo, é fundamental que nos coloquemos o problema de recompor a estrutura de pensar. A rearticulação entre cérebro e espírito, entre simbólico e lógico é o que se deve ter como tarefa.

Segundo: no quadro interno do conhecimento científico há que se propagar pela articulação entre ciências da vida, ciências do homem, ciências do mundo físico. Aqui, não bastarão, certamente, esforços de superposição de conteúdos disciplinares. Nessa direção, a interdisciplinaridade deve ser ultrapassada pelo horizonte da transdisciplinaridade, em busca do pensamento complexo.

Terceiro: esse intercâmbio interno entre disciplinas científicas não basta. É fundamental ampliá-lo nos quadros do diálogo entre a ciência e os saberes da tradição. Há que descobrir-se, por exemplo, que tipos de intercâmbios o espírito estabelece com o real nessas duas matrizes de representação - ciência e tradição - para, a partir daí, articular elementos complementares. Tal empreendimento supõe: a) a ativação de outras sinapses de recepção dos códigos do mundo que favoreçam a ampliação dos significados; b) a produção de uma nova escritura que amplie o espaço de construção da linguagem e contemple, simultaneamente, referências objetivas, estéticas, míticas e lógicas. Essa nova escritura, longe de ter a pretensão de ser reflexo do real, percebe-se como uma das inúmeras projeções do espírito sobre ele.

Esses exercícios do pensamento em busca da complexidade supõem reativar ou configurar uma estrutura cognitiva de múltiplas e complexas entradas. Nessa nova e plurifocal rede cognitiva perde sentido, certamente, a estrutura dual e fragmentada de pensar o mundo e o homem. Esse é, parece, o horizonte posto hoje ao conhecimento. Ele, no entanto, está apenas esboçado. É preciso construí-lo a partir de uma razão aberta e do exercício da complexidade.

NOTAS

- (1) MORIN, Edgar. *La méthode 4: les idées - leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisations*. Paris: Editions du Seuil, 1991, p.17.
- (2) MORIN, Edgar. *O enigma do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.63.
- (3) Id. Ibid. p.136
- (4) Id. Ibid. p.130-131
- (5) MORIN, Edgar. *O método 3º o conhecimento do conhecimento*, Portugal: Publicações Europa-América, s.d. p.144.
- (6) MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*, Portugal: Publicações Europa-América, s.d. p.32.
- (7) Id. Ibid. p.33
- (8) Id. Ibid. p.33
- (9) MORIN, Edgar. *O enigma do homem*, p.185-186.
- (10) MORIN, Edgar. *La méthode 4...* p.29.
- (11) Id. Ibid. p.28.

A CULTURA DA MANDIOCA E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

Serra de Sant'Ana - RN

*Edna Maria Furtado**

*Márvio Francisco A. de Medeiros**

*Rita de Cássia da Conceição Gomes**

* Professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.43-57, jan/jun, 1993

A CULTURA DA MANDIOCA E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

Setim de Santa Ana - RN

Edna Maria Furtado

Mário Francisco A. de Medeiros

Filipe de Cássia da Conceição Gomes

VIVÊNCIA UFRN COLÉGIO NIVAL, V. 8, n. 1, p. 43-57, jan/jun 1993

INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma contribuição ao entendimento do processo de produção do espaço.

A Serra de Sant'Ana, objeto empírico do referido trabalho, encontra-se localizada na região do Seridó-RN, numa altitude média de 700m.

Inserida no "polígono das secas", a serra de Sant'Ana apresenta um clima semi-árido, com chuvas no período de fevereiro-abril, sendo os meses de março e abril considerados os mais chuvosos. No entanto, as médias pluviométricas superiores atingem apenas 600mm/ano. Quanto à temperatura, graças à altitude da serra, apresenta-se inferior em relação à área de depressão que a circunda, ocorrendo nos meses de junho a julho temperaturas em torno de 25°C.

Com uma vegetação de caatinga hipoxerófila, em virtude da umidade e uma vegetação hiperxerófila nas encostas, a serra de Sant'Ana tem sido nos últimos anos, assim como todo o espaço seridoense, bastante agredida, através de um irracional desmatamento efetivado para atender a demanda energética por parte de pequenas indústrias instaladas na área e principalmente a Siderúrgica União, que se instalou em Currais Novos nos últimos anos. A referida siderúrgica possui hoje na serra de Sant'Ana, município de Lagoa Nova, cerca de 700ha de terras, que estão sendo utilizadas no cultivo de eucalipto, mecanismo este de que dispõe a referida indústria para servir de resposta a todas as críticas que foram levantadas no período da implantação da mesma.

O projeto de reflorestamento desenvolvido pela siderúrgica, no nosso entendimento, vem de encontro às características sócio-espaciais da serra de Sant'Ana, pois este espaço tem se apresentado desde a sua ocupação como uma área produtora de alimentos e não de madeira.

Quanto às condições edáficas do referido espaço serrano, merece destaque a presença dos solos arenosos e argilosos do tipo latossolos, os quais são de suma importância na produção agrícola.

Entender o espaço da serra de Sant'Ana, mais especificamente a sua produção, não significa apreendê-lo apenas do ponto de vista natural, mas apreendê-lo enquanto espaço social, político e econômico. Isto porque, somente assim, podemos analisar sua produção e reprodução, uma vez que ocorrem a partir das relações homem x homem e homem x natureza, contraditórias internamente e exteriorizadas através da forma de organização da produção e distribuição dos bens materiais de cada sociedade.

Assim sendo, a nossa compreensão da produção do espaço dá-se numa visão processual, ou seja:

"O espaço produzido não é estático, mas dinâmico, e que uma série de injunções dialéticas estão provocando transformações de produção que se refletem na forma e no conteúdo do espaço utilizado pelo homem" (ANDRADE, 1985:13).

Na tentativa de compreendermos este processo, investimos nossos esforços neste trabalho que tem como objetivo, analisar a cultura da mandioca e a produção do espaço na serra de Sant'Ana, assim como contribuir com informações para estudos futuros.

Para realizarmos, recorremos a pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários e principalmente pesquisa de campo onde, além da observação foi feito entrevista e mantido conversas informais com a população da área o que foi de fundamental importância para as inferências aqui ressaltadas.

1. A INTEGRAÇÃO LITORAL-SERTÃO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DA SERRA DE SANT'ANA

Os primeiros ocupantes da serra de Sant'Ana teriam sido os índios da tribo cariri, segundo informações daqueles que contam a história da serra, como é o caso do senhor Joaquim Coutinho, quando afirma que ainda hoje na serra existem vários "pontos" de morada dos índios, fato este que tem atraído estudiosos para a área, chegando alguns deles a resgatar peças que no passado serviriam de utensílios para os mesmos. (FURTADO, 1990:81).

No entanto, a história da colonização desse espaço, está atrelada ao movimento de integração da zona sertaneja nordestina ao espaço litorâneo. Tal integração ocorre no momento em que a pecuária necessita de um espaço próprio para se desenvolver, daí a validade da afirmação de AUGUSTO, *"certo e seguro é afirmar que todo movimento povoador decorre da necessidade econômica de encontrar lugar adequado e seguro à localização de fazendas de criação de gado"*. (1980:24).

O acesso à terra para desenvolver a pecuária obedecia as mesmas regras ditadas para a agricultura, isto é, a doação de sesmarias, estas justificadas como necessárias ao povoamento do território.

Entretanto, o espaço da serra de Sant'Ana seria um caso singular dentro do processo global de ocupação do Seridó, uma vez que teria se dado por

posseiros e não especificamente pelos "coronéis", como ocorreu nas áreas de relevo depressivo do Seridó, em virtude de que a serra apresentava condições bastante adversas à criação de gado. Tais posseiros seriam jovens fugidos das batalhas e escravos que buscavam a liberdade; junto aos índios, começaram a desenvolver uma agricultura voltada especificamente para atender às necessidades de sobrevivência do grupo.

O grande problema da serra é a falta d'água, daí todo o ciclo agrícola obedecer ao período chuvoso que ocorre na área. Destaca-se portanto as culturas do milho, feijão e principalmente a mandioca. "A roça de mandioca", assim chamada por aqueles que habitam a área, sempre fora muito importante para todos que ali moram. A mandioca já era importante no tempo do Capitão Mor Galvão, "dono da serra de Sant'Ana", fins do século XVIII, pois teria sido ele a construir a primeira "casa de farinha" da serra, situada na localidade de Umarizeiro.

Na atualidade, a casa de farinha e o plantio da mandioca são dois componentes básicos da paisagem rural da Serra de Sant'Ana, o que demonstra a importância de tal cultura no contexto social e econômico desse espaço.

Entretanto, é importante citar que outros produtos são encontrados no espaço da serra, sendo o caju um dos mais importantes, tendo sua produção destinada a agroindústria. Faz-se presente também campos de capim, o que denuncia uma "nova" atividade e que merece uma investigação específica, uma vez que tal fato nos mostra que a pecuária, antes negligenciada, evidencia uma redefinição no uso e na ocupação do espaço em questão.

2. O ESPAÇO DA SERRA DE SANT'ANA E SUA OCUPAÇÃO - UM BREVE HISTÓRICO

Entender o espaço geográfico significa apreender história produzida pelo homem. Isto porque a produção/reprodução desse espaço obedece às leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Daí porque *"a determinação natural precisa ser associada à determinação histórica, as reais responsáveis pelo dinamismo da matéria social e sua ligação contraditória com a natureza"* (SILVA, 1989:16).

Na análise da produção do espaço da serra de Sant'Ana, o que mais chama a atenção é a predominância da pequena propriedade familiar, desenvolvendo uma agricultura voltada para o consumo da família, com a venda do "excedente", o que serve para a aquisição de outros produtos, e que só aparentemente nenhuma influência sofre com a expansão do capitalismo no campo brasileiro. Dessa forma, que elementos são significativos na forte presença da pequena

produção familiar, na serra da Sant'Ana? Como o capital consegue se reproduzir em tal espaço onde as relações de trabalho se dão no contexto da propriedade familiar representada pela parceria (meia e terça)?

Na busca de respostas para tais questões, vale ressaltar que *"o desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também a circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias"* (OLIVEIRA, 1988:28).

A partir de tal entendimento é que podemos justificar não só a permanência, mas a reprodução da pequena propriedade familiar, que se dá não pela desestruturação do latifúndio, mas pela fragmentação do próprio minifúndio que ora é viabilizado pela herança, ora pela venda de parcelas da terra do mesmo.

No espaço agrário da serra de Sant'Ana se desenvolve culturas como a do caju, que nas últimas décadas tem atendido à demanda da indústria de beneficiamento nos seus vários ramos, bem como às chamadas culturas de "subsistência", milho, feijão, fava e mandioca, culturas estas que têm sido responsáveis pelo processo de produção/reprodução do espaço que ora se observa. Assim como a reprodução da força de trabalho familiar.

Dentre as referidas culturas, destacamos a cultura da mandioca que, além da reprodução da força de trabalho, tem sido também elemento importante na manutenção do contingente populacional do espaço em questão, até mesmo durante os longos períodos de estiagens que periodicamente atingem a região. (FURTADO, 1990:31).

A utilização da mandioca para a fabricação de farinha, remonta à própria história da referida cultura. No entanto, vale salientar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, no que se refere às relações de trabalho desencadeadas no processo.

Todo o processo está atrelado a um espaço de produção específico - a "Casa de Farinha", cuja utilização por parte do produtor de mandioca vem ao longo do tempo passando por mudanças significativas no que se refere a forma de pagamento pelo tempo utilizado, uma vez que de modo geral o pequeno produtor não é proprietário do referido empreendimento.

Num primeiro momento a "casa de farinha", é vista como uma unidade de produção familiar, onde todas as tarefas são desenvolvidas pelos componentes da família e o pagamento da utilização da mesma é feito com parte da produção chamada de conga.

A figura do forneiro, enquanto trabalhador especializado, surge como uma primeira mudança nas relações de trabalho, passando este a ser um trabalhador assalariado.

Entretanto, hoje tal especialização está desaparecendo, tendo em vista o processo de automação na produção de farinha, que ora se desenvolve no espaço em questão, indicando portanto, a ocorrência de uma redefinição na divisão técnica e social do trabalho na referida atividade.

Com a mecanização da "casa de farinha", que se dá de forma parcial ou total, as relações de trabalho deixam de ser familiares, e passam a ser relações de trabalho assalariadas, portanto capitalistas. Tal fato demonstra o processo de mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho, caracterizando a expansão das relações de produção capitalista, mesmo quando a unidade de produção básica é a família.

A produção de mandioca nos últimos anos tem diminuído sensivelmente, o que se justifica em virtude da falta de terras para o pequeno produtor. Agravando ainda mais a situação deste trabalhador, a presença de campos de capim para pastagem nas grandes e médias propriedades sugere também a redução de mão-de-obra ocupada o que fortalecerá o processo de migração das populações rurais para as áreas urbanas locais ou então para outras regiões do Brasil.

3. SERRA DE SANT'ANA - O ESPAÇO PRODUZIDO E EM PRODUÇÃO

Durante a pesquisa de campo, através da aplicação de 144 questionários, foi possível levantarmos alguns elementos importantes para o entendimento da produção do espaço em questão como sejam: acesso à terra e relações de trabalho, condições sócio-econômica e politização, bem como sobre o processo de produção agrícola desenvolvido na área.

3.1 - Acesso à Terra e Relações de Trabalho

Como já foi colocado anteriormente, o acesso à terra no espaço agrário da serra de Sant'Ana, tem início quando é distribuída as sesmarias na área sertaneja, destinadas principalmente a produção pecuária. Dada as condições naturais da serra, em especial as condições geomorfológicas, a serra não se prestava a tal atividade, sendo portanto ocupada por pequenos produtores que ficavam à "margem" da atividade pecuária, ficando portanto caracterizado o processo

de ocupação da serra de forma diferente em relação as demais áreas do Seridó do Rio Grande do Norte, isto porque é o posseiro a figura principal do referido processo.

A presença do posseiro, elemento "estranho" ao modelo de exploração das áreas agrícolas não só no Seridó, mas em todo o Nordeste, foi marcante na divisão da propriedade, fato ainda hoje bastante significativo.

O parcelamento do solo na área em foco, tem contribuído para a caracterização do espaço enquanto espaço de minifúndio, apesar da existência do latifúndio ainda que não predominante.

De acordo com a pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 1991, onde foram aplicados 144 questionários, 53% dos entrevistados são pequenos proprietários, com propriedades variando de 1 a 20 hectares. Em seguida pode-se perceber que prevalece o parceiro, seguido do arrendatário e como forma jurídica menos expressiva temos o posseiro, dada a localização da sua propriedade através de programas desenvolvidos pelos governos estaduais de distribuição de títulos de terra. A categoria assalariada, foi quase inexistente no período pesquisado o que leva a questionarmos: inexistente realmente o assalariado enquanto força de trabalho, ou as relações de compadrio mascaram estas relações? O trabalho assalariado na serra de Sant'Ana-RN se dá de forma temporário, por sua vez na época da safra do caju. Estas e outras questões serão respondidas ao longo da pesquisa

Segundo as respostas dos entrevistados, a compra e a herança são as duas principais formas de acesso a terra na serra de Sant'Ana. É provável que a herança seja o fator responsável pela intensa fragmentação que sofre a propriedade neste espaço, levando inclusive a existência de minifúndios que condiciona a reprodução mínima da força de trabalho, ficando o produto obrigado a estabelecer uma outra relação de trabalho com o latifundiário, o caso da parceria, ou com a agroindústria do caju (cata da castanha).

Tal como em outras áreas de predominância de minifúndios, a problemática do produtor no que se refere a sua produção é fato comprovado. A sua propriedade apenas lhe garante uma reprodução simples.

Apesar da predominância do minifúndio enquanto forma de propriedade, o latifúndio, como já foi colocado anteriormente, busca a sua afirmação na área, quer seja via pecuária, quer seja via cultura do caju. Esta ampliação do latifúndio se dá, principalmente nos períodos de adversidades climáticas, quando compra a preços baixos as terras dos pequenos produtores que buscam na migração a solução de sua problemática.

No que se refere as relações de trabalho, foi possível constatar que a força de trabalho familiar, ainda é a mais importante, conseqüentemente a mais utilizada no processo de produção agrícola da pequena propriedade. Entretanto, não se pode desprezar outros tipos de relações existentes, principalmente quando se trata da produção de farinha, que apesar de não serem capitalistas, mas assume certas formas mistas onde o dinheiro é quem faz diretamente a intermediação da relação.

As relações de trabalho do tipo parceria (meia e terça), bem como o arrendamento não-capitalista, e até mesmo o assalariamento disfarçado onde o trabalhador percebe falsos salários enquanto se enquadram dentro da análise que OLIVEIRA, (1986:29) faz ao estudar as relações de trabalho não-capitalistas, quando afirma que: *"o desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada de capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições"*. Acrescentamos ao pensamento do autor que, além da criação e recriação das relações não-capitalistas, o capital mantém aquelas já existentes, antes do seu processo de expansão em área determinada. Daí entendermos a persistência destas relações no espaço em estudo, mesmo quando a agroindústria impõe novos elementos no processo de produção do referido espaço.

3.2 - Condições Sócio-econômicas e politização do pequeno produtor da Serra de Sant'Ana-RN

As condições sócio-econômicas do espaço rural da serra de Sant'Ana-RN, não difere dos demais espaços rurais brasileiros, uma vez que estão condicionadas ora aos interesses do Estado enquanto representante da classe dominante, ora aos interesses de políticos na busca de votos e, ora aos interesses diretos do próprio capital. Assim sendo, pode se observar uma carência neste aspecto, uma vez que apresentam um baixo nível de consumo, o que está atrelado ao baixo poder de compra. Há uma predominância do 1º grau menor enquanto nível de escolaridade, e muitas são as dificuldades no que se refere ao acesso por parte dos pequenos produtores da serra, aos serviços de saúde. O que é comum em todo o Brasil independente de ser rural ou urbano.

No tocante a politização, foi constatado uma quase inexistência, se entendermos que a politização é antes de mais nada a consciência da cidadania por parte do cidadão.

Observou-se uma ligação direta ou indireta por parte dos entrevistados, com partidos de direita, os quais, como é do nosso conhecimento tem sido sujeitos importantes na construção desta sociedade da qual fazemos parte: discriminatória, alienante e desigual, onde um pequeno número de indivíduos que compõe a classe dominante, se reproduz de maneira ampliada às custas de uma massa de trabalhadores que luta para conseguir a sua reprodução, o que só acontece de forma simples.

Os sindicatos da área estudada, quase inexistem se levarmos em consideração o papel que os mesmos devem desenvolver junto aos seus sindicalizados. Sua atuação está limitada a ações paternalistas, as quais como sabemos fazem parte da forma de reprodução da classe dominante assim como do modelo de desenvolvimento concentrador e centralizador que se dá a nível nacional.

O exercício da cidadania é uma exigência que todos nós devemos fazer e principalmente o homem do campo, pois só assim ele poderá amenizar o processo de subordinação a que está submetido.

4. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O processo de produção agrícola da serra de Sant'Ana-RN tem como "maestro" a cultura da mandioca. No entanto, outras culturas se apresentam como importantes no processo, como sejam: o feijão, o milho, a fava e as chamadas frutas de estação.

No que se refere ao milho, feijão e a fava, são produtos básicos da alimentação do pequeno produtor da serra, conhecidos como culturas de subsistência, uma vez que são destinadas tanto ao consumo quanto a venda, dependendo da situação financeira e das necessidades do momento. Já os frutos de estação, além de alimento, servem também como meio de adquirir a mercadoria dinheiro a fim de efetivar a compra de outros produtos necessários à subsistência.

A cultura comercial do caju foi implantada na área no final da década de 60 e início de 70, incentivada principalmente pelo subsídio do governo para o setor e associada a demanda crescente do mercado nacional e internacional da castanha.

Essa cultura, além de ocupar o trabalho familiar provoca na área uma movimentação de mão-de-obra, de modo geral assalariada, visto que a safra ocorre durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, período de entressafra das culturas temporárias, quando este trabalhador se encontra liberado

da sua atividade principal (plantio e colheita), podendo desta forma, ceder a sua força de trabalho a valores mais significativos para o proprietário desta produção.

Quanto a cultura da mandioca, esta é a mais importante de todas. Enquanto a cultura permanente é também a fonte de reprodução da pequena produção e de suas relações. Esta cultura, apesar do caráter de subsistência que ela tem, na serra de Sant'Ana, ela é na realidade a principal mercadoria para a aquisição do dinheiro que reproduz o produtor. A mandioca tanto é vendida na sua forma natural, como seus subprodutos.

4.1 - Industrialização da Mandioca

A transformação da mandioca em farinha na serra de Sant'Ana, é um processo que remonta à sua própria história. A "casa de farinha" é um elemento marcante na paisagem da serra, assim como o engenho na área de cana-de-açúcar no período colonial, e a usina nos dias atuais.

É na "casa de farinha" que a mandioca é beneficiada, isto é, se transforma em farinha e em goma.

Ao longo da história, a "casa de farinha" se transforma. Esta transformação se dá na técnica de produção e também nas relações de trabalho que são específicas do processo de produção de farinha.

Do ponto de vista técnico, ela deixa de ser artesanal e passa a ser totalmente mecanizada. Com a mecanização, o espaço da farinhada, que antes era um espaço familiar, passa a ser um espaço capitalista. A este espaço já não interessa mais a convivência familiar, o que interessa é o lucro, a reprodução do capital. São estas as transformações que nos chama a atenção, isto porque, somente entendendo as mesmas poderemos entender o espaço que está sendo produzido e reproduzido na serra de Sant'Ana.

Segundo o nível de mecanização podemos dizer que existe na serra de Sant'Ana os seguintes tipos de "casa de farinha": artesanal, onde as atividades são feitas manualmente em número bastante reduzido; semi-mecanizadas, aquelas que emprega tanto a máquina com a atividade manual e as mecanizadas, aquelas que o processo se faz totalmente via máquina.

Quanto a forma jurídica, elas se dividem em: privadas e comunitárias. As casas de farinha privadas são alugadas ao pequeno produtor, o qual paga ao proprietário da mesma uma certa quantia para poder ter acesso e realizar a

industrialização da mandioca que ele produziu. Tal pagamento é feito com um determinado percentual da produção e comumente é chamado de *congá*.

A "casa de farinha" comunitária, surgiu a partir de um trabalho político desenvolvido pela EMATER-RN junto as comunidades da serra, através do serviço de extensão rural. Este trabalho resultou dentre outros fatos a construção das "casas de farinha" comunitária, como é o caso da primeira de uma série localizada na comunidade de Buraco da Lagoa. O referido empreendimento, pode ser considerado como uma grande conquista, uma vez que a congá paga é bastante inferior àquela, quando é utilizada uma "casa de farinha" particular.

A mandioca produzida atualmente na serra de Sant'Ana tem vários destinos. Uma parte é industrializada, e a farinha obtida, além de abastecer as famílias produtoras, abastece também o mercado das cidades vizinhas como Currais Novos, Cruzeta, Cerro Corá, Acari, Carnaúba dentre outras; com a expansão da pecuária no Seridó, acompanhada da falta de pastagem, a mandioca tem sido utilizada para a alimentação do rebanho, contribuindo assim para o declínio na produção de farinha e o conseqüente preço alto do referido produto no mercado; uma outra parte está sendo comercializada com o agreste pernambucano, área onde a pecuária também se expandiu, invadindo inclusive as terras que se destinavam ao plantio de mandioca. Esta comercialização se dá em níveis de preços superiores àqueles existentes no Seridó, contribuindo também para a diminuição da produção de farinha, bem como da goma.

A goma, apesar de não ser o produto principal obtido da mandioca, tem uma comercialização assegurada, até porque a tapioca faz parte da cultura alimentar da região.

A comercialização da goma se dá principalmente nas feiras e através de conversas mantidas com os seus comerciantes onde as mulheres se destacam neste processo.

A obtenção da goma pelos repassadores da mesma, se faz junto aqueles que alugam a casa para a realização da farinhada. A goma obtida para a venda tanto pode ser bruta, (havendo, neste caso, a necessidade de passar 3 dias, sendo que na maioria das vezes, o revendedor deste produto efetiva a compra de água, isto porque a água é bastante escassa na área), quando pronta para o consumo, isto é "lavada".

Nos últimos meses, segundo aqueles que comercializam a goma na feira de Currais Novos, principal mercado consumidor do produto, a venda da goma tem diminuído bastante, o que seria um reflexo da política de recessão econômica adotada pelo Estado brasileiro. Afirmam também, que graças a esta pouca venda, os lucros são muito pequenos em virtude de que a sobra do produto não

podendo ser devolvida, é vendida por um preço inferior ao preço normal do mercado.

Alguns comerciantes se encontram em 2 momentos distintos do processo. O primeiro momento se refere aquele em que se efetiva a compra da goma em maiores quantidades para ser vendida a comerciantes menores, exercendo portanto, o papel de atravessador; o segundo momento é aquele em que ele deixa de ser repassador para ser um comerciante na feira. Para este, muitos são os problemas enfrentados tais como, a "quebra" da goma após a lavagem que é em média de 20 a 30%, as despesas com o transporte com a água com embalagem, todos estes aspectos anulam praticamente os lucros que poderiam obter com tal atividade. Não tendo outra alternativa ele tenta com a goma se reproduzir.

Como foi citado anteriormente, a conga é a forma de pagamento feita quando se utiliza a "casa de farinha" particular ou comunitária. Esta é bastante variável, dependendo portanto do tipo de "casa de farinha" que está sendo utilizada pelo produtor de mandioca quando não é um proprietário de tal empreendimento.

No caso das "casas de farinha" comunitárias, a conga fica em torno de 10% e se constitui em rendimentos para a manutenção das mesmas. Já no caso das casas de farinha particular, a conga geralmente fica em torno de 40% o que se torna um instrumento forte de exploração da força de trabalho familiar por parte dos proprietários. Além do mais, quando se trata de um meeiro, ou o chamado morador este ainda paga um percentual ao dono da propriedade, pelo uso da terra.

Na atualidade, um dos problemas que têm atingido diretamente o pequeno produtor é a falta de terra para o plantio de lavouras de mandioca. Segundo depoimento dos produtores entrevistados, *"as terras estão nas mãos dos grandes proprietários e estes não querem plantar mandioca, querem criar gado, por isso falta mandioca"*. Os grandes proprietários quando cedem terras, limitam o prazo para três anos, criando assim uma instabilidade da força de trabalho, provocando a migração. Além do mais, o produtor que tem acesso a terra destes grandes proprietários, tem que sair e deixar o capim plantado.

O problema da concentração de terras ocorre de forma tal que, nos últimos dias, segundo os entrevistados, cerca de 200 produtores sem terra, se mobilizaram no sentido de praticarem uma invasão de terras. As terras que seriam invadidas pertencem a Siderúrgica União, localizada em Currais Novos, tal invasão não aconteceu, o que pode estar associado a despolitização dos trabalhadores, assim como uma maior organização da classe interessada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos importantes e bastante claros até o atual momento da pesquisa, são estes:

- constatou-se um indiscriminado desmatamento na área em função do aumento da área plantada principalmente pelo cajueiro, e ainda em virtude da demanda de madeira por parte da Siderúrgica União, tendo como consequência imediata o agravamento do empobrecimento, provocando a salinização.

- predomínio de relações de trabalho não tipicamente capitalistas como parceria, predominando a relação familiar de produção, porém observando-se no espaço relações timidamente capitalistas. No conjunto, estas relações têm contribuído de forma decisiva para a reprodução do capital.

O processo de produção de mandioca se dá segundo as relações citadas, sendo portanto o responsável pela reprodução da pequena produção existente na área.

A produção do caju, apesar de sua expansão se constitui como uma reserva de valor para o pequeno produtor, que será utilizado em momentos especiais. Esta reserva é obtida quer seja com a venda do pedúnculo (o caju) quer seja com venda do fruto - a castanha.

Observa-se o empobrecimento acentuado do pequeno produtor familiar, que produz mandioca, milho, feijão e fava, sendo tal empobrecimento explicado pela forma que o desenvolvimento econômico assumiu, beneficiando os ricos e marginalizando os pobres.

Apesar de inúmeras dificuldades enfrentadas no processo de produção, o pequeno produtor se reproduz paralelo a reprodução da pequena propriedade que se dá em virtude da forte divisão da propriedade via herança, caracterizando mais ainda a área, como uma área de minifúndios.

Por último, o avanço da pecuária, criando e recriando o espaço para o plantio do pasto viabiliza a curto prazo a aceleração do processo migratório campo - cidade, como consequência lógica da expansão do gado na área em estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço Norte-Rio-Grandense**. Natal. Ed. Universitária, 1981.
- _____. **Classes sociais e agricultura no Nordeste**. Recife, Ed. Massangana, 1985.
- AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília. Ed. do Senado, 1980.
- FELIPE, José Lacerda Alves. **Aspectos naturais da região do Seridó**. Mossoró. Coleção Mossoroense, V. XCV, 1988.
- FURTADO, Edna Maria. **A cultura do caju e as mudanças do espaço rural do município de Lagoa Nova-RN**. Aracaju, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de reprodução e agricultura**. São Paulo. Ed. Ática, 1986.
- SILVA, Lenira Rique da. **O Espaço Geográfico. Considerações Teórico-Metodológicas**. In: _____. **A não especialidade geográfica e a questão da terra**. Natal-RN, UFRN, Cooperativa Cultural, 1989.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA, professor de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

A ESTÉTICA DO GROTESCO NA OBRA DE JOSEPH CONRAD

*Prof. Dr. Antonio Eduardo de Oliveira**

Departamento de Letras - UFRN

**Dr. pela University of reading, Inglaterra*

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.59-66, jan/jun, 1993

A ESTÉTICA DO GROTESCO NA OBRA DE JOSEPH CONRAD

Prof. Dr. Antonio Eduardo de Oliveira
Departamento de Letras - UFRN

Por toda sua obra Conrad analisa valores humanos tais como o idealismo desenfreado, o egoísmo e a hipocrisia de uma forma pictórica. Assim fazendo, ele recorre a caricaturização de personagens e situações. Desta forma Conrad descreve os rumos da alienação moral de personagens como Kurtz, Charles Gould e Winnie Verloc. Para elaborar sua temática Conrad utiliza uma ironia mordaz. Uma leitura atenta de seus livros nos mostra que princípios da estética do grotesco e da tradição do carnaval permeiam as narrativas de Conrad. Este emprego do grotesco se esclarece quando recorremos a dois teóricos influentes no estudo das manifestações do grotesco nas artes e na literatura. O primeiro deles, Wolfgang Kayser associa o grotesco com a noção de estranhamento do mundo. Em seu turno, Mikhail Bakhtin relaciona as manifestações do grotesco com a idéia de renovação do mundo pelo riso, conforme a tradição do carnaval.

O princípio de estranhamento do mundo apontado por Kayser está profundamente ligado ao uso da máscara, na forma de caricatura; na automa tização de figuras, representadas por imagens mecânicas da vida e em marionetes. Todas estas manifestações do grotesco ocorrem na obra de Conrad. Por exemplo, em *Heart of Darkness* (*O Coração das Trevas*) (1902) agentes colonizadores no interior da África são ridicularizados e descritos de forma caricatural. Um exemplo disso é a denominação sarcástica do grupo de exploradores chamados de a Expedição do Eldorado, que é composta por indivíduos inescrupulosos. O líder deles é comparado a um brutal açougueiro: "*Ele parecia um açougueiro numa vizinhança pobre, e seus olhos tinham um olhar de astúcia sonolenta. Ele carregava a pança gorda dele com ostentação nas suas pernas curtas*" (44). Temos aqui então uma clara associação entre deformação, falta de escrúpulos e derramamento de sangue e processo colonial. Já o agente do primeiro posto administrativo implantado no interior da selva africana é equiparado a um milagre em sua elegância de vestir. Um outro funcionário por sua vez é descrito como "*um Mefistófeles feito de papel machê*" (37). Estes representantes da prática civilizatória são até mesmo equiparados a personagens de uma farsa, tendo por única decoração de palco "*um pedaço de pano negro*" (19).

As idéias humanitárias defendidas pelo colonizador europeu de que "*devemos trazer luz para essas mentes primitivas*" servem para camuflar devastação e pilhagem. A cena do campo da morte que se assemelha a "*algum retrato de um massacre ou de uma peste*" (25), torna isso claro. A maior evidência disso na narrativa, está na visão assustadora de cabeças humanas cortadas, servindo de decoração em frente à cabana do Sr. Kurtz, cujos métodos abomináveis o fazem ser visto como um Deus pelos nativos. Ao retratar o processo colonizador Marlow, personagem central e narrador da novela, sintetiza todo o absurdo do caráter destrutivo do processo de colonização, com uma imagem de forte carga

irônica. Vemos um homem carregando um balde furado tentando apagar um incêndio gritando que *"todo mundo estava se comportando esplendidamente"* (33). Esta cena de sabor carnavalesco se contrapõe ao emprego de violência. Ouvimos então na mesma sequência os gritos horrorosos de um nativo, que, acusado de ser responsável pelo incêndio, é espancado impiedosamente.

A atitude desenfreada dos colonizadores de explorar riquezas naturais, às custas da violência e morte dos africanos, reflete a mecanização de uma civilização que se desumaniza pela satisfação de interesses materiais. O homem torna-se então destituído de uma alma, desprezando qualquer gesto de solidariedade humana, tornando-se tão mecânico quanto um marionete manipulado pelas forças mais mesquinhas. A figura do marionete é típica da estética do grotesco, e Conrad utiliza uma variação dela ao representar protagonistas dominados por uma idéia fixa. A obsessão dos colonizadores pelo lucro e pelo poder na prática do genocídio mostrada em *O Coração das Trevas* exemplifica isso. Além disso Conrad nos alerta contra o lado grotesco da natureza humana de forma irônica e ambígua. Por exemplo, o agente administrativo do primeiro posto colonizador no Congo é ridicularizado pelo esmero dele com sua aparência arrumada, nitidamente deslocada num local onde predomina o caos. No entanto, Marlow também expressa admiração pelo agente que ele retrata escarnecidamente como *"um manequim de cabeleireiro"* (26). Diante da atitude disciplinada de manter as aparências, Marlow declara que *"aquele homem tinha fibra"* (26). Temos aqui na verdade uma ilustração de um princípio ético que Conrad tanto preza na vida; o auto-controle. Conrad vê este princípio de uma forma que não é exclusiva da civilização. É antes um valor latente da humanidade. Por isso, ele mostra a presença do auto-controle entre indivíduos das culturas mais distintas. Assim Marlow também destaca sua admiração pela atitude dos aborígenes africanos, à bordo do barco da expedição, que se controlam comendo carne podre de hipopótamo mesmo tendo diante do nariz a carne apetitosa do colonizador.

Já em *Nostromo* (1904) o tema da fascinação do homem por interesses materiais, faz Conrad retratar a influência de forças imperialistas na vida dos habitantes de Costaguana, uma república imaginária na América do Sul, onde políticos corruptos se sucedem durante revoluções que ocorrem uma após outra, visando apenas a obtenção de lucro pessoal, apesar de pregarem mudanças sociais. Conrad ridiculariza a ganância dos ditadores militares destacando a aparência, caricatural deles. Por exemplo, o general Sotillo tem uma complexão amarelada e *"olhos que pareciam mortos e mesmo em decomposição"* com órbitas *"cor de sangue de muita insônia sinistra"* (364), enquanto o general Gamacho exibe *"presas amareladas num sorriso de estúpida hilaridade"* (322). Por outro lado, numa das cenas de abertura da novela o capitão Mitchell relata

a fuga do ditador Simon Ribera, que derrotado na batalha de Socorro foge montado numa mula manca, que esgotada de todo o esforço "*expirou debaixo dele no final da Alameda, onde a banda militar toca às vezes à noite entre as revoluções*"(23).

Também o grande representante do expansionismo norte americano na América do Sul Holroyd, é caricaturado impiedosamente. Ao caricaturá-lo Conrad denuncia a hipocrisia do fundamentalismo americano, que esconde por trás de seu discurso religioso, uma sede imperialista insaciável. Na eloquência de Holroyd, o imperialismo americano é concebido como uma forma da providência divina se manifestar no mundo inteiro. Por isso Holroyd declara:

O tempo tem de esperar pelo maior país no universo inteiro de Deus.

... Nós iremos governar os negócios do mundo quer o mundo goste ou não. O mundo nada pode fazer - e nem nós, eu suponho(75).

A caricatura de Holroyd é introduzida pelas palavras de Emília Gould que o responsabiliza por incutir no marido dela, Charles Gould, a prática materialista "*da religião da prata e do ferro*" onde o Deus dele age "*como um tipo de parceiro influente... um tipo de idolatria*"(70), comenta a Sra. Gould. Mas, é o narrador onisciente que traça um esboço definitivo de Holroyd, sugerindo solenidade e ameaça Holroyd tem "*um perfil massivo... o perfil da cabeça de um César numa velha moeda romana*"(75). Charles Gould, Decoud e Nostromo, o personagem que dá título à novela correspondem todos à figura do marionete, na sua variação trágica. Todos eles são vitimados pelo seu próprio código individual de conduta. Estes três personagens constroem suas próprias tragédias pessoais. O primeiro deles se guia por um idealismo arrebatador que lhe custa o isolamento na vida conjugal e da população de Sulaco para quem ele fantasia melhoras sócio-econômicas. Na verdade, Charles Gould quer redimir a tradição da sua família de desbravadores, presentes em Sulaco por várias gerações. Todavia, ele disfarça sua valorização pessoal, falando em reformas sociais, obtidas apenas por meio de interesses materiais. Conrad recorre ao emprego de caricatura indireta para criticar a obsessão de Gould pela mina. Vemos então a referência às paredes brancas e vazias da casa do casal Charles e Emília Gould, uma metáfora para o estado de negligenciamento do próprio casamento deles. As paredes estão vazias, exceto pela pintura de Emília, que representa seu próprio isolamento, onde se vê "*um desenho de uma aquarela da montanha de San Tomé*"(69).

Em *The Secret Agent* (*O Agente Secreto*) (1907), o grotesco é empregado para retratar a desumanização do homem metropolitano imerso numa "*cidade enorme... mais populosa do que alguns continentes... uma cruel devoradora da luz do mundo*" (10), por ela circulam anarquistas e agentes secretos motivados pela preguiça moral. A isso se contrapõe a sublime sensibilidade de Stevie. Na atmosfera grotesca da narrativa temos duas seqüências de magistral efeito irônico. Trata-se do percurso da mãe de Winnie rumo ao asilo de velhos, funcionando como uma alegoria de uma trajetória rumo ao mundo da morte. Descrevendo este trajeto, Conrad recorre ao estilo mock-heroic (herói-cômico) oferecendo um toque de especial sublimidade cômica à narrativa. Desse modo as limitações do estilo melodramático são evitados. A segunda seqüência grandiosa, ao meu ver, da narrativa é a análise descritiva do assassinato do Sr. Verloc. O crime é o preço da libertação existencial da esposa dele, Winnie Verloc. Diante de toda a carga emocional do assassinato, o narrador compara o confronto entre os dois "*a uma luta pela posse da mesma cadeira*" (191).

O efeito de estranhamento apontado por Kayser está presente em *O Agente Secreto* em descrições ameaçadoras do ambiente urbano tida como fonte do isolamento das personagens. Em *Nostromo*, o estranhamento do mundo se manifesta na alienação do protagonista Charles Gould de sua esposa e de seus semelhantes, como resultado de sua concentração em si mesmo através de um idealismo extremo. E, em *O Coração das Trevas*, o estranhamento do mundo ocorre no confronto do homem civilizado com a ameaça da natureza inexplorada da África, e ainda causando no personagem Marlow uma rejeição do mundo civilizado.

O emprego da noção de estranhamento entre personagens e o mundo da máscara na variação da caricatura, e o uso do marionete são elementos típicos da tradição do grotesco utilizados por Conrad para visualizar conceitos morais por meio da palavra escrita. Dessa maneira, a ética de Conrad centrada nos valores da solidariedade, do auto-controle e da fidelidade são postos em destaque.

A estética do grotesco em Conrad nos leva mais adiante. Ela também nos conduz à tradição do carnaval. Isso por causa da forte carga de ironia e sarcasmo sempre tão presentes na obra de Conrad. As atitudes irônicas e sarcásticas típicas da modernidade atualizam a rizada carnavalesca da época medieval. As teorias de Bakhtin sobre carnavalização nos ajudam a elucidar o lado jocular do grotesco, e, nos fazem ver que a rizada comunitária, típica do carnaval medieval tem pontos em comum com a rizada irônica e individual encontrada na obra de Conrad. Ao empregar uma ironia pesada, Conrad constrói uma visão desordenada do mundo de forma a criticar excessos de

idealismo, egoísmo e hipocrisia. A estética do grotesco em Conrad se aproxima da defesa feita por Bakhtin do princípio revitalizador do riso como forma de subversão das categorias oficiais que separam os homens por hierarquias. Bakhtin demonstra que o riso põe o mundo oficial de cabeça para baixo, e, uma vez rompidas as categorias oficiais, a humanidade pode se solidarizar, desfrutando da rizada comunitária dos festejos carnavalescos. De forma análoga, Conrad utiliza a ironia para defender a necessidade da solidariedade, da fidelidade e do auto-controle como forma ideal de harmonia entre a humanidade.

BIBLIOGRAFIA

CONRAD, Joseph. **Heart of darkness**. (1902), Penguin, Great Britain, 1979. As referências traduzidas para o português do texto original desta e de outras obras de Conrad citadas são de minha autoria.

_____. **Nostromo**. (1904), Penguin, Great Britain, (1963), 1979.

_____. **The secret agent**. (1907), Penguin, Great Britain, (1963), 1978.

KAYSER Wolfgang. **The grotesque in art and literature**. Tradução de Ubrich Weisstein, MacGraw - Hill Paperback Edition, 1966.

BAKHTIN, Mikhail. **Rabelais and his world**. The Massachusetts Institute of Technology, Cambridge - Massachusetts and London, 1968.

ESTÉTICA E TEORIA DA ARQUITETURA: CONSIDERAÇÕES

Carlos Newton Júnior

Professor do Departamento de Arquitetura da UFRN

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.67-83, jan/jun, 1993

QUILÉTICA E TEORIA DA AR- QUITETURA: CONSIDERAÇÕES

Carlos Mouton Júnior

Professor do Departamento de Arquitetura da UFRN

Existem, comumente, duas formas de se pensar a Teoria da Arquitetura. A primeira, enquanto um conjunto de conhecimentos técnicos imprescindíveis ao fazer arquitetural, à feitura do projeto arquitetônico (conhecimentos esses já delineados desde o século I da nossa era, através d' **Os Dez Livros da Arquitetura**, de Vitrúvio), não é, certamente, aquela à qual farei referência no decorrer deste texto. Tratarei, aqui, da segunda idéia: a Teoria da Arquitetura enquanto uma **reflexão** sobre a Arquitetura : sendo esta entendida como **Arte maior**, pertencente, segundo a classificação proposta por Dessoir, ao grupo das **Artes Espaciais**, e caracterizando-se, quanto à preocupação com a procura da Beleza, como uma das **Belas Artes** (apesar de ser a Arquitetura, de todas as Belas Artes, aquela que mais próxima se encontra da fronteira com as **Artes Úteis**, também chamadas de **Mecânicas**).

II

Trata-se, portanto, de meditar sobre a Arquitetura, e pode-se pensar, à primeira vista, que este segundo entendimento da Teoria da Arquitetura se constitui, apenas, em mais um aspecto daquilo a que Spinoza chamaria estudo de **amor intellectualis** : assim, as obras que versam sobre essas reflexões seriam ensaios de amor intelectual, como o são aqueles contidos nas primeiras meditações de Ortega y Gasset⁽¹⁾.

Não que eu menospreze a atitude do deleite intelectual, do desejo de conhecer. Muito pelo contrário: afinal de contas, não foi outro senão Aristóteles quem iniciou sua **Metafísica** afirmando que "*todos os homens se empenham, por natureza, em conhecer*"⁽²⁾, reconhecendo encontrar-se no desejo do saber, inato ao homem, a origem de todo o nosso conhecimento reflexivo. Mas o fato é que os estudantes de Arquitetura, ansiosos por aplicarem, de imediato, os conhecimentos adquiridos durante o Curso aos seus respectivos projetos, tendem, em grande maioria, a considerar supérfluo o conjunto das reflexões pertencentes a esse segundo entendimento da Teoria da Arquitetura, ao contrário do que ocorre com aquela primeira idéia da expressão, geralmente aceita como fundamental.

Devo afirmar, logo de início, e, também, sem nenhum desrespeito para com esses estudantes : haja vista estarem eles a empreender os primeiros passos em direção ao desvelamento da Arquitetura -, que essa postura resulta da ausência de uma visão mais ampla do fazer arquitetural. Que este **fazer** não é

ensinável, restando às universidades o papel de ensinar tão somente o **como se faz** Arquitetura - existindo, aí, grande diferença entre uma atitude e outra - é, talvez, uma das afirmações mais polêmicas deste texto, e será discutida com a devida atenção um pouco mais à frente, quando analisarmos as idéias de Ariano Suassuna sobre **ofício, técnica e forma** na Arte, aplicando-as ao caso da Arquitetura em particular.

Por ora, e para inflamar ainda mais os ânimos à discussão futura, afirmemos que o fazer arquitetural - assim como o fazer em todos os gêneros artísticos conhecidos -, materialização da **intuição** pessoal e criadora (essência de toda e qualquer obra de Arte), do **Sentimento do Mundo** de cada um (para fazer-me valer de uma expressão cara a Drummond), é atividade que concerne única e exclusivamente a cada aluno em particular, todos protagonistas na empolgante tarefa de criar lugares. E, desta forma, poderemos encontrar, para as reflexões da nossa Teoria da Arquitetura, um objetivo prático, concreto, diretamente aplicável à vida profissional do arquiteto, sendo que a longo prazo: a necessidade do aluno de **se educar esteticamente** - atitude demorada, difícil, árdua mas gratificante, e que, afinal de contas, só depende dele mesmo.

III

Pois bem: se é a Arquitetura Arte, e a Teoria da Arquitetura uma reflexão sobre esse gênero artístico em particular (ou uma Filosofia da Arquitetura), podemos afirmar que a Teoria da Arquitetura pertence àquele conjunto de idéias e reflexões que constitui o campo de conhecimento da **Filosofia da Arte**.

A Filosofia da Arte, **núcleo da Estética**, estende suas reflexões a todos os gêneros artísticos conhecidos, procurando compreender o que eles têm de fundamental: por um lado, o **impulso vital** e **supralógico** do homem em direção à **Beleza**, como se ele quisesse realizar, aqui na Terra - essa **Fera Sangradora**, Onça-Parda em cujo dorso incertamente habitamos -, a vitória ainda incompleta da Harmonia sobre o Caos; e, por outro, como tentativas de resposta ao **Enigma da Máquina do Mundo** - tentativas parciais, instantes de "*qualquer impossível calma*", diria Fernando Pessoa (uma clama transitória, é bem verdade, mas por isso mesmo fundamental).

Arquitetura, Escultura e Pintura; Música, Literatura e Cinema; Teatro, Ópera, Balé, dentre outros gêneros artísticos - Artes **Plásticas** ou **Espaciais**, **Temporais** e de **Síntese** - constituem, assim, a grandiosa e complexa fronteira pela qual a Filosofia da Arte se encontra balizada, fronteira que, em toda a sua extensão, interessa de perto à Teoria da Arquitetura, pois não podemos estudar

a Arquitetura sem fazer alusão às outras Artes, muitas das quais possuem com ela uma relação direta e profunda, como é o caso da Pintura e o da Escultura - para não falar no **ritmo** da Música, origem de todas as Artes⁽³⁾.

IV

A Teoria da Arquitetura pertence, então, em última análise, à **Estética**, disciplina que, na minha visão parcial e tendenciosa para com tudo que me toca de perto e profundamente, é sempre identificada como a mais sedutora de todas as que se unem para compor aquele Castelo áspero, fulgurante, belo e inexpugnável que é a **Filosofia**, baluarte erigido durante séculos com o acúmulo do Pensamento de homens iluminados - tomá-lo de assalto é alcançar o Divino.

Muitos autores entendem a Estética de forma equivocada: ora ela é definida como a **Filosofia da Arte**, ora como a **Filosofia do Belo**. No primeiro caso, confusão mais amplamente difundida, o resultado é sempre uma limitação indesejável à Estética. Isto porque à Estética estão relacionados, também, problemas filosóficos alheios ao campo da Arte, concernentes à especulação sobre a Beleza na Natureza: por que existe o Cômico, se a perspectiva da Morte atribui à Vida um caráter essencialmente Trágico? Por que rimos de determinadas situações, enquanto que, em outras, sentimos terror, piedade ou a mais profunda compaixão, chegando, inclusive, a atingir a **Catarse** aristotélica? Não será a sensação de nojo ou repugnância despertada diante de certos animais, e não de outros, que nos faz tachar uns de feios, outros de belos? O macaco é por natureza risível ou o riso por ele provocado resulta de sua identificação, em nosso inconsciente, com um homem tolo e desengonçado? A Beleza - seja sua natureza qual for, se reflexo de um mundo das essências, luz que dança sobre a harmonia ou a própria harmonia das partes entre si e em relação ao todo, a "unidade na variedade" - é um atributo real dos seres ou uma simples construção feita na mente do contemplador, nas profundezas do nosso **Eu**? Não seria a lembrança da Morte, razão da **Angústia** dos homens, que nos faz considerar feias as pessoas muito magras, pálidas ou defeituosas? A cultura tem uma importância vital para um Povo, um País, ou, antes, deveríamos deixar de lado as preocupações com o **nacional** e começar a aceitar frases derrotistas do tipo "*nada nos é estrangeiro, pois tudo nos é*"? E assim por diante.

Ou seja: são problemas filosóficos⁽⁴⁾ alheios à Arte em si, mas pertencentes, de fato, ao campo estético. Precisamos ter sempre em mente, então, que a Filosofia da Arte **pertence** ao campo estético, mas não o esgota. A Teoria da

Arquitetura, por sua vez, é parte muito pequena do conjunto de conhecimentos que formam a Estética.

Quanto à identificação da Estética com a Filosofia do Belo, podemos elucidar o equívoco atentando a definição de Estética do escritor Ariano Suassuna: a Estética é uma **Filosofia da Beleza**. Mas a Beleza não deve ser confundida, nesta definição, com o **Belo** clássico, como normalmente acontece. O Belo é apenas **uma** das diversas categorias da Beleza, categoria que Charles Lalo caracterizou como "(...) *a forma especial de Beleza entendida como uma harmonia sensível à inteligência, julgada pelo gosto, e na qual se obtém, sem esforço, o máximo de rendimento estético com um mínimo de meios*"⁽⁵⁾. Um exemplo típico do Belo, na Arquitetura, seria, segundo Lalo, o Templo grego.

A Beleza é entendida, na visão de Ariano, em seu sentido mais amplo e profundo, "(...) *algo que, como o estético dos pós-kantianos, inclui aquele amargore aspereza que lhe via Rimbaud - a fase negra de Goya, a pintura de Bosch e Breughel, o luxuriante, monstruoso e contraditório barroco, as gárgulas góticas, o românico, as Artes africanas, asiáticas e latino-americanas, os trocadilhos obscenos de Shakespeare, o trágico, o cômico - todas as categorias da beleza e cânones da Arte, afinal; e também, naturalmente, o Belo, nome que fica reservado àquele tipo especial de Beleza que se fundamenta na harmonia e na medida e que é fruída serenamente*"⁽⁶⁾.

O objeto de estudo da Estética é a **Beleza**, portanto. Mas não devemos esquecer a lição do grande Bergson, para quem a Beleza aparece na Natureza por acaso, enquanto que, na Arte, ela é deliberadamente procurada e realizada. Assim, par Bergson, a Filosofia da Arte deve ser o **núcleo da Estética**, seu cerne, o que a Estética tem de principal.

V

Ouvimos falar, com certa frequência, que todo esteta é um artista frustrado. Mas boa parte dos que se valem dessa afirmação infundada, diga-se de passagem, é composta por artistas de segunda categoria, temerosos de que a Estética venha a legislar sobre a Arte e sua criação artística em particular. Ora, não é interesse da Estética julgar essa ou aquela obra, esse ou aquele artista. A preocupação da Estética é com os **princípios gerais** da Arte e da Beleza. Como afirmou Ariano, "(...) *não compete à Estética julgar os romances de Zola; compete-lhe definir o que é um romance, em geral. Agora, se Zola sai de seu campo criador e afirma que a 'Arte deve imitar cientificamente a vida', aí Zola foi quem saiu de seus limites e enunciou um princípio geral: aí compete à Estética*

mostrar que ele está errado, pois toda verdadeira Arte não imita, recria, deforma e transfigura a realidade"⁽⁷⁾.

Não é necessário ao esteta - ou estetólogo, como diria Romano Galeffi - ser também um artista; tampouco se pretende que o artista seja um estudioso da Estética. Uma coisa é fazer Arte, e outra, bastante diferente, é refletir sobre ela. Tomemos o exemplo de Tolstói: ninguém em sã consciência contestará a genialidade do autor de *Guerra e Paz*, mas quando Tolstói afirmava detestar a Música, considerando-a - como nos lembra Teixeira Coelho - "(...) *recurso para embrutecimento das pessoas*"⁽⁸⁾, não podemos deixar de discordar e criticar ferrenhamente o juízo do grande escritor russo, que então agiu como mau esteta.

De igual forma, não é necessário ao estudioso da Teoria da Arquitetura ser um arquiteto, assim como o grande arquiteto não o será exclusivamente por ter estudado e se aprofundado no campo do conhecimento teórico. De fato, dois dos maiores estetas brasileiros da atualidade foram autores de reflexões ricas e importantes sobre a Arquitetura, sendo que nenhum dos dois é arquiteto. Refiro-me a Evaldo Coutinho e a Ariano Suassuna. Ambos foram professores no Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e são escritores da maior grandeza, sendo Evaldo Coutinho mais puramente filosófico, um singular escritor de *ensaios*⁽⁹⁾, e Ariano, como todos sabem, mais dedicado à Literatura, à obra de Arte puramente literária. Evaldo Coutinho é o autor do tão conhecido quanto pouco lido *O Espaço da Arquitetura*⁽¹⁰⁾, além de vários outros trabalhos de grande qualidade onde aborda o seu tema predileto: o *Princípio da Autonomia da Arte*, ou, como ele mesmo diz, da *forma bastante*. O maior "problema" dos seus escritos, entretanto, é a linguagem erudita, hermética, difícil e conseqüentemente desestimulante aos leitores não iniciados. Ariano, por sua vez, também registrou seu pensamento sobre a Arquitetura em diversas oportunidades, ora dedicando a ela todo um capítulo de sua *Iniciação à Estética*⁽¹¹⁾, ora em artigos de jornal, textos acadêmicos, ensaios e manifestos, como é o caso, por exemplo, de suas considerações sobre a Arquitetura quando discorre sobre a base teórica do *Movimento Armorial*⁽¹²⁾.

Quando teoriza sobre a Arte, Ariano é mais claro do que Evaldo Coutinho. Aliás, uma de suas grandes qualidades, enquanto professor de Filosofia, é a capacidade de tornar acessível aos alunos, com exemplos simples e teatrais - a maioria dos quais ligados ao risível -, problemas metafísicos dos mais angustiantes, exigentes da mais alta capacidade de abstração. Mas, por ora, importa tão-somente afirmar que são duas visões distintas sobre a Arquitetura, as de Evaldo Coutinho e Ariano, e que, de minha parte, sinto-me muito mais inclina-

do à Arquitetura ornamental, rebuscada, luxuriante, colorida, integrada com a Pintura e a Escultura, defendida por Ariano - muito mais pertinente, a meu ver, ao espírito **castanho** do Povo brasileiro -, do que à tendência mais racionalista e autônoma defendida por Evaldo Coutinho. Estou ciente, é claro, de que, para os defensores do Princípio da Autonomia da Arte, a Arquitetura não se resolve só com o espaço arquitetônico, sua matéria específica. Mas creio que o espaço integrado de uma Arquitetura **armorial** é muito mais verdadeiro, em relação à Cultura brasileira, do que o espaço pensado de forma autônoma, o espaço frio e funcionalista que os mestres do Movimento Moderno quiseram, a todo custo, legitimar como ideal de valor estético - uniformização estreita, perigosa e indesejável. Entre Gaudi e Le Corbusier prefiro, de longe, Gaudi, talvez o maior arquiteto do século XX. E se me fosse possível escolher entre Francisco Brennand e Oscar Niemeyer para projetar minha casa, não vacitaria em apontar o primeiro, mesmo sabendo que Brennand não é arquiteto (ou melhor, não cursou faculdade de Arquitetura).

VI

Não faz muito tempo, foi lançado no Brasil com repercussão considerável o livro **Da Bauhaus ao Nesse Caos**, do escritor norte-americano Tom Wolfe⁽¹³⁾. Wolfe, que não é arquiteto, faz uma crítica contundente e bem humorada à influência, para ele nefasta, das idéias do Movimento Moderno na Arquitetura do Estados Unidos, preconizadas, principalmente, pelos ex-mestres da Bauhaus que lá se refugiaram da ascensão do nazismo. O deslumbramento da maioria dos arquitetos norte-americanos diante das lições dos "deuses brancos" europeus, aliado à aceitação de suas idéias como verdadeiros dogmas, teria desviado, segundo Wolfe, a Arquitetura norte-americana de um caminho mais original e coerente com suas tradições culturais.

Talvez algo semelhante tenha ocorrido no Brasil. De fato, o que mais me chamou a atenção durante a leitura do livro **Da Bauhaus ao Nesse Caos** foi que a crítica do autor - ou melhor, a essência da crítica - é a mesma da dirigida à Arquitetura brasileira por Ariano Suassuna já em 1961 (bem antes de Wolfe, portanto), em um ensaio lido, como conferência, primeiro na Faculdade de Filosofia do Recife, e depois na Faculdade de Arquitetura - sendo que, no caso de Ariano, é à influência específica de Le Corbusier na nossa Arquitetura que ele volta seu comentário. O início do ensaio é o seguinte:

"A Arquitetura brasileira contemporânea nem é arquitetura - pois é feia, fria e desagradável - nem é brasileira - pois é copiada

de Le Corbusier, internacionalista, cosmopolita, requentada, brancosa, cartesiana, de paredes nuas, brancas, retas, e tendo, ainda por cima, desterrado de dentro de si a Pintura, a Cerâmica e a Escultura. Certa vez, Le Corbusier indignou um grupo de jovens arquitetos brasileiros que o visitavam, dizendo que toda a Arquitetura brasileira moderna originava-se da dele. Le Corbusier tinha razão, e ainda foi delicado, porque não acrescentou que ele próprio faz, às vezes, por acaso, coisas boas, e nossos arquitetos só tem feito é copiar o que ele tem de pior, de mais brancoso, cartesiano e calvinista, repetindo fórmulas e o feio jargão de "gabaritos", "soluções", e outras coisas "funcionais". Tudo isso não tem nada de brasileiro"⁽¹⁴⁾.

Deve-se levar em conta que esse texto foi escrito em 1961, e que é outra a situação atual da Arquitetura brasileira. Foram muitos os arquitetos que partiram, depois, em busca de novos caminhos, alcançando resultados valiosos e originais, que colocam nossa Arquitetura entre as mais respeitadas do mundo. Mas a tendência **racional** prevaleceu, em parte **imposta** por questões econômicas.

VII

A influência das idéias de Le Corbusier foi enorme, no Brasil e em boa parte do mundo. E não só entre os arquitetos, que colocavam, nos seus projetos, essas idéias em prática, mas também entre os estudiosos da Arte, críticos e historiadores em geral. Tomemos um caso, apenas, para exemplificar essa influência: Pietro Maria Bardi. Nascido em La Spezia, Itália, Bardi veio para o Brasil em 1946, então com 46 anos, a convite de Assis Chateaubriand, para organizar e dirigir o Museu de Arte de São Paulo (MASP). Algum tempo depois, Bardi lançou **Pequena História da Arte**, livro composto por um conjunto de palestras proferidas na época e que foi reeditado, em 1990, pela mesma editora responsável pela primeira edição, a Melhoramentos. Não comentarei o livro - do qual, aliás, discordo em algumas passagens, conceitos ou julgamentos do autor. Citarei, apenas, algumas reflexões sobre a Arquitetura que se encontram no texto de Bardi e que revelam, logo à primeira leitura, que foi em Le Corbusier que ele se baseou para escrevê-las:

"Uma casa é, não raro, uma arquitetura mal desenhada. O inventor de um aeroplano, obedecendo a cálculos e adaptando-se a necessidades estáticas e dinâmicas que não permitem super-

fluidades decorativas, é levado naturalmente a desenhar formas puras e, consequentemente, gratas à nossa vista. O construtor de uma casa, ao contrário, menos responsável e agindo num campo arbitrário, é levado, pela moda cidadina e a falta de gosto geral, a fazer a casa de qualquer maneira, sem preocupações artísticas ou, quando muito, com as suas preocupações estéticas, que, muitas vezes, são deletérias"⁽¹⁵⁾.

Ou ainda:

"O conceito de arquitetura deve ser amplo. Devemos todos pensar na influência das formas da mecânica industrial sobre os cidadãos. A aviação, o automobilismo, a náutica, produziram formas arquitetônicas essenciais: são as mais próximas do espírito contemporâneo""⁽¹⁶⁾.

Bardi não cita Le Corbusier, mas quem leu **Por uma Arquitetura**, notadamente o capítulo "Olhos que não Vêem", percebe, logo, que essas idéias são de Corbusier, e não de Bardi.

Por uma Arquitetura é um clássico da Teoria e História da Arquitetura, e podemos até mesmo dizer, sem risco de erro, que o livro é o primeiro grande manifesto da Arquitetura racionalista moderna. Justifica-se então, com a palavra **manifesto**, o estilo panfletário do autor, sempre repetindo, aqui e acolá, frases de efeito contra a cultura historicista do século XIX. Devemos lembrar, ainda, que **Por uma Arquitetura**, publicada em 1923, é a reunião, em forma de livro, de artigos que Corbusier vinha publicando, desde 1920, na revista **l'Esprit Nouveau**. É um livro fundamental para os alunos se iniciarem na teoria do Racionalismo moderno e na história do Movimento Moderno em Arquitetura, apesar de ser cheio de erros graves e julgamentos injustos. Em parte, muitos desses erros e julgamentos podem ser entendidos (o que não quer dizer que possam ser justificados) pelo contexto mais geral da obra - o **momento histórico** ainda fortemente marcado pelo **historicismo** do século passado, que colocou em xeque a cultura artística, em geral, e a arquitetônica, em particular, e a necessidade de reconstrução rápida e eficiente das cidades atingidas pela primeira grande guerra. René Rémond, escrevendo sobre as destruições econômicas da Primeira Guerra Mundial, sintetiza assim a situação da França:

"Cerca de 3 milhões de hectares devastados, pontes rebentadas, a rede ferroviária desorganizada, edifícios arrasados, minas inundadas pelos alemães no momento de evacuar o Passo-de-Calais""⁽¹⁷⁾.

Um dos maiores problemas de **Por uma Arquitetura**, a meu ver, reside no fato de que Le Corbusier, homem de temperamento racional, toma o seu **juízo de gosto** e teima em transformá-lo em **juízo de valor**. É perfeitamente compreensível e natural que ele goste mais da Arquitetura **grega**, clássica, despojada, equilibrada e tranqüila, do que da **gótica**, ornamentada, luxuriante, na qual a idéia da escala humana é substituída pela procura da transcendência, do trans-humano. Mas daí a afirmar a **superioridade** de uma em relação à outra, é outra coisa. Vejamos se não é isso o que se encontra implícito nessa passagem de **Por uma Arquitetura**:

"A arquitetura egípcia, grega ou romana é uma arquitetura de prismas, cubos e cilindros triédros ou esferas: as Pirâmides, o Templo de Luxor, o Parthenon, o Coliseu, a Villa Adriana.

A arquitetura gótica não é, no seu fundamento, à base de esferas, cones e cilindros. Somente a nave exprime uma forma simples, porém de uma geometria complexa de segunda ordem (cruzamento de ogivas). É por isso que uma catedral não é tão bela e que nela buscamos compensações de ordem subjetiva, fora da plástica. Uma catedral nos interessa como a engenhosa solução de um problema difícil, mas cujos dados foram mal colocados porque não procedem das grandes formas primárias"⁽¹⁸⁾.

Quando Le Corbusier afirma que a catedral gótica "não é tão bela", fica claro que ele utiliza a palavra **bela** no sentido da presença da **Beleza**, e não do **Belo**; é como se ele dissesse: a catedral gótica "não tem tanta beleza". A catedral gótica não pertence ao campo do **Belo**, e sim do **Grandioso**, mas possui tanta beleza quanto um templo grego. O **Belo** e o **Grandioso** são categorias diferentes da **Beleza**, assim como o **Gracioso**, o **Trágico**, o **Cômico**, dentre outras, sendo que nenhuma dessas formas de Beleza é superior ou inferior às demais.

Vejamos outra passagem de **Por uma Arquitetura** que revela o apego de Le Corbusier à idéia do **Belo** e seu preconceito em relação a outras categorias da Beleza, principalmente aquelas de tendência organicista:

"Toda manifestação humana necessita um certo quantum de interesse e isso sobretudo no domínio estético; esse interesse é de ordem sensorial e de ordem intelectual. A decoração é de ordem sensorial e primária assim como a cor, e provém aos povos simples, aos camponeses e aos selvagens. A harmonia e a proporção solicitam o intelecto, atraem o homem culto. O camponês gosta do ornamento e pinta afrescos. O civilizado usa

o terno inglês e possui quadros de cavalete e livros.

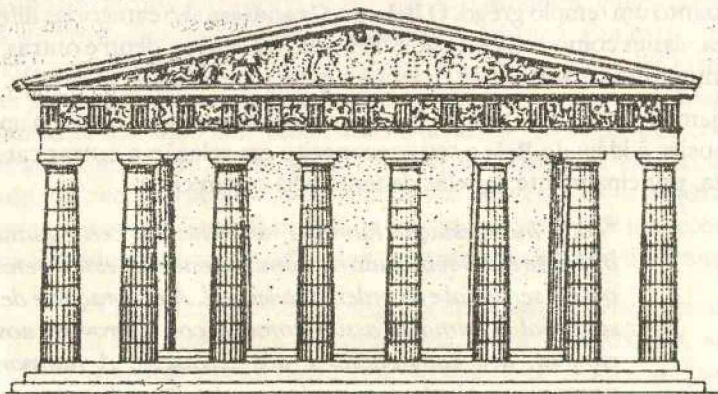
A decoração é o supérfluo necessário, quantum do camponês, e a proporção é o supérfluo necessário, quantum do homem culto"⁽¹⁹⁾

É por isso que concordo com Bruno Zevi quando ele afirma, no **Saber ver a Arquitetura**, que Corbusier possuía, enquanto crítico de Arte e particularmente de Arquitetura, uma posição **culturalista**. O "culturalismo", no caso, seria o "(...) *aflorar superficialmente e julgar por impressões as épocas históricas da arquitetura*"⁽²⁰⁾.

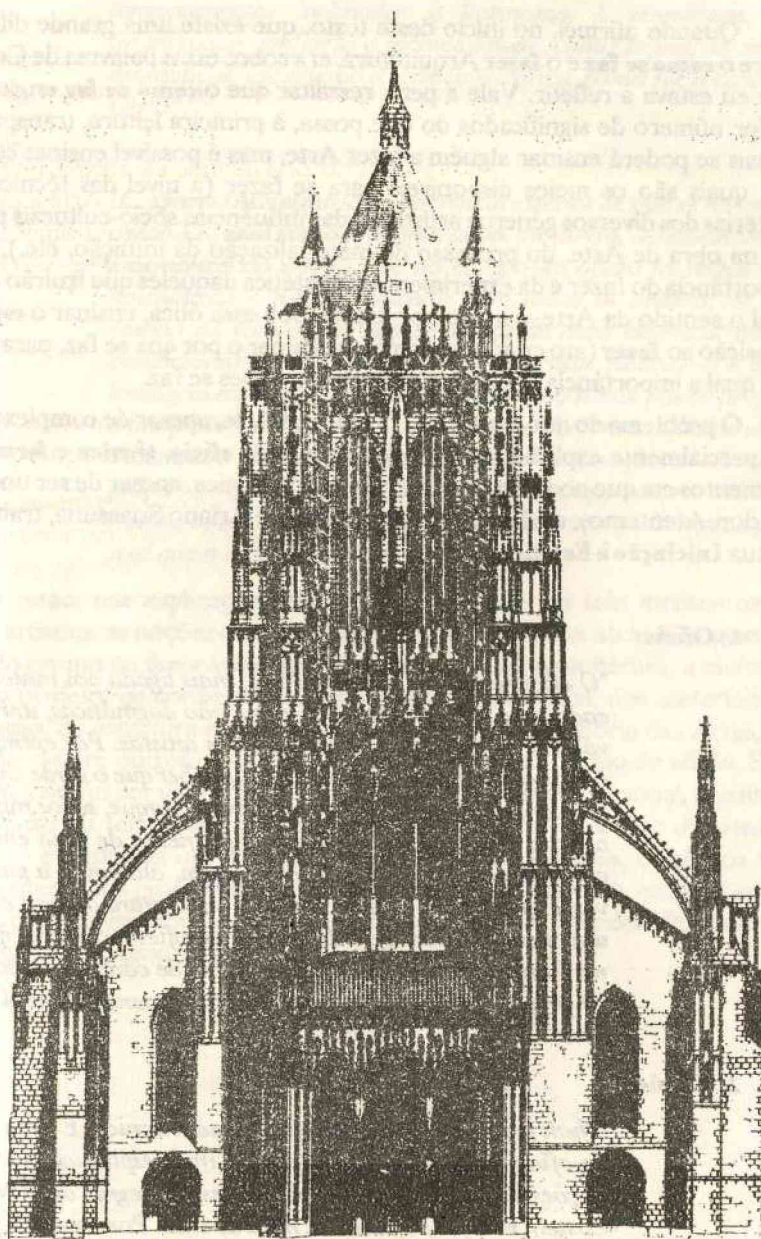
VIII

No terceiro capítulo de sua obra **Iniciação Estética**, intitulado "**O Problema da Validade**", João José Cochofel, esteta português, afirma que:

"Em todo o mundo existem hoje escolas de pintura, escultura, música, arquitectura, teatro, bailado, e nalguns países mesmo de literatura, onde se ensina como se faz arte, ou, para uso de futuros historiadores, conhecedores e críticos, em que condições se faz arte. Nenhuma escola, todavia, pode ensinar a fazer arte. As escolas podem ensinar como dominar os materiais com vista à expressão, não a expressão e o que exprimir, porque tal depende exclusivamente quer das disposições individuais, quer dos estímulos e solicitações do meio"⁽²¹⁾.



Parthenon. Atenas, séc. V a.C.



Catedral de Ulm, na Alemanha: Arquitetura gótica.
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São
Paulo, Perspectiva, 1983.

Quando afirmei, no início deste texto, que existe uma grande diferença entre o **como se faz** e o **fazer** Arquitetura, era sobre essas palavras de Cochofel que eu estava a refletir. Vale a pena ressaltar que o **como se faz** engloba um maior número de significados do que possa, à primeira leitura, transparecer: jamais se poderá ensinar alguém a fazer Arte, mas é possível ensinar como se faz, quais são os meios disponíveis para se fazer (a nível das técnicas, das matérias dos diversos gêneros artísticos, das influências sócio-culturais presentes na obra de Arte, do processo de materialização da intuição, etc.), qual a importância do fazer e da experimentação estética daqueles que fruirão a obra, qual o sentido da Arte, e assim por diante. Sob essa ótica, ensinar o **como** em oposição ao **fazer** (ato criador) é também ensinar o por que se faz, para que se faz, qual a importância do fazer e em que condições se faz.

O problema do que é ensinável ou não em Arte, apesar de complexo, pode ser parcialmente explicado através das noções de **ofício**, **técnica** e **forma**, três momentos em que podemos repartir a criação artística, apesar de ser uno o ato criador. Atenemos, então, para as definições de Ariano Suassuna, transcritas de sua **Iniciação à Estética**:

1) Ofício:

"O ofício é a parte mais modesta, mais ligada aos materiais de cada Arte. Nesse campo, as regras são dogmáticas, universais, válidas e indiscutíveis para todos os artistas. Por exemplo: no campo da Pintura, o artista tem que saber que o verde chamado "verde veronês" só pode ser usado puro, porque, se for misturado a outra cor, corre-se o risco de o pigmento de uma entrar em combinação química com o da outra, alterando a pureza do verde que, com o tempo, torna-se um castanho fosco e feio. É um caso típico de regra do campo do ofício: o artista não tem nenhuma liberdade diante dela, e tem de conhecê-la, sob pena de prejudicar de modo fundamental a parte material de sua obra"⁽²²⁾.

2) Técnica

"Num grau superior ao do ofício, está a técnica. É uma espécie de ofício mais vivo, menos rígido, mais espiritualizado. Ai, as opções do artista já são mais livres; as regras da Arte ainda existem mas já são bastante mais abertas. Por exemplo: pode-se dizer que, no campo da Pintura, o artista pode optar pela técnica que Wölflin chamava linear ou pela mais pictórica. Os

temperamentos inclinados à harmonia, à serenidade, à imobilidade, preferem a técnica linear, como Ingres; os mais dramáticos, escolherão a técnica pictórica, como foi o caso de Goya⁽²³⁾.

3) Forma

"(...) forma não significa a aparência exterior de que se reveste o conteúdo, mas sim o princípio ativo, profundo, determinante e enigmático do ser. (...) se no campo do ofício as regras são dogmáticas e rígidas, valendo para todos os artistas; se, no campo da técnica, as regras, apesar de mais elásticas, ainda condicionam bastante o trabalho do artista, filiando-o a uma linhagem espiritual a que costumam dar o nome pouco próprio e antipático de "escola"; (...) no campo da forma a única regra soberana é ditada pela intuição, pela imaginação criadora do próprio artista. É ela que faz com que distingamos, no meio de muitas obras de vários artistas aparentados, aquela marca pessoal que o diferencia de todos"⁽²⁴⁾.

Aí estão, nas explicações claras de um Mestre, os três momentos da criação artística, as noções que me levaram a afirmar, linhas atrás, a impossibilidade do ensino do **fazer arquitetural**. Para o caso da Arquitetura, a metodologia do projeto, os conhecimentos de conforto ambiental, dos materiais de construção, de estrutura e instalações, da Estética e da História das Artes, do Desenho, dentre outros, estão, nitidamente, ligados ao campo do **ofício**. Se o aluno faz a opção por uma linha mais orgânica ou outra mais racional, seguindo sua intuição ou temperamento, essa escolha pertence ao campo da **técnica**. Tudo isso é ensinável em Arquitetura. Mas, quanto à **forma**, os alunos não devem esperar dos professores mais que orientação e estímulo, ombros sobre os quais poderão melhor discernir o longo caminho a ser seguido. Um caminho que seguirão com seus próprios pés.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ORTEGA Y GASSET, José. *Meditações do Quixote*. Trad. Gilberto de Melo Kujawski. São Paulo, Livro Ibero-Americano, 1967.
- (2) Citado por UNAMUNO, Miguel de. *Do sentimento trágico da vida*. Trad. Cruz Malpique. Lisboa, Antropos, s/d. p.25
- (3) Música, aqui, entendida no mesmo sentido preconizado por Platão, ou seja, abrangendo toda a harmonia, audível ou não, "(...) princípio fundamental que impede o mundo de cair num caos incongruente" (THOMAS, Henry e Dana Lee. *Vidas de grandes filósofos*. Trad. Octavio Mendes Cajado. Porto Alegre, Globo, 1965. p.15)
- (4) Como afirmou Romano Galeffi, "(...) problema filosófico é todo problema não efêmero - e, portanto, insilenciável - enquanto se prende à estrutura essencial do homem, isto é, ao Estado da Natureza humana, como teria dito Bergson, e é, por isso, universal e necessário, exigindo uma solução, em concomitância com as que demandam todos os demais problemas filosóficos; uma solução portanto, solidariamente entresada com todas as outras". GALEFFI, Romano. *Novos ensaios de estética*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e Didático, 1979. p.13.
- (5) Citado por SUASSUNA, Ariano Vilar. *Iniciação à estética*. 2ª edição, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Ed. Universitária, 1979. p.110.
- (6) SUASSUNA, Ariano Vilar. Ob. Cit., p.23.
- (7) Idem, p.35.
- (8) Teixeira Coelho. "A Praça Pública na Cidade Invisível", Revista AU (Arquitetura e Urbanismo), Ano 7, Fev/mar 91, PINI Editora, p.85
- (9) O termo *ensayo* é entendido, aqui, na sua acepção literária, isto é, "A meu caminho entre a Presa criadora - a do Romance, do Conto e da Novela - e a Crítica que se pretende 'científica', (...) forma de Presa à qual Oscar Wilde chamava de 'Crítica mais elevada'". (SUASSUNA, Ariano Vilar. Ob. cit, p.291).
- (10) COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. São Paulo, Perspectiva, 1977. Coleção Estudos, nº 59.
- (11) SUASSUNA, Ariano Vilar. Ob. cit. Livro V, Capítulo XXIX.
- (12) SUASSUNA, Ariano Vilar. *O movimento armorial*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Ed. Universitária, 1974. pp.31,33 e 35.
- (13) WOLFE, Tom. *Da Bauhaus no nosso caos*. Trad. Lia Wyler. Rio de Janeiro, Rocco, 1990.
- (14) SUASSUNA, Ariano Vilar. *O movimento armorial* p.31.
- (15) BARDI, Pietro Maria. *Pequena história da arte*. São Paulo, Melhoramentos, 1990. p.44.
- (16) Idem.
- (17) RÉMOND, René. *O século XX - de 1914 aos nossos dias*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, s/d. p.36.
- (18) LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. Trad. Ubirajara Rebouças. 3ª edição. São Paulo, Perspectiva, 1981. p.13.

- (19) LE CORBUSIER. Ob. cit., pp.97 e 98.
- (20) ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. São Paulo, Martins Fontes, 1978, p.11.
- (21) COCHOFEL, João José. **Iniciação estética**. 3ª edição. Europa-América, s/d. "Coleção Saber", n° 36. p.63.
- (22) SUASSUNA, Ariano Vilar. **Iniciação à estética**. p.225.
- (23) Idem, p.227.
- (24) Idem, p.229.

A LITERATURA E O PODER

Prof^a Dra. Zenóbia Collares Moreira Cunha

Departamento de Letras - UFRN

A LITERATURA E O PODER

Prof. Dr. Jacobo Collares Pereira Costa

Departamento de Letras - UFRN

O período literário que se iniciou com a fundação da Arcádia Lusitana (1756) e se prolongou até os meados do século XIX, foi, talvez, dos mais difíceis e dramáticos para a maioria dos escritores que nele viveram, e dos mais problemáticos para a publicação das suas obras literárias. Isto devido, em grande parte, ao clima de insegurança, de ameaça, que pairava em Portugal, cujo meio social caracterizava-se pelas perseguições políticas ou de cunho religioso e pelas violências das ações repressivas do poder.

Com efeito, podem ser assinaladas três fases da crise que atingiu os escritores do referido período. Uma primeira fase sob o governo despoticamente exercido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, uma segunda decorrente da não menos autoritária ação vigilante do discípulo de Pombal, Diogo Inácio Pina Manique, no período que sucedeu imediatamente à queda do primeiro, e, adentrando nas primeiras décadas do século XIX, uma fase derradeira vivida sob o rigor das hostilidades postas em prática pelas forças conservadoras no poder contra os simpatizantes ou partidários do Liberalismo.

Assim, a própria Arcádia Lusitana, que se inaugurou ainda sobre os escombros da destruição de Lisboa pelo Terramoto de 1755, sobreviveu em meio ao rigorismo do governo do temível Sebastião José de Carvalho e Melo que não admitia "a liberdade mental da crítica", cujo exercício levou poetas à prisão, bem como não permitia a importação de obras que pudessem contribuir para o alargamento das idéias em Portugal, notadamente no que refere às idéias de cunho iluminista e liberal. Daí a proibição da entrada no país das obras dos Enciclopedistas pelos Editais da Real Mesa Censória.

É válido lembrar que a Real Mesa Censória constituiu o segundo modelo institucional da censura, cujos fundamentos não se distanciavam muito dos que orientavam a Censura Inquisitorial do século XVI. Tratava-se, mais uma vez, de impor uma doutrina determinada, que tinha como objetivos prioritários, propostos pelo Marquês de Pombal, a implantação da Soberania do Direito Divino, impedir a penetração, em Portugal, de idéias contrárias a essa ideologia política, nomeadamente as que vigoravam na França, e expurgar quaisquer influências exercidas por seus inimigos, especialmente os jesuítas, que foram banidos do país em 1759. Assim, substituindo a Censura Inquisitorial pela Real Mesa Censória, Pombal delegou ao Estado o direito de exercer a censura e a incumbência de fiscalizar todas as publicações portuguesas e estrangeiras, bem como a responsabilidade de instituir um novo índice expurgatório que anularia o de 1624.

Cabia à Real Mesa Censória não somente censurar o que se lia em Portugal como tudo quanto se escrevia para publicação, inclusivamente todas

as peças levadas à cena nos teatros de Lisboa e do Porto. Nada escapava ao crivo dos censores.

Em 15 de Abril de 1770 estava elaborado o novo "índice" das obras consideradas pelos censores régios como sendo as "*mais perigosas e tendentes a seduzirem os espíritos fracos e superficiais, que pela sua debilidade e ligeireza costumam sempre ser os mais desejosos de novidades, e de tudo o que pode lisonjear os seus sentidos, e adular as suas paixões desordenadas*"⁽¹⁾. No catálogo das obras interditas estão assinalados 122 títulos, reunindo assim sob a mesma proibição as mais significativas produções literárias emanadas do espírito iluminista do século XVIII europeu.

Em época de repressão e de autoritarismo político, a mais prudente atitude é o retraimento, a abstenção crítica e, também, a cautela quanto à publicação de obras que possam veicular idéias e opiniões passíveis de sofrerem interpretações distorcidas ou comprometedoras.

A exagerada reserva com que Pedro Antônio Correia Garção e Antônio Diniz da Cruz e Silva comunicavam as suas poesias, a quantidade de obras poéticas e dramáticas inéditas (manuscritas) que deixaram escritores árcades e pré-românticos de ambos os sexos, os inúmeros casos de penalizações infligidas a muitos deles, constituem provas insofismáveis de que se vivia em um ambiente hostil às manifestações do pensamento, à formulação das idéias e às emanações da consciência crítica, como bem prova a sorte adversa que se abateu sobre Correia Garção, vitimado pela intransigência coercitiva do Ministro de D. José I a quem susceptibilizou uma poesia do poeta, conforme será referido mais adiante.

Não surpreende, portanto, que nas sessões da Arcádia Lusitana, realizadas "com caráter oficial aparatoso", para usar a expressão do Prof. Teófilo Braga, os poetas versassem sobre os mais antiliterários assuntos, como "*os anos de D. José I, ou as suas melhoras dos tiros na carruagem (...) as congratulações ao onipotente ministro quando foi agraciado com o título de Conde de Oeiras (...) e com o de Marquês de Pombal, em sessões pomposas*"⁽²⁾. Do mesmo modo, não surpreende que, enquanto o Ministro de D. José I punha em prática o regime cruel e violento do seu governo autoritário, poetas como Antônio Diniz da Cruz e Silva, por exemplo, em conferência na própria Arcádia Lusitana, lia uma ODE exaltando e aplaudindo Sebastião José de Carvalho "*pelos glórias do seu governo, do solto vulgo, - a fúria e a licença refreando*"⁽³⁾, referindo-se à impiedosa ação repressiva mandada executar pelo mesmo sobre os "alugados", homens e mulheres que se insurgiam contra a fundação da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Os aplausos calorosos dos árcades às deletérias e desumanas determinações do Marquês de Pombal voltariam a ecoar nas vertentes do "Monte

Mênalo" em várias outras ocasiões. Assim, dois anos depois da entusiasmada aprovação de Cruz e Silva às medidas impostas pela "alçada do Porto", em janeiro de 1759, quando, por ordem do Marquês de Pombal, foram executados com requintes de crueldade os Marqueses de Távora, sob a acusação habilmente forjada de serem os responsáveis pelo atentado ao Rei D. José I, a Arcádia Lusitana, dois meses depois, "sob pressão moral" celebrou o criminoso massacre com *"uma sessão aparatosa de congratulações pelas melhoras do Rei"*⁽⁴⁾, presidida por Correia Garção. Passados mais quatro meses, a 6 de Junho, a Arcádia reabriu as suas portas para homenagear Sebastião José de Carvalho por este ter sido agraciado com o título de Conde de Oeiras pelos serviços inestimáveis prestados à Coroa no caso do (pseudo) atentado ao Rei. Na aparatosa sessão em celebração ao novo titular, leram composições poéticas vários sócios da Arcádia, como Cruz e Silva, Teotônio Gomes, para além de Domingos dos Reis Quita, que fez a leitura da écloga CARVALHO e de uma ODE aludindo ao "sangue da execranda rebeldia". Amaral França lê também uma Écloga e uma Ode, chama o novo Conde *"Oh nobre protector de Luso Estado!"*

No meio desta miséria moral, leu Garção uma "Ode ao Exm^o Conde de Oeiras", na qual, aludindo ao Prémio recebido pelo mesmo pela repressão do imaginário regicídio, derramou o palavreiro lisonjeiro com que fez rastejar a poesia aos pés do tirânico Ministro:

*"As nove ricas pérolas que brilham
No coronel dourado
Que teu semblante plácido guamecem
Por premio te são dadas, não exemplo,
Virtudes coroarão,
As virtudes, que impávidas domaram
A cruenta discórdia, a vil cobiça.*

*No mênalo, se a Arcádia não levanta
Em honra de teu nome
Uma soberba Estátua
De rico jaspe, como tu mereces,
Seus hymnos te consagra,
E n'elles louvará tua memónia
Teu nome escrevemos
Em nossos corações, em nossos versos"*⁽⁵⁾.

Esta atitude de subserviência e apoio aos poderosos, cuja gênese deve ser buscada no exemplo dos poetas clássicos latinos, nomeadamente Horácio e Virgílio, têm, no entanto, que ser também compreendida através das circunstâncias políticas e sociais especificamente lusitanas que a estimularam. Sabe-se que entre os latinos, no século de Augusto, os escritores, para além de louvarem o Imperador, os acontecimentos políticos do Império, visavam também conquistar a proteção de algum "mecenas" para as suas obras, a quem agradeciam com encômios. A revivescência deste costume na literatura neoclássica deu lugar à proliferação de uma poesia de circunstância, voltada para os acontecimentos e as personalidades da Corte ou de reconhecido prestígio junto ao Poder constituído, cujas características mais específicas são a adulação, os louvores hiperbólicos e o exaurido convencionalismo dos temas. Em suma, uma fraglante degeneração do modelo haurido nos poetas latinos, antes referidos, cultuados e imitados pelos neoclássicos.

A necessidade de conquistar a simpatia e a proteção do poderoso Marquês de Pombal e do próprio Rei D. José I para a Arcádia Lusitana explica, em parte, a atitude de cumplicidade e concordância dos poetas com a violência, a tirania, o abuso do poder. Todavia, é possível que não tenha sido apenas um propósito lisonjeiro e subserviente, ditado pelo gosto da adulação interesseira, o que estimulou os árcades à prática de tal tipo de poesia, mas, antes de tudo, a certeza de que o menor deslize, a mínima censura, ou a formulação de qualquer idéia que viesse a colidir com as do poderoso e susceptível Marquês de Pombal, poderia arrastá-los à desgraça e, quiçá, a penalizações insuspeitadas.

O caso de Pedro A. Correia de Garção exemplifica bem o clima de ameaça e de amedrontamento que asfixiava o meio literário e social da época pombalina. Apesar de tanto haver louvado e incensado o Marquês, Correia Garção não escapou às ávidas garras da punição pombalina. Em 1771, o poeta era levado de sua casa para a prisão do Limoeiro, não sem levantar este episódio rumores e questionamentos acerca do motivo para tal encarceramento. No entanto, até hoje, não foi devidamente esclarecida a causa que provocou a ordem para a sua prisão. É levantada a hipótese de terem sido certos versos de Garção que desagradaram a Pombal, precisamente um soneto - *Ao Senado de Lisboa* - em que o autor exaltava o antigo presidente do senado, Paulo de Carvalho Mendonça, que fora sucedido no cargo pelo Conde de Oeiras, filho do Marquês de Pombal, em 1770:

*Fiel á pátria, ao rei, a si, a tudo
Sincero sempre e sempre contundido
Tão amplo bemfeitor, quanto offendido*

*Pelo dente voraz de um povo rudo;
 Da viúva, do órfão sempre escudo,
 Por parte da razão sempre atendido,
 De insultos vãos por máxima esquecido,
 De culto nas acções sempre sisudo;
 Columna de antiquíssimos direitos,
 Voz da Nação, que exactamente sôa,
 Qual ecco pela estrada dos preceitos;
 Este, o Senado, a quem perdeu Lisboa!
Vêde pois, cidadãos, com novos feitos.
Se a Camara que vem vos é tão boa⁽⁶⁾.*

Tais foram os desvairamentos e atos vergonhosos postos em prática pelo novo Presidente no exercício das suas funções que o seu pai, "conhecendo o soneto referido, percebeu sob esse compromisso uma sátira pessoal (...), um augúrio das burricadas do Conde-Presidente seu filho"⁽⁷⁾, o que já era mais que suficiente para passar a considerar o poeta um adversário condenado às represálias do seu faídico rancor. Pombal nutria grande aversão às sátiras, notadamente às que o tomavam como alvo de críticas ou os atos do seu governo. Todavia, tinha de suportá-las, pois na época a sátira era a arma de censura e de ataque dos poetas, que as faziam circular anonimamente, desafiando, sob a proteção do anonimato, a ira do Marquês, como a do poeta que escreveu a advertência que se segue:

*"Mas se o Ministro sabe tal mania,
 Assim mesmo por baixo de su capa,
 A todos metter manda na enxovia"*⁽⁸⁾.

Dois anos de cárcere no "segredo" do Limoeiro foram suficientes para minarem a frágil saúde de Garção e levá-lo à morte aos 48 anos de idade, em novembro de 1772, na cela da cadeia.

Não foi Garção a única vítima dos rigores pombalinos. Com efeito, o governo de Sebastião José de Carvalho assinalou o início do drama que marcaria a vida de muitos poetas e poetisas. É alarmante a quantidade dos que sofreram penalizações de várias ordens: encarceramentos, exílios, degredos, penas de morte, confisco de bens, para além das conseqüências nefastas que os confinamentos acarretavam para alguns poetas menos resistentes física e emocionalmente, que praticaram o suicídio dentro da prisão⁽⁹⁾, ou quando já em liberdade⁽¹⁰⁾. A estes casos dolorosos somam-se outros não menos lastimáveis como o de poetas que adquiriram doenças incuráveis nos calabouços infectos e húmidos⁽¹¹⁾ ou que, não suportando a inclemência da dor moral e a indigência

nos cuidados com a saúde frágil, findaram por morrer no próprio presídio⁽¹²⁾, enquanto outros, confrontados com a adversidade do degredo, escaparam à realidade dolorosa pelas vias da demência precoce, da loucura⁽¹³⁾.

Em nenhuma outra época, tantos poetas foram perseguidos, processados, presos, exilados e levados à morte, por motivos mais das vezes inconfessáveis, por questões irrelevantes, fúteis, ou "*por supostos delitos de opinião política e fé religiosa*"⁽¹⁴⁾. A lista dos vitimados é longa e, em sua maior parte, constituída pelos mais representativos nomes da literatura luso-brasileira de então; como, por exemplo, os poetas Francisco de Pina e Melo, José Basílio da Gama e Frei José de Santa Rita Durão, todos em desgraça aos olhos do Ministro por envolvimento com os jesuítas.

Ao transformar a Censura num poder ao serviço do Estado, o Marquês de Pombal visava, em primeiro lugar, a anulação dos poderes antes exercidos nesta área pela Companhia de Jesus, como também refrear o avanço das idéias que ameaçavam a soberania e o absolutismo régio, veiculadas por livros de autores estrangeiros, dentre os quais alguns eram jesuítas e outros de escritores pré-racionalistas. Idéias estas que, dado o critério desses tempos, eram particularmente subversivas. Assim, a instituição da Real Mesa Censória, em verdade, nada mais foi que uma deliberação sumamente política, oportunamente assumida pelo Marquês no momento em que emanavam da França, da Inglaterra, da Alemanha e da Holanda, influências nocivas, idéias suspeitas e ameaçadoras. Começavam os primeiros alvares da Enciclopédia. Urgia, portanto, que medidas protecionistas e salvaguardadora dos direitos do Estado fossem levadas a efeito. Dentre elas avultava, como a mais conveniente e eficaz para os objetivos almejados, a censura aos livros, quer escritos em Portugal, quer vindo de outros países, sendo, no entanto, estes os mais visados pelos censores régios. A Real Mesa Censória foi, mais que tudo, "*uma arma montada em especial contra os jesuítas, embora sob color de se defender a nação da lepra do racionalismo e dos libertinos*"⁽¹⁵⁾. Não causa espanto, portanto, que tenha havido perseguições às pessoas direta ou indiretamente ligadas aos jesuítas, ou que expressassem simpatia pela Companhia de Jesus, visto que nem as Obras do Padre Antônio Vieira escaparam aos cortes dos censores que as mandavam queimar ou sepultar nos arquivos secretos da poderosa Instituição.

Dos três ciclos da crise que atravessaram os poetas neoclássicos e pré-românticos, o do governo pombalino, o da gestão de Pina Manique e o das lutas liberais, os dois primeiros foram os mais danosos, principalmente o segundo ciclo, que tem início no período que sucedeu imediatamente à queda do Marquês de Pombal, sob o governo de D. Maria I. A própria legislação foi

submetida a reformas. A VIRADEIRA, se beneficiou alguns, a outros levou à rua das amarguras, como foi o caso do próprio Marquês de Pombal.

Em 1781, D. Maria I, em continuação à reação anti-pombalina que se vinha processando, cria um novo órgão para o estabelecimento da Censura Régia: A Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame dos livros, cuja função principal era a de rever, com redobrado rigor, as idéias vindas da França, já sob os prenúncios assinaladores da Revolução que se avizinhava.

Passada a Revolução Francesa, D. Maria I extinguiu, em 1794, o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral. A nova legislação estabeleceu que a censura régia ficaria a cargo da Mesa do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição. Retornava-se, assim, à censura tripartida que devolveu à Igreja Católica o direito a intervir no exame e na censura dos livros em pé de igualdade com o Estado.

Muito trabalho teria a Censura confiada ao concurso das três autoridades antes mencionadas. A França revolucionária que derrubara o absolutismo e arrastara as cabeças coroadas à guilhotina, instaurando um clima de violência e terror no país, constituía um exemplo ameaçador a combater. Diante de tais perigos, urgia que se efetivasse um sistema rigoroso de vigilância, uma sólida estratégia repressiva, em relação aos atos, aos escritos, às leituras e até às idéias dos homens e mulheres do país. Ninguém melhor para acolitar a Censura e coadjuvá-la no exercício da repressão que o infatigável Diogo Inácio de Pina Manique, o tenaz Intendente Geral da Polícia.

Como se sabe, Pina Manique desenvolveu obsessiva fiscalização, visando impedir a entrada de livros "perigosos e incendiários" vindos da França ou de autores franceses, para além de ter exercitado rigoroso combate às idéias contrárias à ordem política ameaçada pela Revolução Francesa, o grande acontecimento da sua época. Assim, para além da proibição da livre circulação de livros "considerados sediciosos", investiu contra a consciência dos portugueses que ousavam pensar independentemente da cartilha oficial, prendeu, perseguiu e castigou ao menor sinal de inconformismo e firmeza de convicções. Escritores, poetas, sábios e artistas exilaram-se. Os que ficaram não escapariam ao olho arguto do Intendente e à ação diligente das suas "moscas"⁽¹⁶⁾. Por outro lado, D. Maria I mandara, por intermédio do Primeiro Ministro, José Seabra da Silva, que se procedesse a rigoroso combate à penetração de idéias nocivas, visando principalmente os **pedreiros-livres**, cuja ação preocupante na sociedade já era motivo de inquietações para os que antes dela ocuparam o trono. Era, portanto, hora de fazer-lhes frente, considerando ser a Maçonaria o veículo propagador das novas idéias revolucionárias francesas. Para Pina Manique tanto os indivíduos que comungavam dos ideais franceses como os pedreiros-li-

vres eram rotulados de **jacobinos**. Tal rotulagem servia para justificar todas as perseguições, arbitrariedades e violências empreendidas, com requintes de fanatismo, para estabelecer a disciplina social e cumprir as ordens que recebia, com absoluta indiferença por quaisquer razões de humanidade.

A despeito da exaustiva intervenção do Intendente Geral da Polícia, os livros proibidos escapavam ao rigor dos censores oficiais e penetravam as fronteiras portuguesas, trazendo consigo as abominadas idéias revolucionárias francesas, tornando-se o assunto palpitante das conversações nas rodas de letrados e nos cafés do país. Por outro lado, a execução de Luís XVI provocou na realeza, na aristocracia portuguesa e no próprio Pina Manique um exacerbado terror que beirava às raias do paroxismo. Assim, *"a menor suspeita de simpatia pelas idéias francesas, os portugueses chusmeavam nos calabouços, homens da mais distinta nobreza, o escol dos intelectuais"* que, segundo escrevia Pina Manique, pretendiam espalhar no público *"aquellas liberdades que tem adoptado os taes chamados Philosophos modernos, eram denunciados por êle à vindita do governo"*⁽¹⁷⁾.

Os afanados cuidados de Pina Manique, conjugados aos excessivos "zelos" da Censura Inquisitorial, primariamente religiosa e geralmente retrógada de espírito, levaram à prisão, ao exílio, ao castigo de várias ordens, muitos escritores, em sua maioria poetas pré-românticos, bafejados pelos ares da liberdade de expressão e pelas idéias racionalistas. Assim, mal despencara o Marquês de Pombal das alturas do poder, já a Inquisição retomava os antigos estatutos e fazia valer a sua voraz ânsia de reprimir, coagir, punir e subjugar as ovelhas rebeldes ou tresmalhadas. Encabeça a lista dos poetas colhidos pelas malhas da perseguição inquisitorial Francisco Manuel do Nascimento (Felinto Elísio), denunciado à Inquisição, em 1778, pelo Pe. José Manuel de Leiva, como pronunciador de afirmações heréticas. Tal denúncia foi confirmada por outros denunciantes que lhe acrescentaram a de leitura de livros proibidos. Procurado pelos beaguins do Santo Ofício, o poeta escapou à prisão, fugindo e refugian-do-se em casa de um comerciante francês. Disfarçado, evadiu-se em um navio sueco com destino a Paris, onde sofreu grande miséria e viu-se afligido na maior penúria depois da perda de tudo quanto havia sido depositado num Banco e do roubo que lhe fez a criada. Proibido de retornar à pátria, teve seus bens confiscados, findando os seus dias na capital francesa, em 1819, após 41 anos de exílio.

Em 1779, o padre e poeta Antônio Pereira de Sousa Caldas, denunciado à Inquisição de Coimbra de ser autor de obras poéticas impregnadas de racionalismo, foi obrigado a interromper os seus estudos de leis na Universidade dessa mesma cidade para submeter-se a um período de clausura na casa

religiosa de Rilhafoles, imposto pelo Santo Ofício. Em 1781, o referido autor foi obrigado a se submeter aos humilhantes rituais do Auto de Fé realizado em Coimbra.

Em Setembro de 1778 teve início o processo de acusação contra o poeta José Anastácio da Cunha, denunciado à Inquisição de Coimbra como suspeito de vários crimes contra a religião. Após o interrogatório inquisitorial, os inquisidores o condenaram a comparecer *"ao Auto de Fé público em hábito penitencial e se declare que incorreu em ex-comunhão maior e em confiscação de todos os seus bens, recluso por três annos na casa das Necessidades da Congregação do Oratório, e degradado por quatro annos para Évora, não podendo tomar mais a Coimbra e Valença"*⁽¹⁸⁾.

O poeta José Agostinho de Macedo caiu na alçada do Intendente Pina Manique duas vezes seguidas sob a acusação de desviar livros da biblioteca conventual e por concubinato. Apesar de preso e processado, conseguiu fugir, sendo julgado à revelia e expulso da Ordem em 1788.

Do mesmo modo, o poeta João Xavier de Matos passou pelas malhas da polícia. Acusado de ter arrancado o espadim contra outro padre, no Mosteiro de Santa Anna, devido *"a ilícita correspondência"* que o dito João Xavier praticava no mesmo mosteiro e que fora logo preso. Também com a Inquisição teve contas a ajustar, sob a acusação de escarnecer dos versos sagrados.

O poeta Belchior Manuel Curvo Semedo foi acusado (1819) de ter proferido blasfêmias contra os dogmas da Igreja, contra a fé e contra o Papa. Escapou da punição devido a doença que foi alegada em seu favor: a loucura. Demais a esta altura, a Inquisição tombava a olhos vistos, a revolução de 1820 - Liberal - se anunciava nos horizontes.

Manuel Maria Barbosa du Bocage tinha sempre em seu encaço as "moscas" de Pina Manique que, por toda a parte, o vigiavam e anotavam seus ditos e versos. Bocage, nada cauteloso e prudente, em suas poesias exalta a Revolução Francesa, anseia pela *"liberdade mãe do gênio e do prazer"* conta em Bonaparte, o *"novo redentor da natureza"*, ataca o *"feroz Despotismo"*, *"o danado fanatismo"* e, não satisfeito, molesta os frades, nega a eternidade das pessoas na célebre epístola que se inicia com o verso *"Pavorosa ilusão da eternidade"*. *Era mais do que suficiente para o levar a uma chamada aos carretéis. Procuram-no e encontram-no escondido na corveta "Aviro", de partida para o Brasil. É detido e levado para a prisão do Limoeiro, acusado de ser autor de "papéis ímpios, sediciosos e críticos"*⁽¹⁹⁾. Depois, transferido para os cárceres da Inquisição, de que a legislação pombalina moderara os rigores, de lá passou para o Convento de São Bento da Saúde e, por fim, para o Hospício das Necessidades. Em uma poesia, Bocage, descreve o seu ingresso na cadeia do Limoeiro:

*A dez de Agosto, esse dia,
Dia fatal para mim,
Teve principio o meu pranto
O meu socego deu fim.*

(.....)

*Para a casa dos Assentos
Caminho com pés forçados;
Aqui meu nome se ajunta
A mil nomes desgraçados.
Para o volume odioso
Lançado os olhos a medo,
Vejo põe Manoel Maria
E logo á margem Segredo.*

André da Ponte de Quental da Câmara, poeta de Ponta Delgada, amigo íntimo de Bocage e seu companheiro na prisão, foi detido e enviado para o "segredo" do Limoeiro, juntamente com aquele, por ordem de Pina Manique. Depois foi condenado ao desterro em sua cidade natal. Em 1808, foi denunciado à Mesa do Santo Ofício pelo crime de heresia, sofrendo novas penalidades.

Ainda no reinado de D. Maria I eclodiu a chamada "Inconfidência Mineira" na então colônia brasileira. A reação contra os poetas que nela participaram foi de tal sorte revestida de crueldade e violência que houve quem não resistisse ao primeiro interrogatório, como se sabe. A destruição de todo o grupo de poetas conhecidos como "Grupo Mineiro" resultou na cessação de uma rica floração poética pré-romântica que vicejava nos sertões das Gerais.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga foi o único dentre os suspeitos que recuperou a liberdade. Todavia, antes dos envolvimento do referido poeta no processo contra os conjurados de Minas Gerais, estivera encarcerado, durante mais de dois anos, nos cárceres subterrâneos da Ilha das Cobras, no Brasil, sob a acusação de pertencer a um clube jacobino, disfarçado na "Arcádia Ultramarina". As autoridades, atendendo às pressões das entidades religiosas, prenderam Silva Alvarenga. Sua liberdade só foi conseguida graças às influências que se exerceram sobre o governo da Metrópole.

Quanto aos demais envolvidos na Inconfidência Mineira, todos foram condenados e, por ironia do destino, julgados por um juiz também poeta, Antônio Diniz da Cruz e Silva.

Dentre os descontentes poetas da pretensa rebelião, o mais infeliz foi Cláudio Manuel da Costa que, não resistindo à dureza dos interrogatórios e à

dor moral, praticou o suicídio na própria cadeia onde se encontrava detido, em 1789. Três anos após o seu trágico fim, foi condenado e a sua memória infamada. Aos demais restou o degredo na África. Tomás Antônio Gonzaga foi preso e conduzido para o Rio de Janeiro para ali ser encarcerado no presídio da Ilha das Cobras, para além de ser metido num processo por crime de rebelião. Foi quatro vezes interrogado pelo juiz da alçada e, finalmente, condenado a degredo perpétuo em Pedras de Angoche, sendo confiscados todos os seus bens. A sentença foi-lhe depois comutada em dez anos de desterro em Moçambique, onde viveu durante 15 anos, falecendo em precoce estado de demência no ano de 1810.

Inácio José de Alvarenga Peixoto foi primeiramente condenado à morte em 1792, sendo-lhe confiscados os bens e declarada infame toda a sua família. Já no cadafalso, deram-lhe a notícia da comutação da pena de morte pela de degredo perpétuo, sendo levado para o presídio de Ambaca, em Angola, onde faleceu logo que ali chegou, em 1793, aos 45 anos de idade, vítima dos tratos cruéis que sobre ele exerceu o governador da província.

A Marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre, que já vivera dezoito anos enclausurada no Convento de Chelas, como prisioneira do Estado, por decisão do Marquês de Pombal, pela simples razão de ser neta do Marquês de Távora e, portanto, pertencer a uma família envolvida no suposto atentado a D. José I, mais uma vez teve a sua vida perturbada pela obstinada desconfiança de Pina Manique. Em 1803, a poetisa, na altura viúva, decidiu fundar a **Sociedade da Rosa**, cuja finalidade, segundo dizia a sua filha no prefácio das **Obras Poéticas** (1844), era o de contrapor-se às sociedades maçônicas. Todavia, como mantivesse os estatutos da referida sociedade em mistério, e, também, porque as idéias da Marquesa ensejassem as mais opostas interpretações, Pina Manique não tardou em imputar à inofensiva associação intenções e objetivos subversivos. Não hesitou em expulsar a sua fundadora do país, condenando-a, assim, ao exílio. Exilada em Londres até 1814, ali viveu a poetisa entre dificuldades financeiras e desgostos familiares.

Também o poeta madeirense Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno) foi vítima do Intendente Pina Manique. Preso em 1803, acusado de heresia e de pertencer à Maçonaria, foi levado da Madeira para o presídio do Limoeiro, sem que nada provasse as acusações que lhes eram atribuídas, desde 1797, por pessoas interessadas em fazer calar o poeta, cuja influência e inspiração poéticas o levariam a tecer críticas sobretudo contra o Bispo D. José da Costa Torres, através de poesias satíricas. Seu nome caíra em desgraça não somente porque ferira o Bispo, mas porque andava acesa a luta contra a Maçonaria e ele, infelizmente, ganhara a simpatia do Dr. Lopes Rocha, que

teimava em defender uma posição perigosa perante a situação. Era urgente, portanto, implicar os prosélitos, segundo os bem exercitados processos do Intendente. E assim se cumpriu. Posto em liberdade, pouco gozaria do benefício, pois contrairia, no presídio a terrível enfermidade que refere em vários passos da sua obra - a lepra - ("o Drago da doença, atrás maligna/Cospe em meu corpo tragadora peste") a qual impiedosamente desfigurava-lhe a face e o levaria ao suicídio, com apenas 34 anos de idade, em 1806.

A destituição de Pina Manique das suas funções junto à Coroa portuguesa não implicou na cessação das perseguições aos simpatizantes das idéias francesas e aos adeptos da Maçonaria, grande responsável pela difusão do liberalismo no país, cujas atividades começaram a se tornar inquietantes durante a regência do Príncipe D. João. Combatida desde o século anterior, a Maçonaria, no entanto, ganhou nova força com as invasões francesas em Portugal. As lojas proliferavam em Lisboa e em outras cidades do país, inclusive na Madeira. Em 1818 foi fundado o SINEDRIO, associação secreta que estimulou de forma efetiva a subversão da ordem vigente, para além de ter sido a principal organizadora da Revolução Liberal de 1820 em Portugal.

No período que se inicia com o século XIX e prolonga-se até meados desta centúria, as vicissitudes dos escritores não seriam mais derivadas das perseguições de ordem religiosa. As rédeas do Santo Ofício afrouxavam a olhos vistos face a onda de liberalismo que avançava sobre os portugueses, exercendo em seus espíritos irrefreável sedução. Apesar da vigilância da polícia, jornais e panfletos, editados no exterior pelos portugueses exilados, conseguiam transpor as barreiras da fiscalização e alcançar um grande público. Urgia, pois, ir à caça daqueles que comungavam da ideologia liberal, cujos princípios fundamentais, na medida em que defendiam uma Constituição política estabelecida em bases populares, uma limitação severa às prerrogativas do Rei, liberdade de religião, de imprensa e de palavra, dentre outros, entravam em conflito com os princípios e interesses do absolutismo régio.

Na área dos escritores portugueses, de ambos os sexos, vários sofreram perseguições e punições por envolvimento com a causa liberal.

Domingos Maximiano Torres, companheiro de Bocage na "Nova Arcádia", como tantos outros do seu tempo, deixara-se fascinar pelas novas idéias filosóficas e liberais dos finais do século XVIII, bem como pelos princípios da Revolução Francesa proclamados em 1789. Dado ao seu caráter reservado e cauteloso, conseguiu escapar às perseguições tanto da Inquisição como da Intendência da Polícia. Todavia, sobreveio a invasão das tropas de Napoleão em 1807 e Domingos Maximiano não se conteve, manifestando, imprudentemente, os seus sentimentos perante pessoas que, mais tarde, lançaram mão do que

ouviram para perseguí-lo, chamando-o de jacobino ou afrancesado. Em 1808, com a expulsão do exército de Junot, iniciou-se ferrenha perseguição contra todos aqueles que não só tinham-se mostrado simpatizantes das "cores francesas" como também haviam exteriorizado seus ideais liberais. E, assim, a famosa SETEMBRIZADA de 1810 arrastou o poeta e muitos dos seus amigos, levando-os para as cadeias públicas. Domingos Maximiano Torres foi confinado no presídio da Trafaria onde as aflições, os desgostos e a dor moral lhes abreviaram a vida, falecendo dias depois, em Outubro, na cela do presídio.

Outra vítima da Franco-fobia portuguesa da época foi o poeta Rafael de Soyé. Estabelecido em Paris como livreiro em 1802, entreteve estreitas relações com o exilado Felinto Elísio e acolheu com grande entusiasmo a notícia da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, imprimindo, então, uma Ode Pindárica dedicada ao Imperador francês. Esta sua atitude criou-lhe posteriormente imensas dificuldades, porque, procurando mais tarde regressar a Portugal, não obteve o necessário consentimento para retornar a viver na pátria. Por outro lado, tornara-se malvisto na França, com a queda de Napoleão, tendo, por ambas as causas, que se exilar no Brasil, passando a residir no Rio de Janeiro. Os seus últimos anos de vida decorreram em grande miséria. Atacado de uma paralisia que o retinha no leito, e tendo fugido o escravo que esmolava para ele e lhe levava algum alimento, morreu de fome, só e abandonado. O seu cadáver foi encontrado por vizinhos já putrefato, indicando ter falecido há vários dias.

A Revolução Liberal de 1820 levantou nova onda de perseguições que teria continuidade nos anos seguintes, notadamente após o movimento anti-constitucional conhecido por Vilafrancada, de 1823. Vários foram os homens de letras que sofreram a ação retaliadora dos Conservadores.

O poeta madeirense Francisco de Paula Medina de Vasconcelos foi preso em 1823 e processado pela alçada enviada à Ilha da Madeira para averiguações acerca das pessoas que se haviam distinguido como partidários do governo Constitucional. Muitos foram penalizados. A Medina de Vasconcelos coube a pena de degredo em Cabo Verde por oito anos. Todavia, morreu pouco depois de chegar à Ilha de São Tiago, no ano de 1824.

Bento Luís Viana, poeta de São Miguel dos Açores, transferiu-se para Paris com o intento de ali se formar em Direito. Travou conhecimento com muitos intelectuais portugueses exilados na capital francesa, principalmente com Filinto Elísio, de quem foi discípulo, procurando imitá-lo na técnica e no estilo das composições poéticas. Depois da Revolução de 1820, regressou a Portugal, sendo, no entanto, forçado a emigrar para Londres em 1823, seguindo depois para Paris, onde morreu, prematuramente, ao mesmo ano.

O poeta Vitorino José Luís Moreira da Guerra era empregado na Imprensa Régia. Em 1823 foi despedido, por ocasião da restauração do Governo Constitucional, em razão da sua adesão à causa miguelista. Reduzido à mendicância, assim morreu cinco anos depois, aos 77 anos de idade.

José Máximo Pinto da Fonseca Rangel, poeta e militar, desenvolveu notória atividade política ao serviço da causa liberal. Escapou às perseguições movidas pelos invasores franceses, bem como asostas em prática em 1817, aos que estavam comprometidos na trágica conspiração de Gomes Freire. Aderiu com entusiasmo à Revolução de 1820 e empenhou-se numa campanha em defesa da Maçonaria e dos seus filiados. Após o golpe de Estado de D. Miguel, resolveu ocultar-se. O seu cadáver apareceu um dia à porta de uma Igreja de Lisboa, dentro de um caixão, sem que chegassem a ser explicadas as circunstâncias do seu fim e os responsáveis pela sua morte.

Outra face da problemática dos escritores, poetas e poetisas principalmente, que viveram entre os anos de 1756 a 1825 diz respeito à publicação das suas obras. Poucos foram os que, em vida, lograram publicar as suas produções poéticas, as suas peças para o teatro.

A razão para tal retraimento pode estar relacionada a diversas causas: a dificuldades financeiras para arcar com as despesas de impressão, por receio a eventuais represálias por parte da política intolerante da época, nomeadamente na fase em que imperavam as medidas repressivas às idéias de cunho liberal, para além de uma certa hesitação em dar-se a conhecer como poeta ou poetisa perante o exigente meio social da alta burguesia e da aristocracia. Tal hesitação derivava, quem sabe, de um certo pudor, de uma certa reserva e prudência em aparecer em público com o rótulo - poeta, poetisa - cujo significado herdado de um Camões, de um Ferreira, de uma Bernarda de Lacerda, etc. Perdera a grandeza que lhe era atribuída, assumindo outros sentidos, como o de pertencer a um determinado grupo de pessoas, cujas atitudes e comportamento nem sempre eram condizentes com as normas da boa conduta exigida às pessoas socialmente bem situadas. Apesar de celebrada a poesia, o ofício de poeta, o estatuto de poeta, a imagem do poeta, não pareciam gozar de grande prestígio nas camadas mais elevadas da sociedade setecentista, principalmente. Quicá, devido ao próprio modo como muitos poetas se conduziam publicamente, pois, para além dos envolvimento com a Censura Inquisitorial ou política, ainda mantinham, entre eles, um tipo de relacionamento assaz conflituoso e escandaloso, bem exemplificado através das escaramuças entre os membros da Arcádia Lusitana e o **Grupo da Ribeira das Naus**, os quais, em suas querelas, desciam a níveis deploravelmente baixos e sórdidos com relação aos agravos e aos ataques com que se agrediam as partes intervenientes na contenda denominada

A Guerra dos Poetas. A par destes acontecimentos havia a agravante questão da Inconfidência Mineira envolvendo poetas acusados de crime contra a Coroa, de rebelião, já nos finais da centúria. A Nova Arcádia, por outro lado, constituía outro pomo da discórdia, ensejando nova enxurrada de versos insultuosos e, às vezes, tão virulentos quanto os que desabaram sobre os participantes da **Guerra dos Poetas**. O próprio Bocage despejava maledicências verbais e escritas sobre a Nova Arcádia e os seus sócios. Poetas satíricos ou pedinchões degradavam o ofício dos poetas. Estes a esmolarem favores, empregos, ajudas; aqueles a entulharem o meio com sátiras verrinosas contra tudo e todos que se faziam alvo das suas mordazes críticas, como ocorreu por ocasião da **VIRADEIRA**, por exemplo. É provável, portanto, que muitos dos poetas e poetisas que não publicaram as suas obras, tenham optado pela divulgação das suas poesias apenas no círculo restrito das Arcádias (os poetas) e dos saíões (as poetisas) onde eram conhecidos e apreciados pela elite intelectual que os frequentava.

Impressiona a quantidade de escritores que só postumamente tiveram as suas obras publicadas. Começando pelos sócios da Arcádia Lusitana, é de interesse observar que os principais e mais atuantes poetas a ela filiados deixaram até dos seus confrades (exceção feita aos textos que eram lidos nas assembléias da referida sociedade e a outros que corriam em mãos de amigos, passavam para os "cadernos" por copistas e, assim, eram divulgados) desconhecidas as suas obras completas ou parte delas. Com efeito, deixaram extensa obra inédita, só vinda à luz postumamente muitos árcades e pré-românticos, como, por exemplo: Cruz e Silva, Correia Garção, Manuel de Figueiredo, José Anastácio da Cunha, a Marquesa de Alorna, Frei José do Coração de Jesus, João Evangelista de Morais Sarmiento, Francisco Dias Gomes, A Viscondessa de Balsemão, a Condessa do Vimieiro, D. Mariana Antónia Pimentel Maldonado, Maria Benedicta de Souza Soares d'Andréa, e muitos outros portugueses e brasileiros, os quais seria exaustivo enumerar.

Para além destes autores que deixaram obras manuscritas e inéditas, muitos outros sequer chegaram a ter as suas poesias conhecidas após a sua morte. Suas obras findaram por desaparecer sem gozarem do benefício da impressão, inclusivamente grande parte da imensa produção do poeta Francisco Joaquim Bingre.

Vale ainda sublinhar que poucos dentre os poetas que publicaram as suas obras em vida, fizeram-no no momento em que as concluíram, mas somente muitos anos mais tarde, mais ou menos por volta de 1770, significando, assim, que durante todos os anos que vão da fundação da Arcádia Lusitana até o início dos anos setenta, o que havia em circulação no meio literário restringia-se a textos manuscritos em volumes ou avulsamente. Donde se pode concluir que

era muito insuficiente a divulgação da poesia praticada na época, em termos de grande público, ficando o seu conhecimento circunscrito ao círculo fechado dos que mantinham convivência com os poetas nas assembléias da Arcádia, nos salões de poetisas ou nos Saraus em casa de pessoas que promoviam reuniões freqüentadas pelos escritores e por apreciadores da poesia.

O problema do ineditismo é, no entanto, ainda mais generalizado no âmbito das obras poéticas produzidas pelas poetisas do período neoclássico e pré-romântico, notadamente entre aquelas pertencentes à nobreza e à elite burguesa. As mulheres destas classes sociais jamais publicaram as suas obras e, quando o fizeram, em raros casos, foi anonimamente. Com exceção da Marquesa de Alorna que teve sua obra completa publicada pela sua filha após a sua morte e Maria Benedicta que publicou o que restou das suas poesias quando já contava com a avançada idade de 93 anos, as demais deixaram, decerto na posse dos seus familiares, suas produções poéticas manuscritas e inéditas, cujo destino é hoje totalmente ignorado. Da Condessa do Vimieiro salvaram-se algumas composições poéticas graças aos cuidados do Dr. Antônio Ribeiro dos Santos, que as mandou copiar, encontrando-se atualmente sob a guarda da Biblioteca Nacional de Lisboa. A única obra que a poetisa deu ao conhecimento público foi a tragédia OSMIA, com a qual concorreu, anonimamente, ao concurso promovido pela academia das Ciências de Lisboa, em 1788, sendo contemplada com o 1º prêmio. Da Viscondessa de Balsemão, vários são os volumes com poesias suas, manuscritas e inéditas, existentes em acervos bibliotecários do país. Todavia, são cópias de diversos copistas, feitas em épocas diferentes. Dos cinco volumes autógrafos da poetisa, apenas um foi localizado. Os demais desapareceram. D. Mariana Antónia Pimentel Maldonado publicou algumas poesias em vida insertas em periódicos e em obras de outros poetas, sem, contudo, fazer constar o seu nome. Quando muito subscrevia-as com as letras iniciais do mesmo. Esta opção pelo anonimato é também comum entre homens que, quando não utilizavam um pseudônimo árcade, assinavam a obra com as letras iniciais do próprio nome, encobrin-do, assim, a verdadeira identidade.

Para além das razões ditadas pelas conveniências, que outras motivavam a atitude de retraimento, voluntário ou não, dos escritores que deixaram inéditas as suas obras ou publicaram-nas ocultados no anonimato? É provável que esta questão esteja relacionada também com a ação da Censura sobre as obras apresentadas tanto à Real Mesa Censória do governo pombalino, como à Mesa do Desembargo do Paço, instituída por D. Maria I, com vistas à obtenção das licenças para publicação. Em ambos os órgãos, *"os intrincados e pesados trâmites burocráticos a que estavam sujeitos os manuscritos atrasavam as licenças de publicação, ou funcionavam mesmo como meio de intimidação, dando azo a que muitos manuscritos ficassem inéditos durante longos anos"*⁽²⁰⁾. Por outro lado, as

censuras ficavam na dependência exclusiva dos censores que, em muitos casos, agiam em conformidade com seus próprios critérios em consonância com conjunturas políticas e sociais vigentes, nem sempre tolerantes com quaisquer idéias ou expressão que julgassem incompatíveis com as Leis do Estado e da Igreja. O caso de Bocage exemplifica bem os rigores da censura. Os censores, não concordando com certos versos do poeta, "Feros Delatores vis", que aparentavam serem alusivos aos denunciadores voluntários que por obediência às Leis apontavam os delitos que testemunhavam, fizeram ao poeta se justificar. Só então a Mesa permitiu que a obra fosse impressa depois de feitas as correções nas partes censuradas. Mesmo quando em 1821 são extintas as Inquisições, a censura permaneceu *"pronta na mão do Ordinário, nas coisas tocantes à Fé, nas coisas da política, dos assuntos do Temporal, na mão do Desembargo do Paço"*⁽²¹⁾, a dar continuidade a que continuavam obrigadas quaisquer obras a imprimir, permanecendo assim a impressão e, conseqüentemente, a publicação da dependência *"da análise meticulosa e critério das censuras"*⁽²²⁾, a cujos crivos não escapava a menor manifestação de simpatia ou de adesão à causa liberal, principalmente após as ações revolucionárias que culminaram com a execução de Gomes Freire. Os cortes aos textos considerados incompatíveis com a ideologia política vigente eram feitos com tão exagerado rigor que, em alguns casos, forçavam o autor à desistência de levar a efeito a impressão da obra censurada.

Maria Benedicta Soares d'Andrea escreveu poesias de cunho político nas quais exaltava o papel histórico e patriótico de Gomes Freire e de outros liberais penalizados pelas forças conservadoras, para além de saudar vários acontecimentos políticos que marcaram a época, como as Revoluções Liberais de Lisboa e do Porto. Tal audácia, no entanto, valeu-lhe problemas com a censura conservadora que obstaculou ou impediu a publicação dos seus livros de poesias. A sua obra somente veio a público em 1878, por diligência de Pinheiro Chagas, quando a poetisa era já nonagenária. Na nota de "advertência" com que abre o seu livro - POESIAS - a autora denuncia a política arbitrária que dificultou, em várias ocasiões, a publicação dos seus trabalhos:

"Algumas das poesias que fazem parte d'este volume foram impressas em 1822, com o título de ENSAIOS POÉTICOS, mas não chegaram a correr em razão da política intolerante e pouco liberal dos tempos que seguiam. A Prudência aconselhou-me a reduzi-las a cinzas"⁽²³⁾.

Nas notas que encerram o mesmo volume, Maria Benedicta acrescenta novas informações acerca do esquema repressivo que a Censura lhe aplicara:

"Em 1827 tentei publicar uma edição aumentada, mas tais foram os cortes que a censura política lhe fez, que desisti de imprimir o pouco que escapou ao zelo absolutista da época..."⁽²⁴⁾

D. Mariana Pimentel Maldonado, considerada poetisa "de bons quilates" pelo segundo Visconde de Castilho e merecedora de elogiosas referências por parte de Antonio Feliciano de Castilho, nunca levou adiante o projeto de publicar a sua obra. Sabe-se, no entanto, que esta chegou a reunir as suas poesias num livro manuscrito, com prólogo de Curvo Semedo. Envolvem-se no mistério as razões que levaram a poetisa a desistir de publicar as suas poesias. Todavia, não seria absurdo atribuir aos "zelos" da censura política os motivos do silenciamento da autora, tendo em vista a militância poética da mesma em favor da causa liberal, através de poemas publicados nos jornais da época.

Fora dos Conventos, apenas quatro escritoras publicaram as suas obras no período compreendido entre 1756 e 1825, sem problemas com a censura: Gertrudes Margarida de Jesus, autora da **Carta Apologética em Favor e Defesa das Mulheres**, publicada em 1761; Francisca de Paola Possolo da Costa, autora do romance **Henriqueta de Orleans**, e de um livro de poesias, **Francília pastora do Tejo**; Maria Clara Junior, autora da novela **Lindoro e Palmira ou os amantes perseguidos**, e D. Margarida Mancia Ribeiro, poetisa com três livros publicados.

Vale salientar, no fecho deste ensaio, que o próprio Romantismo português foi instaurado, em 1825, por um poeta exilado em Paris: Almeida Garrett, também vítima das perseguições contra os adeptos da causa liberal. É preciso também lembrar que a data de 1825 não assinala o fim dos conflitos entre os escritores e o poder constituído. Estes se prolongam ainda por várias décadas, penetram no século XX, apenas mudando de roupagem, assumindo outros matizes, de acordo com as "viragens" no âmbito da política e dos interesses ideológicos em vigor. Prova irrefragável disto reside no dramático e longo período de quase meio século em que os desvairados procedimentos da política ditatorial salazarista investiu contra a intelectualidade e os escritores portugueses, que de alguma forma ousassem expressar idéias contrárias aos interesses do todo poderoso ditador.

A liberdade de expressão dos escritores, a cessação das perseguições ideológicas, a livre circulação das suas obras (e de obras de autores estrangeiros) teve que viver um longo e sofrido tempo de espera. A alforria somente lhes seria concedida pelos "cravos vermelhos" que, a partir de 25 de Abril de 1975, passariam a simbolizar o início de uma nova era em Portugal, marcada pela vivência dos ideais da democracia.

NOTAS

- (1) Graça de Almeida Rodrigues. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa, Bibl. Breve, nº 54, ICLP, 1980, p.35.
- (2) Teófilo Braga. *História da literatura portuguesa: os árcades*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p.128.
- (3) *Ibidem*, pp.144-145.
- (4) *Ibidem*, p.153.
- (5) *Ibidem*, p.153-154.
- (6) Pedro Antônio Correia Garção. *Obras poéticas*. Lisboa, Sá da Costa, 1943, p.153.
- (7) Teófilo Braga. *Ob. Cit.* p.169
- (8) Vitorino José Luís Moreira da Guerra. *Várias poesias de seu author*. V.J.L.M.d G. Lisboa, Lacerdina, 1807, p.40.
- (9) Referimo-nos a Cláudio Manuel da Costa.
- (10) Referimo-nos a Francisco Álvares da Nóbrega
- (11) É o caso de Francisco Álvares da Nóbrega que apanhou lepra no cárcere.
- (12) Garção faleceu no Limoeiro e Domingos Maximiano Torres na Trafaria
- (13) Neste caso inclui-se Tomás Antônio Gonzaga.
- (14) Fidelino de Figueiredo. *História da literatura clássica*. III época. São Paulo, Ed. Anchieta, 1946, p.331.
- (15) José Timoteo da Silva Bastos. *História da censura intelectual em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p.103.
- (16) Eram chamados "MOSCAS" os guardas de elite ao serviço de Pina Manique.
- (17) José Timoteo da Silva Bastos, *Ob. Cit.* p.276.
- (18) Teófilo Braga. *Ob. Cit.* pp.274-275
- (19) José Timoteo S. Bastos. *Ob. Cit.* p.277
- (20) Graça Almeida Rodrigues. *Ob. Cit.* pp.41-42.
- (21) Timoteo S. Bastos. *Ob. Cit.* p.319
- (22) *Ibidem*. p.320
- (23) Maria Benedicta de Souza d'Andréa. *Poesias*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pág. não numerada.
- (24) *Ibidem*.

A OPINIÃO PÚBLICA E A COMUNICAÇÃO DE MASSA.

Uma análise crítica do problema

Raimundo Torquato de Figueiredo

Prof. do Curso de Comunicação Social - UFRN

A OPINIÃO PÚBLICA E A COMUNICAÇÃO DE MASSA

Uma análise crítica do problema

Alfredo Torquato de Figueiredo
Prof. do Curso de Comunicação Social - UFRN

AVENIDA LUIZ COELHO NETO, 1.500 - J. P. 107 - 110 - JARUQUÊ, 1993

INTRODUÇÃO

A missão primordial da sociedade é, hoje, a de salvar dos naufrágios das revoluções e transformações sociais a herança cultural comum, protegendo-a e transmitindo-a, em seus componentes fundamentais e residuais, às gerações e civilizações do amanhã.

A transição da fase pré-industrial da sociedade para o estágio industrial revolucionou os conceitos tradicionais de cultura e produziu o advento da sociedade de massa, *mass culture*, gerando uma crise e um caos que são o fermento e o útero de uma nova ética, de uma nova moral, de um novo direito, enfim, de uma nova comunidade caracterizada por mudanças históricas aceleradas, que tornam inevitável uma transformação profunda e radical na civilização.

A quem, raça ou povo eleito, estará reservada a missão histórica de ser depositária e guardiã desse acervo cultural, é assunto que merece especial cuidado, porquanto as elites e as massas se entrincheiram em guerrilhas de ideologias antagônicas e hostis, e as lutas de classe tendem a destruir o patrimônio cultural sedimentado através das gerações, erradicando as noções e os padrões primitivos, genuínos e puros, de nossos alicerces de experiência, conhecimento, saber, técnica e ciência, e produzindo a deterioração de nossa cultura.

Será que nossa época é um período de declínio, uma "idade da lata", civilização empacotada, de valores corruptos e conspurcados, de vulgarização e plebeização da cultura? Será que os padrões da cultura estão mais baixos do que no primeiro quartel do século?

Vivemos uma época em que a quantidade vale mais do que a qualidade; a produção mais do que a criação; em que o homem se torna um consumidor de produtos produzidos em massa; e em que até o próprio homem poderá ser produzido em massa, e também eliminado em massa. Os bebês de profeta e as gerações de laboratório poderão ser o Adão e Eva de um admirável mundo novo huxleyano.

Que forças poderão salvar a sociedade moderna do sombrio mergulho no barbarismo cultural, se as massas são medíocres e a burguesia detentora da cultura cultivada é incapaz de conter o cúmplice no avanço do capitalismo tecnológico?

É preciso salvar a cultura, como Trotsky a definiu: a soma total dos conhecimentos e das habilidades acumuladas pela humanidade em toda sua história anterior. Não permitir que a cultura seja reduzida a mero produto

enlatado, em que a quantidade sufoca o mérito, num "mundo sem padrões", na expressão de Bradbury.

2. COMUNIDADE DE PÚBLICO E SOCIEDADE DE MASSA: O ASPECTO CULTURAL

No século XX ocorreu uma verdadeira revolução no universo cultural. Todo um arcaico arcabouço ruíu para surgir uma nova arquitetura social. E esse fenômeno teve início com a transição da multidão para a massa. Os conceitos de sociedade de massa e cultura de massa passaram a ter proeminência e significado nas teorias sociais e políticas e a cultura começou a ser definida em termos de dominação de classe.

A transformação da comunidade clássica de públicos numa sociedade de massas é, sem dúvida, o fator mais importante e vital do desenvolvimento da sociedade e do Estado, nos tempos modernos, evolução dialética e, portanto, irregular em ritmo, profundidade e alcance.

Na sociedade democrática de públicos, observa Wright Mills, erigia-se a consciência individual como a sede final do julgamento, e portanto o último tribunal de apelação. Presumia-se uma harmonia de interesses entre os indivíduos que determinaria a ação, e a opinião pública resultante seria a voz infalível da razão, agindo o público de acordo com ela ou fazendo com que seus representantes assim agissem. A opinião resultante da discussão pública, através de órgãos autônomos, compondo a opinião em movimento, representa a vontade geral do povo. Pairando sobre todos os órgãos e associações que reúnem os públicos dispersos temos o Congresso, ou Parlamento, instituição política suprema, arquétipo maior das assembleias e colegiados onde os cidadãos debatem as questões públicas e comunitárias, através de seus delegados e representantes eleitos ou credenciados, sacralizando em forma de lei e dando força legal e mandamental às decisões tomadas por delegação popular.

O público é organizado em vários partidos, que representam a ideologia expressa nos programas, cada um procurando obter maior número de representantes no Congresso, e assim fazerem vitoriosos seus conceitos e transformar em lei seus pontos de vista a respeito dos problemas sociais, de classe, de administração pública e de gestão dos negócios financeiros e econômicos da comunidade.

No Parlamento se discutem os problemas do povo e se decide sobre eles. Essa é a imagem e a dinâmica da democracia clássica. Na prática, porém, o

funcionamento do sistema de poder assume características bem diversas, deixando na esfera do ideal essa construção metodológica, e evidenciando o fato de que a participação do público se torna cada vez mais inexpressiva; pois as massas votantes são condicionadas e conduzidas pelos meios de comunicação surgidos com o advento da galáxia de Guttemberg e sua constelação de satélites, tais como o cinema, o rádio e a televisão, que aboliram as fronteiras culturais no mercado comum das *mass média*, conforme observou Edgar Morin.

A transformação do público em massa operou modificações estruturais na sociedade moderna e começou a substituir o individualismo e o liberalismo pela sociedade de massa, em que o público se torna apenas simples mercado dos veículos de comunicação, monopolizado por centros poderosos de dominadora manipulação, controlado pelo imperialismo do Estado ou pelo capitalismo dominante e hegemônico, tentacular e selvagem.

A ascensão do público, que começou a ser chamado de massa, teve início com a Revolução Francesa, e Gustave Le Bon chegou a afirmar que "*o direito divino das massas está em via de substituir o direito divino dos reis*". Ortega y Gasset detectara a crescente influência das massas nos conselhos e nos negócios do Estado.

Observa Wright Mills, entretanto, uma oscilação pendular entre as predominâncias de público e de massa, e diz: "*Como os públicos se transformam em massas, as massas por vezes se tornam multidões*".

O que se verifica, em escala alarmante, e se torna elemento característico da dominação da cultura de massa, é que as associações autônomas, que se posicionam entre as várias classes e o Estado, se esvaziam de conteúdo, como veículos da opinião e instrumento do exercício da vontade política, diante dos meios de poder centralizados. Assim, o público que forma a opinião pública, se vê sem voz e sem influência, sem controle e sem decisão, diante da pressão e intensificação dos meios de persuasão em massa, e se torna, cada vez mais, objeto de orientação, de manipulação e de intimidação.

Na sociedade de massa nasce o que se convencionou chamar de a Terceira Cultura, ou *mass culture*. O termo cultura de massa, como os termos sociedade de massa (*mass society*) ou indústria cultural, do qual ele é o equivalente cultural, definem e demarcam um corpo complexo de normas, símbolos e imagens, que estratificam e reorientam as emoções e os instintos do homem e de seu grupamento familiar e comunitário. Como enfatiza Edgar Morin, uma cultura fornece pontos de apoio imaginários à vida prática e pontos de apoio práticos à vida imaginária; ela alimenta o ser semi-real, semi-imaginário, que cada um secreta no interior de si (sua alma), o ser semi-real, semi-imaginário que cada um secreta no exterior de si e no qual se envolve (sua personalidade).

Assim, a cultura de massa é uma cultura. Ela constitui um corpo de símbolos, mitos e imagens concernentes à vida prática e à vida imaginária, um sistema de projeções e de identificações específicas. Ela se agrega à cultura nacional, à cultura humanista, à cultura religiosa, e entra em concorrência com estas últimas, com todas as demais culturas, o que faz com que as sociedades modernas sejam policulturais. A cultura de massa é a força maciça e esmagadora que invade o campo cultural e impõe a sua característica e o seu conteúdo. Ela se embebe da cultura nacional, religiosa e humanista, e também embebe e absorve as referidas culturas, com as quais entra em contato, infiltrando-as e impondo o seu *logos* e a sua polivalência.

Contra essa cultura cosmopolita e planetária, levantam-se a cultura cultivada e suas variáveis, tanto de direita quanto de esquerda, uma considerando-a mero divertimento de nativos e plebeus, a outra taxando-a de "novo ópio do povo".

O conceito oposto à cultura de massa é a Arte. Esta é a busca incessante do Belo, e experimentar a beleza é liberar-se da opressiva e asfiziante dominação da natureza sobre o homem. A *intelligentia* "cultivada", a cultura literária, depositária de uma longa tradição de classicismo e humanismo é a única barreira de resistência contra a maré montante do chamado barbarismo cultural. A inteligência cultivada é a maior vítima desse barbarismo e é por ele despojada. Protesta contra o que chama de industrialização do espírito e aviltamento da arte e da técnica. Proclama que a arte é "o valor supremo da cultura dos cultos", no dizer de Morin, e que a civilização deve opor diques à invasão dos subprodutos culturais da indústria moderna e dos subprodutos industriais da cultura moderna.

Dizem os críticos e analistas que se a cultura é o meio pelo qual o homem afirma sua humanidade, seus fins e sua aspiração de liberdade e dignidade, o conceito e a teoria de cultura de massa são sua negação.

A sociedade de massa desenvolve uma cultura de massa. Nesta, os valores e crenças culturais e políticas tendem a ser corrompidos pelas pressões e deformações inerentes ao consumismo e ao imediatismo, estimulando a difusão do populismo em política, do gosto massificado em cultura, erigindo a "soberania dos não-qualificados", como a definiu Selznick.

3. A OPINIÃO PÚBLICA E A COMUNICAÇÃO DE MASSA. UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROBLEMA.

A opinião pública é o somatório das atitudes de pessoas diante de uma questão, quando elas são membros do mesmo grupo social. É a opinião talhada pelos costumes, religião, os "mores", e o simples preconceito. É uma interação de coleção de opiniões individuais e uma análise de relações grupais, conceitos que são fundamentais, profundos e comuns a um grupo. Quando uma opinião se impõe como a dominante dentro de uma organização grupal ela é tida e havida como pública.

Com efeito, o público é o último agrupamento elementar coletivo, e o termo público designa um grupo de pessoas, envolvidas em uma determinada questão, com opiniões e posições divididas diante de uma questão, e que discutem acerca do problema. A marca do público, portanto, caracteriza-se e se integra pela presença de uma questão, de uma discussão e de uma opinião.

No público, as argumentações são complexas, criticadas, debatidas e enfrentadas por contra-argumentações. Há a presença de oposição, há o desacordo, as controvérsias devem ser favorecidas e provocadas, e fornecem assunto para críticas.

O público não age como uma sociedade, uma multidão ou a massa. A sociedade age por consenso e padrões definidos. A multidão se comporta pelo estabelecimento de uma relação. A massa procede pela convergência de opções individuais.

A opinião pública pode ser encarada como um produto coletivo. Ela está sempre se afirmando através de uma decisão, que nem será total e unânime. A opinião pública se forma no curso do debate livre, entre grupos e partidos, distantes de posições sectárias e dogmáticas. As posições irreconciliáveis e fundadas em *parti pris* não conduzem a um consenso, pois elas equivalem a recusar a aceitação do ponto de vista do outro e alterar a posição individual do contestador. A formação da opinião pública exige que as pessoas estejam abertas à compreensão, partilhando a experiência uns dos outros, por meio de concessões e permuta de pontos de vista e juízos de valor.

A opinião pública se forma exatamente no ponto médio das opiniões grupais conflitantes ou competitivas. Parece situar-se a meio caminho entre um ponto de vista altamente emocional e preconceituoso de um lado, e do outro por uma opinião inteligente e reflexiva.

O público se comunica de tal modo que há sempre a possibilidade imediata e efetiva de responder a qualquer opinião expressa em público. Este, um dos aspectos que o distingue e demarca a separação do público e da massa. O público e a massa podem mais facilmente ser diferenciados pelos seus modos preponderantes de comunicação. Numa comunidade de públicos a discussão é o meio de comunicação fundamental, e os veículos de comunicação em massa apenas projetam e estimulam a discussão.

Numa sociedade de massas, o tipo de comunicação dominante é o veículo formal, e o povo recebe a propaganda, a mensagem e a opinião manipuladas e não tem condições de reagir e se contrapor às sugestões e fluxos desses meios. Com a transição do público em massa, os conceitos de sociedade de massa e cultura de massa passaram a ser elementos significativos das teorias sociais e políticas, e a cultura começou a ser definida, cada vez mais, em termos de dominação de classe. As massas, através de suas organizações políticas, constituem, agora, uma alternativa viável para o domínio burguês. O conceito de massa surge como parte integrante da ideologia dominante, uma ideologia da cultura e da sociedade de massa. O aparecimento das massas está associado a mudanças amplas na divisão do trabalho, ao acelerado crescimento da organização e à produção em massa de mercadorias. A indústria da cultura cria uma massa politicamente passiva e manipulada.

De Tocqueville a Mannheim os teóricos têm-se preocupado com a debilitação das elites portadoras de cultura influenciadas pelos circuitos de pressões populares, e a ascensão das massas, cada vez mais suscetíveis aos apelos dos demagogos e aos movimentos extremistas.

A comunicação de massa, pelos variados meios em que é exercida, impinge-os os "quadros mentais", organizados em padrões e estereótipos. Esses meios múltiplos e variados não propiciam nem privilegiam, e nem estimulam a sobrevivência dos públicos primários, mas, ao contrário, promovem a sua transformação num grupo de mercados, para os meios de comunicação, numa sociedade de massas.

4. OS M.C.M. NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA. UMA VISÃO LOCAL

O sistema das comunicações de massa é, hoje, um complexo universal, e uma extraordinária e formidável força a serviço da "massificação" da cultura, prometendo ao homem o Estado de bem-estar, através dos canais de conquista da inteligência e da alma - o jornal, o rádio, o cinema e a televisão.

A intensificação, ampliação e controle desses meios de comunicação de massa e de persuasão coletiva, faz com que o público que forma a opinião pública se transforme em objeto de conquista e alvo de esforços intensivos de controle, orientação, manipulação e intimidação, da parte dos organismos poderosos que usam a técnica para alcance, conquista, preservação e, manutenção do poder.

Assim, as instituições que compõem a elite moderna do poder têm em suas mãos e ao seu alcance instrumentos históricos incomparáveis de controle e manipulação psíquicos, que vão desde a educação universal compulsória aos meios de comunicação de massa. Esse imenso arsenal é utilizado em favor dos donos do poder e da riqueza.

Pensava-se que o aumento e as especializações dos meios formais de comunicação valorizariam sempre e mais o público primário. Essas opiniões, anteriores ao advento do rádio, cinema e televisão, não se viram confirmadas pelos tempos. O que vemos, hoje, é bastante diferente.

Na sociedade de massa, a indústria da cultura está a comprovar que tudo o que sabemos da realidade social do mundo não é por nós verificada diretamente. Os meios de comunicação é, que organizam os nossos "quadros mentais", de sorte que somente acreditamos, verdadeiramente, no que temos à nossa frente depois que a nossa opinião ou juízo são referendados pelo que lemos no jornal, ouvimos no rádio e vemos na televisão. Os meios de comunicação de tal forma dominam nossa percepção e condicionam nosso entendimento, que a vontade passa a ser comandada e determinada por eles, e não pela nossa experiência pessoal.

Hodiernamente, os indivíduos somente confiam em sua experiência e sua opinião, seus conceitos e juízos valorativos, se eles receberem o beneplácito dos meios de comunicação de massa, que lhes dão a sensação de estarem certos, sem terem necessidade de pensar, mas apenas comparando seu pensamento com os clichês ideológicos e os estereótipos que lhes são fornecidos pelos padrões da indústria cultural.

Não há mais a busca da verdade, o amor da ciência, a devoção à moral, o culto da arte, a vocação pura da conquista intelectual. O que se procura é viver o momento, defraudar os cânones éticos, desfrutar o lazer, cultivar o egoísmo e o hedonismo, sob a invocação do bem-estar individual, que tem como fundamento e paradigma comum, o bom senso, que é mais comum do que senso.

Os meios de comunicação proporcionam novas imagens e identidades do que gostaríamos de ser, dando-nos a falsa impressão de que a realidade do que somos será suplantada pelo ideal de uma vida melhor e de um eu superior, pleno

de felicidade individual. Esses meios dão ao homem identidade, aspirações, técnicas e fuga, diminuindo-lhe a distância entre a realidade e a imaginação.

Como estão organizados, os meios de comunicação são os mais fortes instrumentos para a consolidação da sociedade de massa. São modeladores de opinião, que agem diretamente sobre os públicos primários, impondo-lhes estereótipos, desde a seleção do consumo até as técnicas de manipulação do poder.

Direcionando nossas lentes perceptivas para um enfoque local, vemos que a força dos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio e o jornalismo, conferiram prestígio e poder àqueles que souberam usá-los massificadamente, projetando imagens irreais e retocando-as com as cores da demagogia, criando modelos mentais com as conotações do messianismo, do fanatismo e do carisma, apelando para o desencadeamento e libertação dos mais baixos e inferiores instintos da ignorância multitudinária e do fanatismo coletivo.

O advento da televisão mudou o curso das distorções produzidas pelo rádio a serviço de interesses grupais e de clã, sobretudo porque a mensagem educativa e cultural de nível universitário fez com que se valorizasse o aspecto puro da cultura cultivada. Com efeito, a televisão universitária e educativa desmistificou apelos de pseudo olímpianos, desarticulando a linguagem estribilhada, os clichês primários e uma simbologia de mitos e signos rudimentares, que corrompem, deseducam e empulham a opinião e as multidões.

A mensagem radiojornalística e televisiva direcionadas para a valorização das potencialidades superiores do ser humano, já é uma das aberturas para que o homem possa livrar-se da dominação dos medíocres e da aventura tecnicista, e construir o mundo do amanhã, com inteligência, arte, alma e espírito, buscando as cidadelas do amor, da bondade, da fraternidade, da paz e da liberdade.

Não perdemos a fé de que o homem, passada esta estação no inferno, possa, como Rimbaud, um dia, à aurora, armado de ardente paciência, cruzar as portas das esplêndidas cidades e sentar a Beleza em seu colo, sem achá-la amarga e sem injuriá-la, para que a visão da Justiça seja um prazer, não somente de Deus, mas de todos os seus filhos salvos e da humanidade redimida.

'PALAVRAS FINAIS

E depois?

*Continuar. Insistir. Quem disse
que a Democracia é fácil?*

*Quem disse que a luta e a vitória
dependem de um só homem, de uma
só campanha.*

Continuar.

Estas palavras, pois, não são finais."

(Carlos Lacerda, in "O Poder das Idéias")

BIBLIOGRAFIA

- MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Zahar, 1975.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Forense Universitária, 1975.
- COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. Pioneira, 1973.
- PASQUALI, Antonio. **Sociologia e comunicação**. Vozes, 1973.
- ROSENBERG, BERNARD e WHITE, David (orgs.). **Cultura de massa**. Cultrix, 1970.
- SWINGEWOOD, Alan. **O mito da cultura de massa**. Interciência, 1977.
- COHN, GABRIEL (org.). **Comunicação e indústria cultural**. Companhia Editora Nacional, 1977.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Zahar, 1972.
- QUILLET, Pierre (org.). **Introdução ao pensamento de Bachelard**. Zahar, 1977.
- MELO, José Marques de. **Comunicação, opinião e desenvolvimento**. Vozes, 1977.
- LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. Saga, 1978.
- MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira**. Vozes, 1973.
- XIFRA, Eras Jorge. **A informação: análise de uma liberdade frustrada**. Ed. Lux Ltda. Editora da USP, 1975.
- MILLS, C. Wright. **Poder e política**. Zahar, 1965.
- LACERDA, Carlos. **O poder das idéias**. Dist. Record, 1963.

TURISMO: O PREÇO DO SONHO

Eleonora Tinôco Beaugrand

Mestrado em Ciências Sociais - UFRN

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.119-132, jan/jun, 1993

TURISMO: O PREÇO DO SONHO

UFRN, 1977. 120 p. (Coleção Turismo e Lazer).
 Editora: Livros Horizonte
 Disponível em: www.livros Horizonte.com.br

Este livro apresenta uma visão crítica e atualizada sobre o turismo em Portugal, abordando aspectos econômicos, sociais e culturais.

UMA COLEÇÃO DE 12 VOLUMES, A SEREM LANÇADOS EM 1977.

1. O TURISMO EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA. 2. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. 3. O TURISMO E O MEIO AMBIENTE.

4. O TURISMO E A CULTURA. 5. O TURISMO E O Lazer. 6. O TURISMO E O ESPORTE.

7. O TURISMO E O TRANSPORTE. 8. O TURISMO E A ALIMENTAÇÃO. 9. O TURISMO E A SAÚDE.

10. O TURISMO E O MEIO AMBIENTE. 11. O TURISMO E O PATRIMÓNIO CULTURAL. 12. O TURISMO E O FUTURO.

13. O TURISMO E O Lazer. 14. O TURISMO E O ESPORTE. 15. O TURISMO E A CULTURA.

16. O TURISMO E O MEIO AMBIENTE. 17. O TURISMO E O PATRIMÓNIO CULTURAL. 18. O TURISMO E O FUTURO.

19. O TURISMO E O Lazer. 20. O TURISMO E O ESPORTE. 21. O TURISMO E A CULTURA.

VIVÊNCIA UFRN, 1977. 120 p. (Coleção Turismo e Lazer). 1977. 120 p. (Coleção Turismo e Lazer).

INTRODUÇÃO

Esse texto é resultado de participações diversas em discussões sobre o turismo no Nordeste brasileiro, em particular na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, num momento em que se observa a expansão do setor e a integração da cidade às rotas turísticas internacionais. A partir do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira - que se tornou o complexo turístico da cidade - pretendemos realizar uma análise do papel do Estado e dos mecanismos que permitiram a implantação do Projeto, identificando no sistema de financiamentos o jogo de interesses que se estabelece. Partindo de um enfoque teórico mais abrangente, da expansão turística como um todo, dividimos o trabalho em duas partes a saber: a expansão do turismo e a intervenção do Estado e o Projeto Parque das Dunas/Via Costeira - PDVC -.

A EXPANSÃO DO TURISMO

Em mais uma tentativa de se recuperar o Nordeste brasileiro nada melhor que reerguer a bandeira do turismo e fazer dela uma nova estratégia de desenvolvimento para a região. Sabemos que o crescimento da atividade turística não é resultado apenas da intervenção do Estado, mesmo considerando a importância das políticas de incentivo por parte do setor público nos últimos anos. Mas é também reflexo do processo de internacionalização de alguns segmentos da economia, que na busca de novos espaços de reprodução elegem as belezas naturais como principal fator de competitividade. Não podemos esquecer que a dupla sol/mar ilustra a maior parte dos catálogos de agências de turismo no mundo inteiro. Nesses tempos de crise, falta de recursos e investimentos escassos, alguns setores ainda despontam e justificam as políticas e os empréstimos sob o famigerado discurso da rentabilidade.

Acontece, porém, que por trás da atividade turística que cresce existem alguns aspectos relevantes e que definem uma tendência que não é só brasileira mas resultante da globalização da economia como um todo. O sonho do paraíso tropical enaltecido pelos romancistas e pintores europeus do final do século passado ainda persiste para muitos ocidentais do norte, cuja rota do sul é acessível para a maioria deles. Assim, nos últimos 25 anos a intensificação de vôos charters e pacotes turísticos permitiu a algumas regiões do mundo se organizarem a medida que iam sendo descobertas pelos visitantes vindos "d'ailleurs".

Observamos então que a bipolarização dos objetivos perseguidos pelo setor turístico (atrair turistas estrangeiros e de outros lugares do país) tem sua origem em duas esferas diferentes - agências nacionais e internacionais e programas governamentais de estímulo ao turismo - e portanto funcionando de formas distintas.

O padrão de acumulação implantado depois da II Guerra Mundial, com a adoção do modelo fordista (Lipietz, 1988) de reprodução capitalista, refletiu em diferentes setores da economia, inclusive no turismo. O processo de multinacionalização das empresas envolveu também os grupos hoteleiros que modificaram consideravelmente o destino dos seus investimentos e se implantaram em vários países.

Alguns mais conhecidos como Sheraton, Hollyday Inn, Hilton, Mediterané, Novotel... abriram hotéis em diferentes cidades da Indonésia, Polinésia Francesa, América Latina, Caribe etc... Como grande parte desses grupos hoteleiros são também proprietários de agências de turismo e acionários de companhias de aviação, o desenvolvimento da atividade se faz de forma integrada (BEAUD, 1987) num circuito que é muito mais abrangente que a atividade hoteleira isolada. São os "trades" do turismo que se constituem visando uma articulação harmônica entre os diferentes segmentos da cadeia turística. Dessa forma, essa transferência de tecnologia que se realiza, e que é respaldada nos padrões internacionais de construção, atendimento, infra-estrutura dos complexos hoteleiros é, sem via de dúvida, incorporada pelos hoteleiros autóctones e permite o surgimento de uma concorrência local com a criação de grandes grupos de hotéis de capital nacional. Acrescente-se a isso o aparecimento dos pequenos hotéis, hospedarias, pousadas e motéis que na leva da febre do turismo encontram também um espaço propício para desenvolverem outros serviços e popularizarem o lazer para outras camadas da população que não tem acesso ao turismo classe A.

Historicamente, a mola propulsora desse fenômeno no país está na essência do modelo de substituição de importações e na abertura da economia nacional ao capital estrangeiro. Esse momento que coincide com a desaceleração do sistema de reprodução capitalista, nos países centrais, favorece a implantação de firmas transnacionais nos rotulados países do terceiro mundo, engajados na tentativa de decolar para um almejado nível de desenvolvimento. Ao contrário dos setores industriais tradicionais que absorvem tecnologia obsoleta das empresas que se modernizam nos países de origem, o setor turístico "importado" não obedece a mesma lógica, ainda que ele funcione na concepção fordista de um novo modo de regulação concorrencial, através de uma adapta-

ção contínua do acréscimo da demanda final (consumo de massa) (Lipietz, 1988).

É importante ressaltar os dois vetores que regem o processo da implantação de empresas de turismo a saber a expansão da atividade turística no nível da reprodução/realização (Aglietta, 1976) e a busca por novos espaços e mercados consumidores, em consequência de uma redução da rentabilidade nos países de origem. Tendo em vista a escassez de pesquisas que demonstrem o crescimento do volume de investimentos estrangeiros no setor para o Brasil, podemos considerar os investimentos internacionais, como um todo, partindo do relatório do Banco Mundial o "Desenvolvimento no mundo" 1987. O documento revela, ao contrário do que afirmaram diversos autores⁽¹⁾ ao longo das décadas de sessenta e setenta, que a expansão das multinacionais se dá bem menos no terceiro mundo do que nos grandes países capitalistas avançados, onde mais de 75% das transações dessas firmas se concentram em particular nos países da Europa.

É portanto incorreto considerar que os países periféricos continuem a atrair capital estrangeiro sob a égide do binômio mão-de-obra abundante/baixos salários, quando se sabe que aqui os fatores que intervêm são de outra natureza: associação de moderno e confortável com exótico e artesanal ou excêntrico e diferente. A gama de estratégias exploradas pelo marketing do setor vai desde a concepção do tempo vale ouro "time is money" até uma nova percepção de lazer utilizada como forma de recuperar o corpo e o espírito - Na filosofia do clube mediterrâneo "O lazer é o reino da liberdade" ou ainda "cada homem é por natureza substancialmente livre e igual aos outros". Assim a idéia do tempo livre nos países de capitalismo avançado se torna não somente mercadoria no ciclo das trocas econômicas mas valor de troca social (valor lúdico de prestígio)⁽²⁾. Se produz e se consome sonho e lazer através dos "pacotes turísticos", vendidos a grupos de pessoas; Uma economia de escala onde quanto maior a taxa de ocupação, maior a rentabilidade do hotel e/ou do agente de viagem. A "velha" utilização de critérios tipo mão de obra abundante e pouco remunerada são secundarizados, dando lugar principalmente a questão da especialização do empregado e a qualidade dos serviços. O exotismo só vale enquanto atração turística a se conhecer, e certamente não como parâmetro de infra-estrutura de prestação de serviços. A afirmação é válida para os turistas estrangeiros e também para os do sul do país que cada vez mais brigam pelos seus direitos e reivindicam "atendimento-conforme" proposto pelo marketing do hotel, via agente de turismo, propaganda etc.

Efetivamente, a medida que se desenvolve o setor se aperfeiçoam as estruturas de atendimento através de um processo de standardização e uniformização de certos segmentos da indústria do turismo: estruturas físicas dos complexos hoteleiros (construção e ambientação), alguns serviços (café da manhã continental, frigobar etc). O processo de internacionalização da economia acabou fazendo com que se criasse um *modus vivendi* padrão, que vem sendo pouco a pouco incorporado pela população mundial como um todo. Temos pois atualmente a possibilidade de comermos pizzas em Moscou, tomarmos coca-cola em Pequim, usar calças jeans em Bagdad, dançar rock em Tóquio ou se hospedar no Hollyday Inn de Bali. Nessa mesma lógica se confirma o perfil do padrão de turismo que predomina - e que embora inicialmente corresponda à demanda de uma clientela específica: a dos frequentadores de hotéis 3, 4 e 5 estrelas, é posteriormente absorvido pela totalidade do setor.

Na carona do fenômeno muitas cidades do Brasil, que até então viviam à margem das rotas turísticas, implantaram programas de fomento às atividades do setor permitindo uma maior e melhor integração aos roteiros tradicionalmente mais conhecidos.

No caso brasileiro o desenvolvimento do turismo não acontece de forma linear para todas as regiões. O histórico e famoso cartão de visitas do país do carnaval e das mulatas sempre foi o Rio de Janeiro. Aí também o centro-sul concentrou o fluxo de turistas a quem só interessava conhecer pão de açúcar, praia de copacabana e cristo redentor. Tudo isso graças a infra-estrutura existente (aeroportos, hotéis, sistema de transportes etc).

A INTERVENÇÃO DO ESTADO E O PROJETO PARQUE DAS DUNAS/VIA-COSTEIRA

Beneficiando-se do processo nacional, a intervenção do estado no Nordeste acontece somente no final dos anos sessenta a partir da inclusão pelo BNB no seu plano Quinquenal (1975/79) do Programa de Financiamento e Promoção do Turismo. Esse foi constituído de 3 sub-programas: 1-investigação do potencial turístico, 2-financiamento a hotéis e outros e 3- divulgação e fomento ao turismo. Nesse sentido, algumas medidas concretas foram tomadas como a criação da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste-CTI/NE que em 1977 seria institucionalizada como sociedade civil sem fins lucrativos.⁽³⁾

O Estado do Rio Grande do Norte se integra ao roteiro turístico em meados da década de setenta quando se tem definido o projeto do Parque das

Dunas/Via Costeira (o sistema nervoso do complexo turístico-hoteleiro da cidade de Natal). Essa política de incentivo à indústria do turismo estava respaldada no Plano de Desenvolvimento Urbano e Regional da Grande Natal realizado no período compreendido entre 1975/1977 pelo escritório de arquitetura de Luís Forte Neto, de Curitiba, . O objetivo desse projeto visava a criação de um modelo de organização espacial capaz de orientar uma ocupação territorial que protegendo o ecossistema da região servisse de suporte ao desenvolvimento social e econômico da cidade. A Intervenção governamental inicialmente proposta pelo Plano de Desenvolvimento Regional Urbano da Grande Natal constituía-se dos seguintes pontos:

1. Proteger o sistema geológico e morfológico das dunas.
2. Conter a ocupação desordenada e predatória da área.
3. Impedir o crescimento da favela de Mãe Luiza (situada à direita da proposta via de acesso) e ao mesmo tempo promover a melhoria de suas condições de urbanização.
4. Obter o aproveitamento ótimo do potencial turístico e de lazer da faixa litorânea.
5. Promover a interligação litorânea de Natal com a praia de Ponta Negra.

Como estrutura para lazer e turismo, o projeto compreendia ao longo dos 15 km de extensão três Unidades de Turismo -UT- ou ainda as Zonas Especiais de Turismo - as ZETs - definidas pelo novo plano Diretor (ainda em fase de elaboração) a saber ZET 1, a única já regulamentada pois corresponde a parte antiga e urbanizada da praia, a ZET 2 que corresponde a via costeira, ao Parque das Dunas e a favela de Mãe Luiza e a ZET 3 relativa à praia de Ponta Negra. (ver mapa).

A proposta inicial incluía também a construção da casa do governador (transformado hoje em hotel escola atualmente desativado), um centro de convenções, hotéis, e residências particulares. Agora 15 anos depois, o último reordenamento do projeto da via costeira conta com um complexo hoteleiro de 20 áreas, 19 hotéis, além do centro de convenções.

A intervenção do Estado e as políticas adotadas seguiram critérios próprios para as concessões feitas. Assim com o objetivo de acomodar pressões diversas, o projeto Parque das Dunas/Via Costeira foi reformulado 4 vezes numa tentativa permanente de atender os interesses de empresários e políticos. É importante ressaltar o processo de valorização do solo, levantando a conflituosa questão da especulação por parte do "Estado empreendedor" que aqui exerce "apenas" o papel de mediador de interesses, e arbitrando a propriedade

da terra para quem de direito lhe compete, privilegiando setores específicos em particular proprietários da construção civil. (tabela 1).

TABELA 1 - RAMOS DE ATIVIDADES DOS GRUPOS EMPRESARIAIS BENEFICIADOS COM OS LOTES DO PDVC

ATIVIDADES	ABS	%
CONSTRUÇÃO CIVIL	12	52,3
HOTELARIA	4	17,4
AGÊNCIA DE VIAGEM	1	4,3
AGRO-INDÚSTRIA	1	4,3
INDÚSTRIA	1	4,3
OUTRAS	1	4,3
NÃO IDENTIFICADO	3	13,1
TOTAL	23	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 1990. CAVALCANTI, K. O Estado e a Política de Turismo no RN. Tese de Mestrado, UFRN, 1993.

TABELA 2 - QUADRO DE RESUMO DAS LINHAS/PROGRAMAS DO BDRN PARA FINANCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.

LINHA	PRAZO DE CARÊNCIA	ENCARGOS FINANCEIROS	FORMA DE PAGAMENTO
FUNGETUR	Até 36 meses	3 a 5% a a mais variação da OTN	Prestação Mensal em até 7 anos
PDC/BNDES	Até 24 meses	9 a 10% a a mais variação da OTN	Prestação Mensal em até 3 anos
FINAME	Até 6 meses	12% a a mais variação da OTN	Prestação Mensal em até 30 meses

FONTE: Pesquisa Direta 1990

CAVALCANTI, K., O Estado e a política de turismo no RN - Tese de Mestrado. UFRN, 1993.

A venda desses terrenos foi feita por mecanismos e subvenções através de empréstimos e linhas de financiamentos - a juros menores que os do mercado financeiro - e prazos atrativos, (ver tabela abaixo), onde os eleitos proprietários desembolsaram pelos lotes um preço estipulado pelo representante do Estado nas negociações, no caso o próprio secretário da Indústria, Comércio e Turismo (fundidos numa só secretaria). Foram criadas através do BDRN (Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte) linhas de crédito para financiar a construção do imóvel - FUNGETUR e PDC -, e a aquisição de equipamentos - FINAME -.

De acordo com a tabela 3 o sistema de financiamento implantado revela as condições com que foram privilegiados os compradores. A EMPROTURN através da participação acionária permitiu que 50% dos grupos empresariais adquirissem terrenos sem desembolso financeiro. Essas facilidades para aquisição dos lotes não impediu, entretanto, que os hotéis da Via-costeira estivessem incluídos nos grandes devedores de IPTU segundo cadastro da secretaria de finanças do Município e da Previdência (Diário de Natal, 16/03/93), reforçando o ditado de que quem adquiriu terrenos no trecho realizou de fato um "negócio da China".

TABELA 3 - QUADRO DEMONSTRATIVO DA FORMA DE PAGAMENTO DOS TERRENOS DA VIA COSTEIRA.

MODALIDADE	ABS	%
Participação Acionária	6	50,0
Venda à Vista	3	25,0
Venda Parcelada	2	16,7
Misto	1	8,3
Total	12	100,0

FONTE: Relatório da EMPROTURN s/data.

Partindo-se do princípio que a concessão dos lotes é feita utilizando critérios que garantem os padrões de expansão urbana determinados pelo capital privado local, não se pode afirmar que o projeto turístico da região se enquadra dentro de uma estratégia mais abrangente de desenvolvimento, como foi defendido inicialmente no projeto. Entretanto, o discurso oficial busca legitimidade quando incorpora, como vimos anteriormente, às propostas principais a questão dos benefícios sociais que tal empreendimento acarreta para a cidade. Dessa forma, tem-se desde o começo a preocupação com a preservação

das dunas, a urbanização da favela de Mãe Luiza e a evocação dos superlativos das variáveis econômicas tais como: nível de emprego, incremento das atividades de apoio ao setor turístico (agências de turismo, restaurantes, aluguel de bugres), dos setores comerciais e melhorias de infra-estruturas (transporte, vias de acesso).

Nos últimos 8 meses a Secretaria da Indústria e Comércio, e Turismo vem investindo na propaganda das potencialidades turísticas do estado visando trazer para Natal vôos charters provenientes da Argentina, Itália, numa constatação de que a cidade pouco a pouco se integra às rotas de turismo internacional das quais Recife e Salvador no nordeste já fazem parte. Isso confirma a tendência da internacionalização da cadeia turística e que atinge cidades de porte-médio, orientando os investimentos públicos para os setores ditos economicamente rentáveis. Embora se constate que houve efetivamente um aumento no número de empregos (ver tabela 4) e ampliação do setor terciário, a maior parte do pessoal empregado é de natureza sazonal e portanto ocupado em épocas de maior fluxo de turistas.

TABELA 4 - NÚMERO DE EMPREGADOS DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE NATAL - 1987.

EMPREENHIMENTOS	FIXOS		NÃO FIXOS	
	ABS	%	ABS	%
Hóteis/Motéis	1.237	42,0	56	11,0
Pousadas/Albergues	91	3,1	25	4,9
Agências de Viagens e Turismo	213	7,2	78	15,4
Transportadoras Aéreas e Rodoviárias	746	25,4	11	2,2
Locadoras de Automóveis, Bugres e Barcos	181	6,2	18	3,5
Restaurantes, Bares, Boates e Casas de Shows	450	15,3	70	13,8
Empresas Organizad. de Eventos	24	0,8	250	49,2
TOTAL	2.942	100,0	508	100,0

FONTE: Pesquisa: PAIVA, M^a Graças. Avaliação dos Efeitos Econômicos e Sociais do Turismo em Natal - Relatório Final - 1988.

No que concerne a questão do meio ambiente, motivo das grandes controvérsias da Via Costeira, muitos foram os estudos e relatórios de impacto ambiental realizados com o intuito de alertar as autoridades no sentido de evitar problemas do lado urbanizado da cidade. Para isso é fundamental a legislação de uso e ocupação do solo que adverte que essa ocupação do entorno do Parque Estadual das Dunas de Natal compromete a apropriação do solo consonante com os objetivos de preservação ambiental, não somente pela ocupação desordenada e predatória do solo, mas também pelos processos de desmatamento, concessão de áreas para a construção civil e acúmulo irregular de lixo.⁽⁴⁾ Infelizmente o projeto não desenvolve propostas nesse sentido e a velocidade com que as ocupações irregulares ocorrem desvendam o hiato existente entre os diferentes interesses da população por uma mesma área cujo processo de valorização tende a definir os parâmetros de ocupação.

Esquecem todavia de contabilizar os custos sociais decorrentes da metamorfose por que passa a cidade, dita turística, e os seus habitantes, com uma persistente elevação dos preços dos serviços, produtos, terrenos e imóveis além do risco permanente de uma semi-dolarização da paridade monetária que se dá em consequência do aumento do fluxo de turistas estrangeiros na cidade. No conflito cotidiano do processo de urbanização coabitam finalmente a cidade real e o imaginário da cidade ideal, que certamente as políticas públicas de incentivo ao turismo muitas vezes não alcançam.

- (1) A escola cepalina desenvolve modelo de desenvolvimento considerando as variáveis mão-de-obra abundante, baixos salários, riquezas naturais como fatores que atraem o capital estrangeiro e justificam os investimentos na implantação de indústrias.
- (2) BAUDRILLARD J. *La société de consommation*. p.251.
- (3) BONALDO, O. *Planejamento e organização do turismo*. 2ª ed. Recife - EMPETUR, 1984.
- (4) BENTES, Dulce. *Impacto ambiental e legislação do solo urbano* - UFRS, 1993.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme* - Calmann - Levy, Paris 1976.
- BAUDRILLARD, J. *La société de consommation* - Essais-Folio - 1979.
- BEAUD, M. *Le système national mondial, hiérarchise* - Agalma - La découverte, Paris 1987.
- BENTES, D. *Impacto ambiental e legislação do solo urbano* - UFRS - Tese de Mestrado, 1993.
- BONALD, O. *Planejamento e organização do turismo*. 2 ed. Empetur - Recife, 1984.
- CAVALCANTI, K. B. *O Estado e a política de turismo no RN*. Tese de Mestrado - UFRN 1993.
- DELGADO, M. V. A. *A dinâmica da evolução urbana no bairro de Mãe Luiza e suas relações com o projeto Parque das Dunas - Via Costeira* - Tese de Mestrado - UFRN 1992.
- DIÁRIO DE NATAL - 16/03/93.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres*. Ed. Nobel, 1988.
- PAIVA, M. G. V. *Avaliação dos efeitos econômicos e sociais do turismo em Natal*. Pesquisa CNPq - 1988.
- _____. *Possibilidades e riscos do crescimento do turismo no Nordeste*. In Revista de Administração Pública - vol 23, 1º trimestre, jan 1989 - FGV.
- RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL - *Le développement dans le monde*. Paris, 1987.
- RELATÓRIO DA EMPROTURN - sem data.

RIO GRANDE DO NORTE. Plano de Desenvolvimento Regional Urbano da Grande Natal - Vol I 1975/77.

Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte - EMPROTURN - Estratégia de Implantação do Distrito Industrial Turístico de Natal (RN 1983/1988) 1983.

O CONTRATO: DO DIREITO À POLÍTICA^(*)

*Assís Brandão^(**)*

* Este artigo é uma forma ligeiramente modificada do "Capítulo I" de *O contrato político como arma de luta burguesa - Hobbes, Locke e Rousseau*. Dissertação de Mestrado apresentado na Unicamp, em Campinas, em 1988.

** Professor Assistente de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

O CONTRATO DO DIREITO À POLÍTICA

Adriano Bressan

VENEZIA: UFFICIO DI PUBBLICAZIONE, 1993. 112 p. R\$ 12,00.

Há uma situação curiosa na teoria dos contratos. Referimo-nos à teoria ampla dos contratos, não à teoria jurídica, que normalmente é entendida como a teoria dos contratos, mas à teoria dos contratos que envolve os contratos jurídicos e os políticos. A curiosidade consiste na idéia da transição do contrato dos fenômenos jurídicos ao mundo político. O contrato, que tradicionalmente havia se constituído como instituto de utilização exclusiva pelo direito, aos poucos, a partir de um dado momento histórico, se foi inserindo na esfera política, tornando bastante comum o entendimento de situações próprias à política pela idéia de contrato ou pacto. Não nos parece que esta tenha sido uma transição "inocente".

A estrutura de sustentação da idéia de contrato para o direito é a existência de partes que manifestam vontades concordantes sobre um dado objeto e se comprometem com a consecução destas vontades. Esta concepção do contrato foi cunhada e cristalizou-se já entre os romanos. No entanto, a ampliação da utilização do instituto jurídico do contrato é um fenômeno moderno, contemporâneo ao advento do regime capitalista e a conseqüente conformação da sociedade de mercado. O contrato, portanto, não obstante haver sido cristalizado pelos romanos, passou um largo período em que seu emprego ocorria muito restritamente.

Esta transformação, em termos quantitativos, da abrangência social da utilização do instituto do contrato, foi sentida por Henry Summer Maine como uma transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas. Summer Maine concebe as sociedades tradicionais como marcadas pela presença predominante do *status*, enquanto, as modernas, pelo *contrato*. A passagem das sociedades arcaicas para sociedades evoluídas se constitui como uma transição de sociedades de *status* para sociedades de contrato. Segundo este autor, "*todas as formas de status de que se tem notícia no Direito das Pessoas são derivadas ou, de alguma maneira, têm sua tonalidade definida pelos poderes e privilégios que no passado residiam na família*"⁽¹⁾. O contrato, ao contrário, é fruto do "*livre acordo entre indivíduos*"⁽²⁾. Assim, para ele, o processo social é definido como uma passagem progressiva de sociedades em que "*as relações entre as pessoas são sintetizadas nas relações de família*" para sociedades em que "*todas essas relações decorrem do livre acordo entre indivíduos*",⁽³⁾ ou seja, um movimento do *status* para o *contrato*.

A concepção de Maine corre paralelamente à concepção de que o advento das sociedades modernas, burguesas, trouxe consigo a conformação de um novo tipo de direito, o direito igual. A igualdade jurídica em contraposição ao direito de privilégios. Se, antes, a organização social se caracterizava pela existência de setores juridicamente privilegiados no gozo de um tipo de direito particular, nas

sociedades burguesas passou a vigir a idéia de que todos os homens eram juridicamente iguais independente de sua posição social. O privilégio jurídico obstaculizava a ampliação do uso do instituto do contrato, visto que era necessário, para sua ocorrência, a circulação livre das mercadorias, o que não era permitido pelo regime de privilégios. Como para a sociedade burguesa é de fundamental importância a circulação de sua riqueza, a circulação de mercadorias, foi institucionalizada a igualdade jurídica entre os homens. Só com a existência de homens livres e iguais, tornava-se possível a livre circulação de mercadorias. Isto porque *"não é com seus próprios pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria"*⁽⁴⁾. Para que isto ocorra, é necessário que seus donos sejam investidos na condição de sujeitos de direito e as conduzam. Uma investidura que não se dá em relação a nenhum dono em particular, mas a todos os donos reais ou potenciais, *"pois que é de sua (do sujeito de direito) essência se apropriar, da natureza"*⁽⁵⁾. A condição abstrata de sujeito de direito é uma invenção burguesa.

A livre circulação de mercadorias é permitida pela existência de sujeitos de direito que levam suas mercadorias ao mercado com a finalidade de as venderem, trocarem, etc. Através da figura jurídica do contrato, seus objetivos são realizados; é o contrato que regulamenta a troca de valores equivalentes. Por isso, o contrato é o instituto jurídico por excelência da sociedade burguesa. A importância do contrato para o direito burguês é tão grande que Pachukanis chega a dizer que *"o contrato é um conceito nuclear do direito"*. E acrescenta: *"o contrato representa um elemento constitutivo da idéia de direito. (...) Independentemente do contrato, os conceitos de sujeito e vontade em sentido jurídico existem apenas como abstrações mortas"*^(*)⁽⁶⁾.

Como vimos, é muito comum a idéia de que nas sociedades arcaicas, pré-capitalistas, a utilização do contrato se dava de maneira restrita, ao passo que, nas sociedades modernas, burguesas, seu emprego é ampliado. Estão, portanto, analisando um mesmo fenômeno, Maine e Pachukanis, muito embora por prismas diferentes, ao verificarem que há um incremento no uso do contrato com o advento das sociedades modernas, capitalistas. O que para Maine é uma sociedade de status lembra, muito de perto, o que Pachukanis concebe como uma sociedade de privilégios. O que Maine tem como uma sociedade de contrato é o retrato de que Pachukanis entende como uma sociedade em que vige a igualdade jurídica. Isto, é claro, sob o ponto de vista que privilegia a observação do nível de abrangência social da utilização do instituto jurídico do contrato.

(*) É importante não esquecermos que quando Pachukanis se refere ao direito, está se referindo ao direito burguês, pois, para ele, direito é apenas o direito burguês. As estruturas jurídicas de formações sociais pré-capitalistas não se constituem, em sua opinião, como direito.

Até aqui, temos nos preocupado apenas em mostrar como a expansão do uso do contrato é um fenômeno moderno, contemporâneo ao surgimento das sociedades capitalistas. No entanto, nossa atenção tem se dirigido exclusivamente para a observação da utilização jurídica do contrato, não para sua utilização política. Isto é, temos nos restringido a observar os contratos jurídicos, deixando de lado os contratos políticos. É certo que, ao mesmo tempo em que se configurava a transição de uma menor para uma maior utilização dos contratos na esfera jurídica, se foi configurando também a transição do seu emprego da esfera jurídica para a política, com a conformação do que se denominou "contrato social", isto é, o contrato político. Assim, o contrato, que, durante séculos, teve seu uso restrito aos fenômenos jurídicos, termina por chegar à política com a ocorrência de um empréstimo, realizado pelo direito à política, de uma terminologia que tradicionalmente lhe pertencera.

Este empréstimo aconteceu pelas mãos dos teóricos do jusnaturalismo que se apoderaram da fraseologia plástica do direito para resolução do principal problema que lhes era colocado pela política. No direito, os jusnaturalistas encontraram a fórmula jurídica do contrato, única então vigente, revestida do grande prestígio que lhe era concedido pelo direito romano no campo da cultura⁽⁷⁾. Além disso, ao estabelecerem uma íntima conexão entre filosofia do direito e teoria política, estes autores facilitaram a absorção da forma de expressão da teoria jusnaturalista do Estado pela idéia de contrato⁽⁸⁾.

O problema fundamental da teoria política jusnaturalista é o da justificação do Estado. Todos os teóricos jusnaturalistas, sem exceção, viram-se diante à necessidade de construírem uma teoria racional do Estado, uma maneira de justificarem racionalmente o Estado. Os resultados a que chegaram, contudo, foram absolutamente distintos. Não podia ser diferente; partindo de concepções divergentes sobre o estado de natureza, não seria possível a construção de teorias racionais iguais do Estado. No entanto, todos utilizaram o instituto político do contrato para explicarem a passagem do estado de natureza para o estado civil, cada um à sua maneira. O importante aqui é deixarmos clara a idéia de que o contrato político foi o instrumento utilizado pelos jusnaturalistas para a construção de uma teoria racional do Estado, ou seja, da passagem do estado de natureza para o estado civil.

Três razões contribuíram para que os jusnaturalistas fossem buscar na terminologia jurídica o instituto do contrato como meio de expressarem suas concepções do Estado racional: a) a plasticidade da fraseologia do direito; b) o prestígio de que era revestida a fórmula jurídica do contrato pelo direito romano; e c) a íntima conexão que estes teóricos estabeleceram entre a filosofia do direito e a teoria política.

A flexibilidade da terminologia jurídica torna-se evidente pelo fato de permitir que um conceito que lhe é absolutamente fundamental, como é o contrato, seja utilizado eficazmente pela política. No entanto, o contrato é apenas o caso mais típico, não o único. Norberto Bobbio afirma que "indubitavelmente, o direito público - ou, para dizer melhor, aquele embrião de direito público que se fora elaborando durante a Idade Média - aproveitara-se grandemente das principais categorias do direito privado: basta pensar na equiparação entre *imperium e dominium*, que permitia analisar o poder soberano através das refinadas categorias empregadas para a decomposição e reconstrução dos direitos do proprietário e dos direitos reais em geral" (*)(9).

O fato de ser um instrumento de grande importância para o direito romano torna a fórmula jurídica do contrato muito prestigiada na Idade Média. É que o direito romano não desapareceu em Roma, com o fim do império romano. Ao contrário, durante quase toda a Idade Média, se constituiu como uma das principais fontes para o direito vigente. No direito romano, os juristas medievais encontravam a maior parte dos institutos jurídicos necessários para a resolução das controvérsias que lhes eram apresentadas pelo direito. O advento da Idade Moderna não trouxe solução de continuidade em relação ao prestígio social concedido pelo direito romano ao contrato. O desenvolvimento da sociedade de mercado e a conseqüente intensificação do uso do contrato jurídico só ampliou este prestígio, o que facilitou seu emprego político.

Por fim, a íntima conexão que os jusnaturalistas estabeleceram entre a filosofia do direito e a teoria política contribuiu para que estes autores utilizassem o contrato como forma de expressarem suas construções racionais do Estado. Isto foi possível pelo fato dos jusnaturalistas terem superado a concepção tradicional de que o direito e o Estado eram originários de fontes diferentes. Para eles, ambos se originavam da livre manifestação de vontade pelos homens. Daí à idéia do contrato político foi um passo. Eram os próprios homens que, através da livre manifestação de vontades concordantes, conformavam o campo jurídico sob o qual desejavam viver. Da mesma forma, era também através de um acordo entre todos os homens que se estruturava o Estado desejado. Como sabemos, a idéia do contrato utilizada pelo direito, o contrato jurídico, é bastante antiga. No entanto, a transição do emprego da idéia de contrato do direito à política, como forma necessária de articulação do Estado racional, é uma característica da teoria do Estado jusnaturalista.

(*) Chamamos a atenção para o fato de Bobbio denominar direito privado, nesta passagem, o que estamos chamando de direito, e, direito público, o que estamos como o campo específico da política.

As três razões que expusemos acima, contudo, se conseguem explicar o empréstimo, realizado pelo direito à política, da terminologia jurídica, o que permite a utilização pela política do conceito de contrato, com a configuração dos contratos políticos, não explicam as razões políticas que determinaram a real utilização da fórmula política do contrato pelos filósofos políticos jusnaturalistas. O fato do contrato poder ser utilizado pela política não determina que esta utilização realmente seja feita. Para que isto ocorra, outras causas são determinantes. São estas causas que nos permitem afirmar que a transição do emprego do contrato para a resolução de controvérsias políticas não foi uma transição "inocente".

Há uma causa comum entre as duas transições de que estamos tratando: a sociedade burguesa em formação. O desenvolvimento da sociedade capitalista foi de fundamental importância para a ampliação do uso do contrato jurídico, assim como jogou papel determinante no advento das teorias do contrato político. Em relação a estas últimas, a burguesia ascendente encontrou no contrato político uma arma de luta política necessária para o enfrentamento das forças conservadoras que se encontravam então no poder. Eis porque a transição do contrato à política não foi "inocente". Com as teorias do contrato político, a burguesia nascente encontrou meios eficientes de se contrapor à concepção vigente que apregoava a origem divina do poder, bem como à concepção aristotélica da origem do Estado.

Durante séculos, até que a teoria jusnaturalista do Estado se tornasse socialmente hegemônica, predominou, de maneira praticamente indisputada, a concepção aristotélica. Para Aristóteles, o Estado era formado por um conjunto de burgos, que eram formados, cada um em particular, por um conjunto de famílias⁽¹⁰⁾. Ou seja, esta unidade menor que é a família, junta com várias unidades menores da mesma espécie, várias famílias, constituem um burgo que, em união com vários burgos, constituem o Estado. Assim, o Estado é uma unidade maior constituída por unidades menores (burgos), que são constituídos por unidades ainda menores (famílias). A formação do Estado, portanto, é o resultado desta passagem de unidades menores para unidades maiores até sua própria constituição.

Em Aristóteles, a passagem da família ao Estado não se dá através do recurso à idéia do contrato político. Segundo Bobbio, Aristóteles concebe que *"a passagem de uma fase para outra, do estado pré-político para o estado político, precisamente na medida em que ocorre por um processo natural de extensão das sociedades menores à sociedade maior, não se deve a uma convenção - ou seja, a um ato de vontade racional -, mas ocorre através do efeito de causas naturais, através da ação de condições objetivas (...) tais como a ampliação do*

território, o aumento da população, a necessidade de defesa, a carência de obter meios necessários à subsistência, a divisão do trabalho, etc. ⁽¹¹⁾.

Por fim, a concepção aristotélica, ao contrário da jusnaturalista, não é individualista. Nela, o núcleo a partir de que surge o Estado é a família, não o indivíduo. É do conjunto de famílias que surge o Estado, não da livre associação entre indivíduos livres e iguais.

Contra esta concepção de Aristóteles, se levanta o jusnaturalismo. Não era possível a conciliação entre os princípios aristotélicos vigentes e os jusnaturalistas em ascensão. Neste sentido, é procedente a preocupação de Otto Gierke em afirmar que *"os pensadores que ainda persistiam fazendo da Política de Aristóteles a sua base estavam longe de adotar todos os elementos do novo modo de especulação"* ⁽¹²⁾. Não apenas isto. Não somente era impossível se colocar dentro da tradição aristotélica e, ao mesmo tempo, partilhar da filosofia política jusnaturalista, como esta última praticamente se foi consolidando no processo de deslocamento da primeira. Não como seqüência, mas como negação. A teoria política jusnaturalista, centrada na idéia do contrato, não podia se expandir enquanto não fossem minadas as bases sobre que se levantava o edifício teórico aristotélico. Era necessário, portanto, obliterar a crença de que o núcleo a partir do qual a sociedade vai se desdobrando até chegar ao Estado é a família, não o indivíduo. Era necessário fazer desaparecer a idéia de que o processo de chegada ao Estado ocorria naturalmente pela expansão do número de famílias e não através da atividade racional dos homens. Era necessário ainda ir de encontro à concepção de que o núcleo da sociedade é a família, não o indivíduo.

Para isto, lançou-se mão do individualismo racionalista. O racionalismo individualista levou à idéia do contrato político. A mesma liberdade que tornava os indivíduos livres para contratarem no direito os deixava livres para contratarem na política. Há uma grande imbricação entre os pontos de vista burgueses de que os homens produzem isolados e livremente, que estes mesmos homens são livres para levarem sua produção ao mercado, fazendo-a circular por meios de contratos, e que são independentes e livres para organizarem a forma de Estado que desejam através de um contrato político.

Assim, a idéia do contrato político, desde os seus pressupostos individualista e racionalista, se contrapõe frontalmente à teoria aristotélica. Por um lado, destaca o caráter individualista da participação dos homens na conformação do contrato, negando, desta forma, a família como núcleo de partida privilegiado para se chegar ao Estado, por outro, enfatiza a natureza contratualística do Estado como fruto da livre manifestação de vontade entre homens livres e iguais, não como resultado de um processo natural de extensão das sociedades menores à sociedade maior, ao Estado.

No entanto, a teoria contratualística do Estado não se coloca apenas como instrumento para deslocar a teoria aristotélica da origem do Estado. Ela é esgrimida também com a finalidade de se contrapor à concepção que apregoava a origem divina do poder. Para os jusnaturalistas, não é necessário que se busque a origem e justificação do poder para além das relações entre os próprios homens, para além da própria natureza humana. Segundo eles, a busca da origem e justificação do poder através do recurso a uma autoridade extra-terrena, divina, era um anacronismo. Ela devia ser remetida à própria natureza humana, aos interesses e paixões humanos. É esta natureza que define a maneira de relacionamento entre os indivíduos. Contudo, não há entre os jusnaturalistas uma concepção comum sobre a forma deste relacionamento. Cada um a concebia à sua maneira. Porém, mesmo partindo de concepções diferentes sobre o relacionamento humano, todos os jusnaturalistas são levados a recorrer à razão como forma de solução para os problemas criados por ele. É através do recurso à razão que se chega ao contrato. É a razão (natureza) resolvendo os problemas colocados pela própria natureza (interesses e paixões). A origem e justificação do poder, portanto, são atribuídas pelos jusnaturalistas ao contrato, fruto da razão humana, não a qualquer argumento de cunho teológico.

BIBLIOGRAFIA

- (1) MAINE, Henry Summer. *Ancient law*. J. M. & Sons Limited, London, 1917. p.100.
- (2) Ibid., p.99.
- (3) Ibid., p.99.
- (4) MARX, Karl. *O capital*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980, 5ª ed., L. 1, vol. 1, p.94.
- (5) EDELMAN, Bernard. *Le droit saisi par la photographie*. François Maspero, Paris, 1973, p.17.
- (6) PACHUKANIS, E. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Centelha, Coimbra, 1977, p.149.
- (7) VIAMONTE, Carlos Sanchez. *El poder constituyente*. Editorial Bibliográfica Argentina, Buenos Aires, s/d, p. 166.
- (8) GIERKE, Otto. *Natural law and the theory of society - 1500 to 1800*. Cambridge University Press, London, 1950, p.36.
- (9) BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. Brasiliense, São Paulo, 1986, p.35.
- (10) ARISTÓTELES. *Política*. Hemus, São Paulo, s/d, p.10-11.
- (11) BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. Op. cit., p.43-44.
- (12) GIERKE, Otto. Op. cit., p.36.

**O PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO: ENSAÍSTAS DOS
ANOS 20/30
(Algumas notas de leitura)**

Dalcy da Silva Cruz¹

¹ Professora adjunto do Departamento de Ciências Sociais do CCHLA - UFRN

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p. 143-158, jan/jun, 1993

BRASILEIRO: ENSAISTAS DOS O PENSAMENTO SOCIAL

ANOS 20/30

(Algumas notas de leitura)

VINÍCIA UFRN, COPIA Nº 1, V. 1, P. 143-152, Junho 1993

1. INTRODUÇÃO

A história do pensamento social brasileiro, tem sido, nesses últimos anos, alvo de grande interesse por parte de alguns membros da comunidade acadêmica. Esse interesse está ligado à tentativa de resgatar a visão dos "explicadores do Brasil", sobretudo, daqueles cuja produção surgiu nos anos 20/30 deste século.

Para orientar esta discussão tentarei uma periodização da história do pensamento social, se bem que toda periodização corre o risco de cometer equívocos⁽¹⁾. Mesmo assim, correrei este risco, partindo do "descobrimento" do Brasil até a década de 30, por considerá-la especialmente importante, tendo em vista a modernização das forças produtivas e, por isso, também muito rica em termos de produção para o pensamento social.

O primeiro período está compreendido entre 1500 a 1822, cuja produção intelectual é quase inexistente, a não ser daqueles que pelo Brasil passaram⁽²⁾. A produção intelectual, liga-se mais ao que é produzido pela Metrópole.

De 1822 a 1888, a história da Colônia é rica em acontecimentos e a produção intelectual está ligada aos fatos relativos à Independência política, aos movimentos que a antecederam, mas, sobretudo, ao processo de ruptura que se anuncia, entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Joaquim Nabuco pode ser lembrado como um dos intelectuais cuja produção está ligada aos acontecimentos do período.

De 1888 a 1900, a produção intelectual está ligada às transformações econômicas, consequência da grande passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, colocando o Brasil como grande produtor de café, quando se acentua o processo de industrialização, então em curso.

De 1900 a 1930, as grandes transformações econômicas e sociais ocorridas a nível interno, como a Revolução de 1930 e, a nível internacional, como o revolucionamento das forças produtivas, marca um novo momento do capital monopolista, criando um quadro favorável à intelectualidade para que a produção do pensamento social brasileiro, seja enriquecida.

Neste ensaio ater-me-ei mais particularmente aos ensaístas dos anos 20/30, embora não deixe de fazer referência a alguns deles do começo do século e à produção do período posterior.

2. O BRASIL COLÔNIA E O PENSAMENTO SOCIAL

A história do Brasil colônia, se dá, no segundo quartel do século XVI, indo até o último quartel do século XVIII, quando são consolidadas em Portugal, as idéias da Contra-Reforma. É quando se afirma *"o sistema de idéias que negava o primado do indivíduo sobre a ordem social, o direito ao livre pensamento e à livre investigação"*. Quer dizer, um momento em que a Segunda Escolástica Portuguesa está em pleno vigor, à qual se fecha *"às conquistas do conhecimento do mundo natural, promovido a partir da Renascença, e cega às prerrogativas do indivíduo como ser social autônomo, que iria ser a base indisputada do pensamento científico e político do mundo moderno"* (SANTOS, 1978:19). É este espírito que vai predominar no universo cultural brasileiro em todo o período colonial, principalmente através do ensaio.

Este universo será modificado posteriormente, uma vez que Portugal que é a fonte de inspiração da cultura jesuítica, passa a formar os primeiros *"cientistas e homens de letras brasileiros"* que seriam responsáveis *"pela formulação e execução do projeto de independência nacional"*. Um desses homens seria o Marquês de Pombal, o qual assume uma postura anti-escolástica e promove a reforma universitária em fins do século XVIII⁽³⁾.

A reforma pombalina livra a cultura da especulação e da investigação científica, introduzindo as *"ciências modernas, não deduzidas de princípios filosóficos como no tomismo aristotélico"*. No entanto mesmo sem avançar na sua reforma, Pombal contribui de maneira significativa. Esta contribuição é *"o suficiente para suscitar a reação obscurantista que segue à morte de D. João I, em 1788, e à subida ao trono de D. Maria I e, ao mesmo tempo, a capacidade de resistir a um completo retrocesso, permanecendo o ideal de desenvolvimento do pensamento liberto dos interditos religiosos"* (SANTOS, 1978:20).

Assim, o Brasil, a partir do seu *"descobrimento"* até sua Independência política (1500-1822) sofre o processo de inserção na história universal, mesmo levando-se em consideração sua condição de colônia. É o momento da ruptura. A Independência, portanto, se constitui no marco dessa ruptura fazendo com que o Brasil inicie uma *"nova fase na história nacional, conseqüentemente, na evolução da reflexão sociológica e política"* (SANTOS, 1978:20).

Essa nova fase, possibilita a jovem nação se instrumentalizar para estabelecer relações com outras nações, já em condição de igualdade, porque uma nação independente e organizada em termos mais modernos. *"A evolução do pensamento político e social ficará, como é claro, na dependência da evolução organizacional da atividade científica a qual exibe um juízo implícito sobre as*

ciências sociais e sobre sua relevância para a estruturação do novo país" (SANTOS, 1978:21).

Aliás, o início dessa passagem para a modernidade que o Brasil atingiria no século XIX com a independência política, tem seu marco em 1808, quando da vinda da família real, escancarando-se para o mundo através da abertura dos portos ao comércio exterior, e, rompendo de vez com a condição de entreposto mantido com Portugal. A partir daí a circulação de livros e revistas, até então proibida, é liberada. São organizadas as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, que passam a se constituir em centros de cultura geral⁽⁴⁾.

Já no século XX, esse embrião de centro cultural amplia-se com a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, em 1919 e, posteriormente, a criação da Academia de Comércio também no Rio de Janeiro, em 1923, quando é organizado o curso de Ciências Econômicas. Esse quadro se completa com a criação das Faculdades de Direito de Olinda, Pernambuco e São Paulo, as quais vão se constituir no local por excelência das discussões intelectuais onde são difundidas *"as doutrinas sociais, políticas, econômicas e de administração"* (SANTOS, 1978:21).

Porém, o momento de explosão da produção do conhecimento no Brasil, é a década de 30, quando o país se insere nas relações internacionais, já com outro caráter. Existem dois momentos na produção intelectual brasileira: um pré-científico e outro científico. Este é caracterizado pela institucionalização da *"atividade científico-social"*. A marca dessa divisão pode ser relacionada pela criação de cursos superiores no Brasil e pela importação de professores estrangeiros, visitantes, sobretudo da Europa. Com isso, *"a história do pensamento político-social brasileiro é extremamente simples: até o segundo quartel deste século produziram-se ensaios sobre temas sociais, a partir de então produziu-se ciência"* (SANTOS, 1978:26-27).

3. A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX: O QUE FOI PRODUZIDO

No século XIX, o pensamento social produzido no Brasil, gira em torno da autonomia política porque esta é uma questão concreta que está posta. As temáticas mais presentes nos debates, são portanto, a Independência mineira, a Independência do Brasil e a organização do Estado-nação. Mais para o final do século, a questão da República e do trabalho escravo, também se constitui em objeto de muita reflexão. No entanto, a organização social e política do Brasil, já é objeto de reflexão para Varnhagen antes dos ensaístas dos anos 20, o qual estabelece um projeto político para o país: constituição da nação⁽⁵⁾.

Tanto que na sua obra aparece temas como a organização do Estado, a centralização do poder político e o Estado como organizador da nação e do homem brasileiro. Sua compreensão de história é, na verdade, uma compreensão política do mundo. Visão que *"integra e dá significado aos fatos históricos, é ela ainda que resume e consubstancia os anseios, as preocupações ideais, os projetos de uma classe dominante em relação a uma nação que está em vias de se constituir"* (ODÁLIA, 1979:14).

Portanto, a temática da constituição da nação surgida no século XIX acompanha a produção intelectual das primeiras décadas do século XX e vai até os anos 30.

Outra temática que predomina no pensamento social brasileiro, é a explicação a partir do rural, pois os primeiros tempos da vida brasileira, com base na grande exploração, não possibilita uma produção intelectual desvinculada do rural, nem tão pouco, uma produção autônoma.

A preocupação em entender a predominância do campo sobre a cidade, de certa forma, se justifica. É a realidade concreta que vai dar o mote para as tentativas de compreender a nova organização social. E esta realidade está no meio rural.

Mas, a *"perda de domínio da elite"* ocorre logo após 1822, fazendo com que se rompa os laços, até então mantidos com a Metrópole, dessa herança intelectual na produção literária. Além disso, há uma decadência no poderio dos senhores rurais, com a perda de valor do principal produto de exportação no mercado internacional - o açúcar.

Essa decadência é suprida pela cultura do café, a qual vai possibilitar o desenvolvimento de uma elite urbana que desencadearia o processo de urbanização e de industrialização.

Mesmo com esta transformação tão radical, a produção do pensamento social brasileiro, continua voltado para a cultura ornamental, visto ser a Europa o local de preparação da elite rural. Esse contato com a Europa gera a impossibilidade de uma preocupação mais profundada com a realidade brasileira, criando, dessa maneira, uma visão deturpada e superficial dessa mesma realidade *"cujo interior ficava ao abandono e marchava com algumas décadas de atraso"* (SODRÉ, 1960: 9).

Essa visão falseada da realidade brasileira, abre *"na mentalidade nacional feridas profundas, de que mal nós vamos livrando. Marcaria tendências depressivas. Fixaria a disparidade entre um otimismo invulgar"* baseado na extensão territorial do *"gigante adornecido"* e num *"pessimismo dispersivo que, originando-se de duas inferioridades, a da formação colonial e a do regime de trabalho*

escravo", fragilizaria a vontade e a capacidade de realização, trazendo à tona a concepção de "inferioridade racial" (SODRÉ, 1960:9).

Por esse motivo, a produção intelectual se faz tacanha e fundamentada em padrões externos. Nesse contexto, Euclides da Cunha viria a se tornar um pioneiro no sentido de "*lançar as bases duma verdadeira alformia intelectual*". Mesmo sendo herdeiro de toda influência externa, ele se constitui no "*verdadeiro iniciador dos estudos brasileiros da terra e do homem em equação (...), ele foi, em todo o caso, aquele que primeiro abordou a situação nacional do ponto de vista interno, figurando-a na sua geografia, nas características de sua gente, nas tendências obscuras das populações do interior*" (SODRÉ, 1960:10)⁽⁶⁾.

Esse contexto, enseja desde os primeiros anos de República, uma visão dualista do Brasil, talvez nascida e colocada como uma necessidade para justificar a posição moderna assumida por cada um dos escritores. Essa visão dualista aí esboçada, vai aparecer com mais clareza com Euclides de Cunha no começo do século, o qual descobre a existência de dois brasis num dos seus ensaios⁽⁷⁾. Aí é colocada a existência de um Brasil urbanizado, litorâneo; um outro, das populações rurais, atrasado, arcaico. Essa visão dicotômica será aplicada posteriormente pelo mesmo autor, em seu Diário de Campanha e em Os Sertões (SANTOS, 1978:44-45).

É ainda Euclides da Cunha quem introduz um debate sobre a questão racial que também vai povoar as interpretações ensaísticas posteriores, como a de Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre e tantos outros. Todos eles procuram sempre os aspectos dicotômicos, as polarizações, os contrastes, para justificar o advento da modernidade⁽⁸⁾ que se avizinha como uma necessidade colocada naquele momento. Neste particular, todos se assemelhavam no sentido de captarem o moderno, embora não tenham podido teorizar sobre o mesmo. Não há condições para tal.

Mais tarde, a visão dualista vai fazer parte dos esquemas dos estudos e análises sobre o Brasil⁽⁹⁾. Aparece ainda nos estudos dos economistas e do PCB, um dos pioneiros da tentativa de teorizar sobre a formação brasileira, não obstante os equívocos e as deficiências teóricas presentes nas suas análises. Essas análises, voltadas para a compreensão da formação histórica do Brasil, apresenta uma concepção dualista, admitindo o atraso na agricultura como um dos obstáculos ao desenvolvimento do país. O caminho para sua superação estaria no fato de que, o campo deveria se desenvolver, se modernizar, objetivando desobstruir esses estraves para que as forças produtivas aí avançassem. Este esquema predomina nos estudos e análises dos anos 50/60. "*Embora este esquema seja apenas incidental no contexto geral do ensaio, é altamente importante na medida em que estabelece a fórmula intelectual para análise que estava*

por vir, a saber: descobrir uma dicotomia à qual pudesse ser racionalmente atribuída a origem das crises; propor a alternativa política para a redução da dicotomia" (SANTOS, 1978:45).

Essa produção literária é para justificar o papel do poder público, do Estado forte, instrumento que deveria fazer funcionar a modernidade, isto é, fazer estabelecer-se o novo, o avançado, superando dessa forma, o arcaico, o atrasado, a sociedade rural, expressão concreta do atraso. Para exemplificar, não é demais lembrar a proposta de reforma agrária, colocada como um dos caminhos que poderia fazer emergir esse novo que se aproximava. Um caminho para as transformações necessárias e desejadas.

Há, de certa forma, uma preocupação em explicar o Brasil a partir do rural, que predomina desde o início da colonização como organizador da sociedade brasileira. A preocupação de entender a predominância do campo sobre a cidade, portanto, se justifica.

Não é a partir da grande exploração açucareira que o Brasil se organiza enquanto Colônia e enquanto República? Como entender a produção intelectual no Brasil, senão a partir dessa realidade? Ademais, há uma ligação muito estreita com esse passado. Mesmo porque a vida brasileira nos primeiros tempos calcada na economia explorada em grandes extensões territoriais, não possui uma produção própria desvinculada do rural. Além disso, há uma herança da produção europeia que também vai criar um sentimento mimetista e depois, de repulsa a tudo o que não seja nacional.

A desvinculação com essa herança intelectual de além-mar, só vai ocorrer com a *"perda de domínio da elite lusitana"* a partir da autonomia política já consolidada posteriormente a 1822. Esse momento de transição *"sefundamentou numa formação de três séculos de dependência"* (SODRÉ, 1960:7).

Transição que marca a perda da força que tem os proprietários rurais, na medida em que cai no mercado interno, o valor do principal produto - o açúcar - sustentáculo do poderio dos senhores rurais.

4. OS ENSAÍSTAS DOS ANOS 20

A década de 20 é marcada pelas manifestações das mudanças que estavam por vir. Essas manifestações são materializadas por uma série de acontecimentos que vão marcar a cena política brasileira. Dentre eles a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922; pela Semana de Arte Moderna, também em 22, *"manifestação literária, política e social do inconformismo de algumas camadas*

urbanas letradas, e irrompe a primeira da série de turbulências militares lideradas por tenentes", indo desembocar na revolução de 30, movimento que inicia um novo momento na vida social do país (SANTOS, 1978:38).

Esse contexto de mudanças, propicia o surgimento de uma preocupação direcionada na busca da identidade nacional, originando um estilo literário: o ensaio.

Os ensaístas que escreveram sobre a formação histórica do Brasil - o que estou chamando de "*explicadores do Brasil*" - tem uma formação eclética com uma forte influência positivista. Esta influência tem "*origem na agitação intelectual de Tobias Barreto e Sílvio Romero no norte do país, o qual irá influenciar toda uma geração de militares doutrinados por mestres convertidos ao positivismo*" (SANTOS, 1978: 37)⁽¹⁰⁾.

Esses ensaístas estão preocupados com a questão da cultura e na busca da identidade nacional. Há uma questão a orientar a discussão que é o Brasil.

Esses autores têm uma compreensão romântica sobre o Brasil e procuram descrever com riqueza de detalhes, os costumes, a cultura, a estrutura social, a economia, a religião, a raça e também o meio físico. Com esses elementos buscam uma explicação para a formação da sociedade brasileira: a questão da cultura e da identidade nacional, fazem parte desta explicação. Explicação que parte de uma concepção naturalista e factual, onde é exaltado o espírito empreendedor e a superioridade racial, buscando um *ethos* que a filosofia de século XIX buscava. "*Uma grande curiosidade do Brasil surgiu entre os brasileiros*" (SODRÉ, 1960:10). Emerge uma onda de nacionalismo e uma preocupação pela descoberta do Brasil. Abandona-se o interesse pelo singular e adota-se um interesse pelo universal. Surgem, desse contexto, os principais ensaios sobre a formação brasileira⁽¹¹⁾. É aí que estão refletidas as transformações que já se vem operando. "*Esses ensaios se esforçam por situar precisamente a evolução nacional, interpretando-a, já não à luz dos textos constitucionais ou das citações apressadas ou da explicação de teorias estranhas, mas pela busca de motivos positivos, pela ânsia na compreensão de características quase esquecidas*" (SODRÉ, 1960: 11).

O processo histórico merece um tratamento globalizante, embora haja uma preocupação pela especificidade brasileira, nacional. Também a mudança se opera no método de análise que passa da narrativa para a explicação dos acontecimentos.

Embora o processo de urbanização já se constitua numa realidade, o ambiente rural é o grande inspirador da literatura explicativa.

O pensamento brasileiro é marcado pela publicação do livro de um ensaísta que desperta o interesse pelo conhecimento do Brasil. O autor é Azevedo Amaral, cujo livro *Os Ensaísta Brasileiros*, dá início ao *"gosto mais acentuado pelos problemas históricos, sociais e políticos que são o signo da hora atual"* (SODRÉ, 1960:33).

Além da contribuição em termos metodológicos para um processo que se inicia, sua obra abre *"novos horizontes"* para outros estudos que iriam aparecer no cenário nacional.

Azevedo Amaral é, pela influência da sua formação básica de médico e estudioso incansável da biologia, *"fundamentalmente transformista"* portanto, *"poderia compreender as razões recônditas e obscuras dos fenômenos históricos como fenômenos individuais, julgando-as segundo critério qualitativo mais que sob o critério quantitativo"* (SODRÉ, 1960:37).

A sua obra, como de um intelectual do seu tempo, tem um sentido claro: *"o de adaptar as teorias alheias ao nosso país, o de centralizar nesta as atenções, o de colocar, acima de outro qualquer critério, o critério nacional"* (SODRÉ, 1960:38).

5. OS ENSAÍSTAS DOS ANOS 30

Na década de 30, são colocadas outras questões para debate, como a centralização do poder, as crises nas sociedades modernas, o papel das elites e das massas. Procura-se desvendar o passado nacional, o papel dos partidos, enfim, os temas abordados manifestam claramente a defesa da *"ordem social anterior a 30"*, o que pode ser considerado como uma postura conservadora e autoritária. São autores que defendem o integralismo, *"são católicos, indecisos, revolucionários inquietos"* (SANTOS, 1978:39). Todos, porém, estão preocupados em explicar o Brasil, cada um sob sua ótica.

Esses ensaístas, *"sob a aparência de completa ruptura com o passado"* mesmo tentando desvendar as polaridades e dicotomias, *"são verdadeiros continuadores das clivagens do século anterior. Apesar de seu naturalismo funcionalista, concordam os autoritários da década de 30 que o poder público tem importante papel a desempenhar - o de afastar os obstáculos ao pleno florescimento da sociedade brasileira autêntica"* (SANTOS, 1978:53).

Embora condenem as instituições liberais, é, porém, o paradigma da ordem burguesa que orienta as análises empreendidas no período.

Esses autores identificam o "novo" que é colocado pela sociedade, sem contudo serem capazes de teorizar sobre esse "novo". Reconhecem algo que se movimenta, mas este movimento, de certa forma, é negado. *"Esses trabalhos assumem no contexto em que são produzidos, um caráter imaginário: procuram 'inventar' a cultura para legitimar a 'invenção' da identidade nacional. O autor que conseguir articular estes dois elementos terá decifrado o dilema de todos e dará o salto para uma nova etapa dos estudos sociais"*. Isto é, aquele que tiver condições de teorizar sobre o "novo", terá ultrapassado o limite do imaginário. *"Tal proeza será realizada por Gilberto Freyre"* (BASTOS, 1986:6).

A preocupação com a identidade nacional, permeia toda a produção intelectual da época, e é buscada para dar resposta ao grande projeto da década de vinte, presente ainda nos escritos dos anos 30. Projeto político da construção dessa identidade. Enquanto este é o projeto colocado pelos ensaístas, a sociedade se coloca outro projeto: o da burguesia, a qual identifica o "novo" como sendo a questão da modernização das forças produtivas, o qual só será materializado no final dos anos 50 com o Plano de Metas do governo J. K.

Portanto, o projeto dos *"explicadores do Brasil"* já não serve mais à sociedade por se encontrar superado no tempo. Enquanto eles buscam no passado uma explicação para o presente, a sociedade reclama no presente, uma explicação para o futuro.

Em vista disso, tem-se que inventar o Brasil (negá-lo), para que o país não passe a acompanhar o movimento da história a nível internacional, que é o revolucionamento das forças produtivas. A questão da identidade nacional, é uma questão do século XVIII e está sendo colocada no século XX. Portanto, é um projeto conservador, ultrapassado.

Embora os temas que são a preocupação na década de 20, não sejam centrais no momento, todavia, não são abandonados de todo. A questão racial, a formação da nacionalidade, ainda aparecem nos ensaios. No entanto, as explicações são centradas nas questões dicotômicas. Como exemplo, pode-se ressaltar a obra de Nestor Duarte que, no final da década publica *"a versão mais abstrata a que a abordagem dicotômica deu origem no Brasil"*. A sua discussão sobre o público e o privado, faz referência à sociedade feudal, bem como à sociedade moderna. Na primeira, prevalece o poder privado *"através da extensão das relações de parentesco, e até mesmo um modo econômico de produção tal como a escravidão é redefinida sob as normas predominantes da sociedade"* (SANTOS, 1978:48). Na sociedade moderna prevalece o poder público, já mais racional.

Portanto, mesmo que a preocupação explicativa esteja centrada na totalidade da formação histórica, distoando assim, da visão dualista inaugurada por

Euclides da Cunha e seguida por tantos outros⁽¹²⁾, essa concepção perpassa toda a produção nos anos 20/30 desembocando nas décadas de 60/70.

Alguns desses autores ainda hoje figuram na galeria dos "clássicos" sobre a interpretação da formação histórica do Brasil. Como ensaísta que contribui para repensar o Brasil nos anos 30, cita-se Oliveira Viana que como "*homem do campo*", sente-se orgulhoso disso e até se ufana, deixando transparecer a sua formação rural.

Sua obra está voltada para as questões do campo, tanto pelo fato de ter vivido sempre lá, como por que é a sociedade rural naquele momento de importância capital. Por conseguinte, esta desempenha um papel fundamental na formação do pensamento, da personalidade e da compreensão do mundo dos homens da época. Influência que atinge em cheio, sobretudo os que se dedicam as letras, uma vez que a vida urbana é pouco desenvolvida e, portanto, pouco atraente. "*A posse da terra não era apenas um motivo de ufania. Mas um título de glória*" (SODRÉ, 1960:61).

Portanto, pertencer ao grupo dos senhores de terra, é como se ter um título de nobreza. "*Era a majestade dum ruralismo intenso e extenso que fez a glória do regime findo em 89 e que poudo amparar o edifício em ruínas até o instante derradeiro*" (SODRÉ, 1960:61).

Assim, Oliveira Viana, herda a influência dessa especificidade da sociedade brasileira, além de ter recebido influência européia, sobretudo dos franceses, como o positivismo comteano e do evolucionismo spenceriano. Mesmo assim, ele prefere os naturalistas. "*Antes prefere os homens que, no domínio das ciências naturais, ameaçam demuir o mundo de concepções e dogmas*" (SODRÉ, 1960:65). Assim, Oliveira Viana vai buscar inspirações em Le Play e Demolins, Gabriel Tarde, entre outros "*que vão estabelecer os fundamentos do raciocínio na pesquisa social e nas diferenciações que vão fundamentar quando estudar a vida e a evolução do grande domínio rural no Brasil*" (SODRÉ, 1960:66).

No Brasil sofre influência de Silvio Romero que segue nos seus estudos um caminho singular: estuda o Brasil através da psicologia social. Para o seu primeiro livro, **Populações Meridionais do Brasil**, Oliveira Viana adota o método antropogeográfico inspirado em RATZEL bem como antropossociológico de Gobineau, de Lapange e Amoran, Robot, Sergi, Lange e Le Bons, os quais estão ancorados no determinismo geográfico da escola francesa.

Apesar do seu insucesso inicial, **Populações Meridionais do Brasil** torna-se mais tarde "*um dos livros básicos para os estudos nacionais, marca o início duma curiosidade mais objetiva pelas nossas cousas. É daí por diante que a nossa história vai deixar de ser narrativa, cheia de datas, de questiúnculos de nonada. É*

a partir desse tempo que surgem, realmente, em nosso país, a psicologia social, a antropogeografia, a antropossociologia, até então desconhecidas dos nossos autores ou ainda não aplicadas à sondagem do passado" (SODRÉ, 1960:73).

Outro autor da época que marca presença nos debates pela importância de sua obra, é Gilberto Freyre. Seu livro **Casa Grande & Senzala**, lançado em 1933, vem revolucionar o estilo ensaístico da década, por trazer uma inovação: o método culturalista. Sua autonomia metodológica, o permite ir além dos limites do estabelecido em termos de pesquisa social. *"Essa autonomia que faz conservar-se fora dos limites dum determinado método ou duma determinada doutrina, permitiu uma amplitude excepcional no horizonte das suas pesquisas"* (SODRÉ, 1960:57).

Os seus ensaios estão mais para a linha de Euclides da Cunha e são marcados por uma capacidade aguçada para os detalhes. Sua obra contribui, incontestavelmente, para *"uma verdadeira revolução nos domínios da antropologia e da sociologia. Nesses dois setores ele foi um pioneiro entre nós"* (SODRÉ, 1960:57). Pode-se destacar um dos aspectos fundamentais de sua obra: *"marca no seu nítido critério de valor, a influência africana nos nossos costumes, a cabedal oferecida pelo negro escravo e pelo negro forro"* (SODRÉ, 1960:58).

A obra de Gilberto Freyre, retoma a questão nacional discutida na década anterior, tentando mostrar a existência de valores que giram em torno do social, da questão racial, como parte da questão nacional" (BASTOS, 1986:26).

Entre tantos outros ensaístas, destaca-se também, Caio Prado Júnior que, com um esquema explicativo distinto dos demais, rompe com a historiografia brasileira e inicia uma nova etapa nas análises empreendidas, constituindo-se num marco em relação às interpretações até então elaboradas. Centra sua análise na totalidade da formação histórica do Brasil, distoando da concepção dualista tão em voga. Ele é um inovador ao escrever uma história da formação brasileira que ultrapassa os limites da crônica simplesmente, ou mesmo do ensaísmo, estilo predominante na época.

A publicação da sua primeira obra em 1933 - **Evolução Política do Brasil**, marca uma ruptura na história do pensamento brasileiro. Ruptura devido ao aspecto teórico-metodológico utilizado pelo autor: uma interpretação materialista da história brasileira. Por este aspecto sua obra traz uma contribuição relevante ao pensamento social brasileiro, pois inaugura uma nova forma de interpretar a realidade, sendo pioneiro na interpretação dialética no Brasil.

6. A GUIZA DE CONCLUSÃO

Talvez não se possa afirmar que haja se formado, a partir da Metrópole, um pensamento social brasileiro. No entanto, inegavelmente, existe um conjunto de produção intelectual que embora desarticulado dirige-se a um público definido, mesmo que reduzido: os auditórios das igrejas e os convivas dos saraus.

Porém, nas últimas décadas do século XIX, tem surgimento "*um grupo de intelectuais que reivindicam para si a liderança dos debates sobre a questão da formação nacional, desde o momento abolicionista aos ideais republicanos*" (CRUZ, 1992:49).

Os anos 20 se caracteriza pela dominância do ensaísmo, enfatizando a questão nacional, porém contendo uma visão particularista, como herança dos modelos europeu e americano.

É a década de 30 que vai marcar uma nova etapa na forma de produção intelectual, a partir do emprego de métodos que pretendem articular cultura brasileira e cultura universal. O particular com o geral (CRUZ, 1992:51).

Há uma busca de novas formas de refletir sobre o social e, *vários desses trabalhos apontam para uma nova direção: buscam a compreensão do povo. É ali que se alinham autores como Paulo Prado, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e, já no fim dos anos 30, Sérgio Buarque de Holanda*" (BASTOS, 1986:40).

- (1) Baseio-se no esquemautilizado por SANTOS no seu livro *Ordem burguesa e liberalismo político*. Também MOTA utiliza-se de uma periodização ao analisar a ideologia da cultura brasileira. Seu esquema procura ressaltar os momentos de maior significação na produção historiográfica, os quais compreendem: a) Redescobrimto do Brasil (1933-1937). b) Primeiros frutos da universidade (1948-1951). c) Era de ampliação e revisão reformista (1957-1964). d) Revisões radicais (1964-1969). e) Impasses da dependência (1969-1974). Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1977, pp. 26-27-48-49.
- (2) Vários viajantes, curiosos em conhecer os trópicos, por aqui passaram deixando registradas em seus livros, suas impressões de viagem. Entre eles poderão ser lembrados: Saint Hilaire, Humboldt, Darwin, Spruce, entre outros, que, como naturalistas, descreveram em seus diários de viagem, as riquezas, a beleza, o exotismo e as asperezas dos trópicos.
- (3) Além disso, o Marquês de Pombal acompanha a expulsão dos jesuítas do Brasil e promove uma reviravolta com as leis pombalinas em prol dos índios.
- (4) "Foram estas Escolas de Medicina, a Escola Nacional de Belas Artes e uma Academia Militar, o embrionário sistema universitário brasileiro, criado imediatamente após a chegada da família real portuguesa ao Brasil..." (SANTOS, 1978:21).
- (5) Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, nasceu em Ipanema (Sorocaba) em 1816. Filho de pais estrangeiros, Varnhagem foi criado fora do Brasil. Sua nacionalidade - brasileira por nascimento e adoção - só foi confirmada por decreto real em 24 de setembro de 1841. Varnhagem é considerado o verdadeiro fundador da História do Brasil.
- (6) FERNANDES, discutindo o desenvolvimento da sociologia no Brasil, lembra que do final do século XIX para início do século XX, os desequilíbrios da sociedade brasileira foram ficando expostos, deixando a percepção de que tinham causas mais profundas. Só uma análise histórica possibilitaria o seu conhecimento. Houve tentativas neste sentido, no entanto, a "obra que marcou época e adquiriu uma significação típica foi, porém, a de Euclides da Cunha (*Os sertões*, 1902), que se situa como o primeiro ensaio de descrição sociológica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil" (FERNANDES, 1976:35).
- (7) O ensaio aqui referido, trata-se de *A Independência da República*, de 1900. Nele o autor coloca a existência de um Brasil urbano e um Brasil rural.
- (8) A modernidade aqui referida diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas que a nível internacional já vinha se processando.
- (9) Essa visão dualista inaugurada com os escritos de Euclides da Cunha mais tarde, é reforçada por Jacques Lambert e Roger Bastide (professores visitantes da USP), e desenvolvida com mais acuidade por Alberto Passos Guimarães, Flávio Rangel, entre outros, presente nos debates sobre o desenvolvimento brasileiro, nos anos 50/60.
- (10) Esses "explicadores do Brasil" na análise de Santos, apresentam explicações mais complexas com temas como "formação histórica do país, as interrelações entre sua estrutura econômica e sua estrutura política", questões sobre a raça e os conflitos entre elas, a função do Estado, questões sobre o público e o privado. Podem ser ressaltados os trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, entre outros. "Enfim, durante sobretudo a década de 20, elabora-se complexa e extensa agenda de problemas, em decorrência praticamente exclusiva da obra de dois sofisticados e argutos analistas: Oliveira Viana e Gilberto Freyre. É essa

- agenda que irá capturar a formação de uma nova geração de ensaístas, cujos ensaios e investigação, surgirão em grande quantidade após a revolução de 30" (SANTOS, 1978:37).
- (11) Mesmo anterior aos ensaios da década de 20, já surgem no cenário nacional, trabalhos como os de Tavares Bastos, Alberto Torres, Sílvio Romero, para desembocar nos ensaios de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.
- (12) "A análise de Euclides da Cunha abre caminho pelo qual vai enveredar um número cada vez maior de analistas. As duas décadas seguintes testemunharão a crescente influência de escritores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Gilberto Amado, cuja característica teórica é a percepção de contrastes, polarizações, em contraposições ao estilo tradicional representado, por exemplo, por Álvaro Bomilcar e Hamilton Nogueira" (SANTOS, 1978:45).

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Élise Rugai. **O ensaísmo dos anos 20 e a formação nacional**. Seminário: classe, cultura e ideologia democrática. Rio de Janeiro, XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia, março, 1986. mimeo.
- CRUZ, Dalcly da Silva. **Os intelectuais como organizadores da cultura**. Campinas, 1992. mimeo.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes. 1976. (Sociologia Brasileira, v.7).
- MOTA, Carlos Guilherme. **Idcologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica**. 3ª ed. São Paulo. Ática, 1977.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José. **Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras**. Introdução de Antônio Paim. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo, Duas Cidades, 1978 (Coleção História e Sociedade).
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: IMEP, 1960.
- VON HAGEN, Victor W. **A América do Sul os chamava; (exploração dos grandes naturalistas: La Condamine - Humboldt - Darwin - Spruce**. São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Visconde de Porto Seguro**. Varnhagem: história/organizador: Nilo Odália. São Paulo, Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais, nº 9).

O MARXISMO E A PARTICIPAÇÃO NO ESTADO CAPITALISTA

Lincoln Moraes

*(Professor da equipe de política do Departamento de
Ciências Sociais da UFRN)*

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 6, n. 1, p.159-182, jan/jun, 1993

O MARXISMO E A PARTICIPAÇÃO NO ESTADO CAPITALISTA

Lincoln Mendes

Professor na equipe de Políticas de Desenvolvimento do
CENAP (Centro Nacional de Estudos e Pesquisas em Políticas de Desenvolvimento)

Saiu na imprensa. A revista ISTO/É de 05/05/93 noticiou da seguinte maneira:

"Os comunistas italianos esperaram 46 anos para ter um gostinho do poder, na Itália, e acabaram saboreando-o esta semana, já na condição de ex-comunistas, por menos de 12 horas" (1:16).

Poder-se-ia perguntar do motivo da notícia, já que o líder do governo Itamar Franco na Câmara dos Deputados, Roberto Freire, é também um ex-comunista. Ao que parece, no caso da Itália não foi o fato de serem antigos comunistas que chamou a atenção da imprensa. Além disto, os 12 dias não chegaram a abalar o mundo. O que, então, levou ao registro da imprensa e mereceu um comentário irônico?

Na verdade, a revista aponta para algo bem mais importante, ou seja, a participação no Estado capitalista e mais precisamente no âmbito do chamado poder executivo. E aqui reside o x do problema.

Já desde o início da elaboração dos fundamentos da proposta comunista, com Marx e Engels, a participação dos militantes no executivo não era recomendada, como veremos. Assim, não podemos simplesmente remeter a questão para a III Internacional Comunista (I.C.) como faz Rolim⁽²⁾, mas à própria origem do que se chamou de marxismo clássico.

A não participação no executivo ou mesmo a atuação esporádica neste, vincula-se diretamente à inexistência de políticas governamentais dos marxistas no contexto do capitalismo. E isto tem constituído um dos principais problemas para a gestão da esquerda como temos visto com as prefeituras petistas no geral, uma vez que o marxismo, o anarquismo ou mesmo a social-democracia⁽³⁾ não chegaram a produzir propostas mais sistemáticas referentes ao exercício do executivo.

A análise desenvolvida nesse artigo tem o objetivo de mostrar **porque** o marxismo não criou políticas governamentais a serem aplicadas no capitalismo. Faz parte de um trabalho mais amplo sobre as prefeituras populares que estamos concluindo, com a ênfase maior nas administrações do PT.

1 - OS QUESTIONAMENTOS DE MARX E ENGELS

Algumas conquistas dos operários na chamada esfera política, em que pese as grandes limitações, contribuíram para gerar grandes impasses. Desta feita, os anarquistas no Congresso de Chaud-de-Fonds em 1870 rejeitaram

qualquer participação política nos governos e consideravam como socialistas não autênticos quem atuasse nesta direção como diz Przeworski⁽⁴⁾.

Para os anarquistas o confronto seria direto e sem o mínimo de mediação da política institucional, ou seja, das eleições, dos partidos, ou coisas do tipo. Portanto, conflitavam de frente com uma outra corrente do movimento operário liderada por Marx e Engels, que no caso propunham que os trabalhadores organizassem sua ação política e agissem como tal.

A liderança de Marx e Engels começou a aparecer especialmente após 1847, através da Liga dos Comunistas: escreveram o Manifesto Comunista, os estatutos da primeira Internacional Comunista (que durou de 1864 a 1876) e tiveram influência nos acontecimentos da Comuna de Paris em 1871.

As grandes divergências com os anarquistas foram personificadas nos conflitos com Bakunin. Já em 1868 ele requer a entrada na I.C. e entre 1869 e 1872 intensificam-se as discordâncias sobre as formas organizacionais, terminando com a expulsão do líder anarquista no Congresso de Haia em 1872, bem como de sua sociedade secreta que atuava dentro da Internacional.

Na realidade, e como já frisamos, as divergências não se restringiam às formas de organização. Enquanto Bakunin e seus liderados negavam-se a participar de outras maneiras da **política**, como partidos, eleições, etc., Marx e Engels insistiam na organização de entidades políticas e não negavam o exercício do sufrágio universal. Bakunin, por exemplo, afirmava que o Estado era o causador de todos os males, inclusive como criador da **política**⁽⁵⁾. Desta feita, a I.C., hegemonizada por Marx e Engels, já se declarava na Conferência de Londres em 1871 favorável à formação de partidos políticos e pela **tomada do poder** pelo proletariado.

Após 1873 a corrente anarquista, bem como outras divergentes do comunismo, perderam cada vez mais o apoio que tinha na I.C.⁽⁴⁾. E, como indica Haupt, a partir de 1871-1872 a I.C., de fato, passa a promover a formação de partidos políticos. Entre 1884 e 1892, completa-se na Europa a formação dos principais partidos socialistas⁽⁶⁾.

Uma vez formados os partidos, por conseguinte, os trabalhadores estavam em condições de participar mais diretamente, mesmo com restrições, da política institucional e disputarem eleições. Entretanto, subjacente a esta possibilidade existia um conjunto de questões, impasses, ambivalências e pouca sistematização teórica. Não bastava a derrota dos anarquistas e de outras correntes no movimento operário para se resolver da validade e da oportunidade de participar, bem como as respectivas maneiras de atuar. Como lembra Przeworski, havia uma espécie de ambivalência em Marx e nos socialistas de

uma maneira geral sobre o que esperar da competição eleitoral. Nas suas palavras:

"Se os socialistas usassem a instituição do voto - estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo - para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, não iria a burguesia reverter aos meios ilegais para defender seus interesses? Isso ocorreria na França em 1851, e parecia provável que acontecesse novamente" (4:21).

Além do receio citado, havia igualmente um certo consenso quanto à necessidade de ampliação dos denominados direitos políticos e da insuficiência de uma estratégia meramente centrada num caminho eleitoral. Faltava algo...

1.1. Teoria do Estado

Durante muito tempo predominou uma visão de que para Marx e Engels a estrutura econômica determinaria diretamente a superestrutura e nesta, estaria incluída a política. Não se colocava a necessidade de uma maior explicitação teórica sobre a política e o próprio Estado no campo do marxismo. Este seria, no caso o Estado, essencialmente repressivo e classista e o modelo a ser construído teria como parâmetro básico a Comuna de Paris de 1871. Qualquer dúvida sobre isto, o caminho mais curto para a solução do problema seria ler ou reler o Estado e a Revolução de Lênin, onde o tema estaria satisfatoriamente desenvolvido e aplicado a uma situação concreta. A participação no Estado capitalista, por sua vez, encontraria uma resposta definitiva no Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo do mesmo Lênin.

Não se questionava a existência ou não de uma teoria da política e do Estado em Marx e Engels. As inquietações e as discordâncias, assim, eram classificadas como ideologia burguesa, ou, no mínimo, reformista ou pequeno burguesa.

Contudo, não seria mais possível esconder os grandes problemas do denominado socialismo real. E foi principalmente a partir disto que no início da década de 1970 abriu-se um debate mais profundo e sistemático sobre o assunto. O texto de Bobbio publicado em 1975, baseado em parte num trabalho escrito de Umberto Cerroni e numa entrevista de Lucio Colletti, inaugurou a temporada de discussões mais abalizadas. Diz Bobbio no texto intitulado *Existe uma Doutrina Marxista do Estado?*⁽⁷⁾, que a atenção de Marx estaria mais concentrada na extinção do Estado devido ao seu caráter transitório, do que propriamente na explicação do mesmo. Para utilizar o raciocínio de Colletti

num texto de 1976⁽⁸⁾, a previsão de Marx sobre a extinção da política e do Estado tornaria desnecessário qualquer teoria a respeito.

Evidentemente, que uma teoria da política e do Estado supõe, no mínimo, a caracterização da especificidade do objeto e dos diferentes níveis, instâncias ou esferas, a descoberta de sua dinâmica interna e das relações com outros planos. Seguindo por este caminho, podemos afirmar, no âmbito e no interesse do artigo, que uma teoria propriamente dita em Marx e Engels não está explícita, o que não significa uma total inexistência de elementos teóricos sobre o assunto. Preferimos afirmar com Poulantzas, dentre outras contribuições suas, que existem em Marx princípios gerais de uma teoria do Estado e algumas indicações mais dirigidas particularmente ao Estado capitalista⁽⁹⁾.

Dito de outra forma, se não encontramos em Marx e Engels uma teoria sistemática sobre a política e o Estado, muito menos nos defrontaremos com uma proposta política acabada de participação no Estado capitalista. Atribuir a Marx uma concepção do Estado simplesmente como classista e repressor, e a Engels, no fim da vida, uma proposição de participação, não nos parece o modo mais correto de resolver a questão. Embora de forma sucinta, é mais ou menos esta a análise de Coutinho⁽¹⁰⁾. Optaremos, em traços gerais, no acompanhamento dos principais trabalhos de Marx e Engels sobre a participação, bem como destacaremos algumas circunstâncias importantes no tocante ao tema.

1.2. Sobre a Participação no Estado

Tomaremos como referências centrais os escritos de Marx e Engels mais ligados diretamente ao que se convencionou chamar de política, isto é, o poder, o Estado, partidos, etc. Além do mais, seguiremos, como regra, uma sequência temporal, que nos permitirá algumas comparações.

Iniciaremos com o **Manifesto do Partido Comunista**⁽¹¹⁾, escrito por Marx e Engels em fins de 1847 e início de 1848 e publicado neste último ano. O trabalho foi solicitado a ambos pela Liga dos Comunistas, que era uma organização secreta.

Sobre o Estado capitalista, vamos encontrar alguns destaques bastante claros, como: a) o governo burguês era um comitê para administrar os interesses comuns da burguesia, já que esta, com a grande indústria e o comércio mundial deixou de alinhar-se com qualquer fração dos nobres e passou a deter a soberania exclusiva do Estado moderno; b) junto com a centralização da produção, da população, etc., a burguesia também efetuou uma **centralização política** acabando com as províncias dispersas e os laços federativos, ou seja,

com esta classe passou a existir uma só nação e um governo; c) a escravidão do operário não se dava somente frente à classe burguesa mas também ao Estado, que o trata de forma **despótica**.

Diante de tal quadro, a proposta mais lógica de participação aparece colada a um processo revolucionário aberto. O proletariado, portanto, deveria estabelecer sua dominação derrubando **violentamente** a burguesia e constituindo-se em classe dominante: destruindo as relações de produção capitalistas, etc. A necessidade da **conquista do poder** e as transformações mais profundas, especialmente na economia, constituía o que Marx e Engels chamaram de **conquista da democracia**: o proletariado como classe dominante.

Também são referidas, embora rapidamente, a cultura burguesa como adestramento que transformaria as pessoas em espécie de máquinas, a lei como expressão da vontade de classes e a existência da educação burguesa nas escolas. Tanto é assim, que ao final de um conjunto de medidas transformadoras na economia, vemos a seguinte proposta: "*Educação pública e gratuita de todas as crianças....*" (11:37). Em outras palavras, e ao contrário do que virou moda, Marx e Engels também preocupavam-se e destacavam outros aspectos que não os meramente repressivos do Estado capitalista.

A esta altura, poder-se-ia perguntar: fora da revolução aberta e violenta, não haveria nenhum outro tipo de participação? Marx e Engels criticam no **Manifesto** os meios pacíficos e as tentativas de solução a partir de **pequenas escalas**, bem como **reformas administrativas do Estado** sem alterações significativas nas relações entre o capital e o trabalho. Não obstante, não descartavam alianças dos comunistas ou mesmo apoio a outros agrupamentos políticos desde que obedecessem às seguintes condições: a) explicitação das diferenças e contradições; b) atuação válida como fase de um processo; c) onde a burguesia ainda não detinha o poder, como na Alemanha. E mesmo nesta, a revolução seria **iminente**.

Finalmente, o capitalismo seria caracterizado como uma economia caótica e em constante crise devido às suas contradições.

A revolução prevista e desejada por Marx e Engels na Alemanha, realmente ocorreu, mas não como eles queriam. Logo depois era o próprio Marx quem criticava asperamente a burguesia por esta não ter conduzido o processo para mudanças mais profundas. Já na **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**, escrita em 1850⁽¹²⁾, Marx e Engels alertavam o proletariado para novamente não ir a reboque: antes fora dos liberais burgueses e agora corria o perigo de agir subordinado aos democratas pequenos burgueses. O papel de proletariado agora seria, em aliança com os democratas pequenos burgueses, derrubar a burguesia. Entretanto, a aliança deveria contemplar: a) inde-

pendência política do proletariado; b) impulsão para a frente das conquistas obtidas e radicalizar as propostas dos aliados num processo de **revolução permanente**. Daí a necessidade de armar-se, apressar a **revolução iminente** que impediria e substituiria a **via pacífica**. Além do mais, antes de conseguir-se o desejado Estado **centralizado** era importante, dentre outras coisas, a criação de **conselhos municipais revolucionários**.

Mas é com Marx, como ressaltamos, que o assunto merece maior atenção. Em 1852 ele escreveu um conjunto de artigos no jornal **The Tribune** de Nova York. Reunidos sob o título de **Revolução e Contra-Revolução**⁽¹³⁾, nestes artigos vamos encontrar uma série de novos elementos e outros já analisados por Marx. Sobre a **forma de governo**, por exemplo, afirma que a monarquia constitucional era a mais perfeita segundo Hegel. Além do mais, ele aponta problemas ligados à **descentralização** durante o processo revolucionário, ou seja, direta e/ou indiretamente encontramos novamente referências sobre a **centralização** do Estado capitalista.

Sobre o que hoje denominamos a **estrutura do Estado**, são apontados elementos importantes, como: a) o clero em todos os estados era essencial, isto é, era parte fundamental da organização burocrática do governo; b) o príncipe Metternich contava no seu governo absoluto com um **exército** e uma **burocracia** organizada; c) fala de **despotismo** feudal, burocrático e militar.

Chama bastante a atenção, como apontamos, as críticas à atitude da burguesia em não levar a revolução adiante. O rei da Prússia, para se ter uma idéia, chegou a dissolver a Assembléia Constituinte. Aliás, a Assembléia de Francfort não chegou a criar, como almejava Marx, um **executivo forte** durante a insurreição. O que houve, na verdade, é que na Alemanha e na Itália a burguesia vitoriosa pediu o apoio da nobreza feudal, da burocracia oficial e do exército contra o povo. E o parlamento? Sobre este, vale a pena uma longa citação de Marx sobre o que chamava de **cretinismo parlamentar**.

"Desde o princípio da Assembléia, viam-se atacados, em maior proporção do que nas restantes seções da Câmara, por essa enfermidade que poderá classificar-se de cretinismo parlamentar (Gr. de Marx) e que consistia numa espécie de delírio que acometia as suas vítimas, as quais acreditavam que todo o mundo, o seu passado e o seu futuro, se governavam por uma maioria de votos ditada por aquela Assembléia, onde eles tinham a honra de estar presentes, e tudo o que se passava fora das quatro paredes daquele recinto, guerras, revoluções,... que poderiam certamente influir nos destinos da Humanidade, tudo isso era muito pouco ou não significava nada ao lado dos importantes debates que prendiam a atenção daquela respeitável Assembléia". (13:137).

As observações de Marx sobre a burguesia e sua atitude para com a nobreza e o proletariado na Alemanha, encontram eco nas questões colocadas por Engels no prefácio escrito em 1874 para o livro **As Guerras Camponesas na Alemanha**⁽¹⁴⁾. Referindo-se à **Dieta prussiana**, por exemplo, afirma que a burguesia têm a maioria na mesma. Contudo, de fato não governa e **não tem poder sobre o Estado**. É verdade que Engels elogia a performance eleitoral dos operários alemães (voltaremos a este assunto depois), mas fica claro que igualmente a Marx tinha uma visão negativa do Estado e do executivo.

Após a rápida análise do **Manifesto** e da revolução alemã, é necessário examinar outros trabalhos e, inclusive, destacar as diferentes circunstâncias e períodos. Para tanto, tomaremos agora como parâmetros as seguintes fontes: **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850**, **A Guerra Civil na França e O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**, todos da autoria de Marx.

O primeiro⁽¹⁵⁾ foi escrito em 1850 sobre o processo político francês. E é a partir da análise do mesmo que Marx avança alguns pontos. A primeira coisa que merece destaque é a ênfase dada à aristocracia financeira e sua hegemonia no Estado: distribuindo **cargos**, ditando **leis**, regendo a administração. Diretamente ligado a isto, Marx destaca a **corrupção** e a **fraude** via déficit público. Nas câmaras, para se ter uma idéia, grande parte de seus ocupantes tinham negócios nas estradas de ferro.

Com o sufrágio universal proclamado em fevereiro de 1848, acabou-se o sistema censitário. No Governo Provisório instalado, os operários exigiram um **Ministério Especial para o Trabalho**, que oficialmente foi criado. A burguesia, porém, colocou-o em um prédio isolado, criou uma competição com outros ministérios, negou-lhe orçamento e, afinal, através da Assembléia Nacional, rejeitou o próprio Ministério. Em outras palavras, proclamada a república burguesa os operários foram excluídos de qualquer participação importante no executivo.

Esse acontecimento do Ministério e outros, é óbvio, levou Marx a ironizar a crença na **legalidade institucional** e a desconfiar da participação no executivo capitalista. Não é por acaso, portanto, que Marx ironiza o legalismo, a tentativa de **reformular** o Estado e o cumprimento das leis como advogava a pequena burguesia. Assim, ele rejeita, pelo menos no livro, as ilusões numa participação. Tanto é que considera os clubes operários proibidos em 1849 como a criação de um Estado operário contra o Estado burguês.

O livro **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**, escrito entre 1851 e 1852⁽¹⁶⁾, representa uma espécie de continuidade do trabalho anterior. Algumas conclusões, porém, vão ficando mais claras, como: a república burguesa apresenta um **despotismo** ilimitado sobre as demais classes, isto é, tem um

caráter **repressivo**; Luiz Bonaparte tinha amplos poderes e o **parlamento** era por demais **submisso**. Retoma também a crítica ao **cretinismo parlamentar** e acrescenta o que se convencionou denominar de bonapartismo, ou seja, uma maior autonomia do Estado e particularmente do seu executivo. Lembra da **centralização** e falta de autonomia das localidades e dos padres como parte da máquina do executivo, bem como dos **funcionários** parasitas e dependentes de Luiz Bonaparte.

No caso de **AGuerra Civil na França**⁽¹⁷⁾, Marx trata da Comuna de Paris e foi escrito em abril/maio de 1871. No entanto, falaremos logo depois do mesmo, já que teremos que examinar o período compreendido do começo da década de 1850 até o início da 1870 e anos seguintes da década. Para tanto, nos valeremos, fundamentalmente, das **Cartas a Kuguelmann** redigidas por Marx entre dezembro de 1862 e agosto de 1874. Nestas, fica claro que Marx dedicou grande parte do seu tempo a partir de 1855 à organização da I.C. e, sobretudo, na elaboração do seu livro **o Capital**⁽¹⁸⁾.

Nas cartas Marx refere-se à luta pelo **sufrágio universal** na Inglaterra, que teria um sentido bem diferente quando comparado à Prússia (23/02/65), tanto que havia sido criada a Sociedade Inglesa com este objetivo (15/01/66). Falando indiretamente sobre a **participação** no Estado, ele cita a juventude aristocrática russa que estudava nas universidades alemãs e em Paris e que abraçavam as idéias extremistas do ocidente. Mas, ao entrar no Estado, esta juventude transformava-se em simples velhacos (12/10/68). Denuncia também nas cartas a falta de liberdade na Alemanha e particularmente no parlamento, já que Bismark teria mandado prender Babel e Liebknecht por fazerem oposição a ele (14/02/71). Além do mais, critica, ao contrário do que se divulga atualmente, o que hoje chamamos de **aparelhos ideológicos**: os jornais ingleses ameaçando a liberdade (29/04/71); a criação de mitos pela imprensa diária e pelo telégrafo (27/07/71) e o luteranismo como parte do domínio da cultura alemã (17/02/70).

Não é muito difícil, por conseguinte, entender porque Marx insiste na revolução na Alemanha (6/4/66), aliás, destacado por Lênin no prefácio das cartas⁽¹⁸⁾; ressalta, já antes do fim do conflito na França, a importância do proletariado ter adquirido a experiência de ter **pegado em armas** (13/12/70), o que seria a garantia para o futuro; critica os operários franceses por não terem levado a guerra civil mais adiante (12/4/71) e, finalmente, indica a Kuguelmann trecho do seu livro **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte** (também lembrado por Lênin) onde já concluía sobre a necessidade de **esmagar** a máquina burocrática e militar do Estado, e não simplesmente passar a mesma para outras mãos (12/4/71).

Merecem também registro no referido intervalo de tempo, o **Manifesto de Lançamento da Associação dos Trabalhadores** escrito por Marx em outubro de 1864 e os **Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores** escrito também por ele em outubro do mesmo ano⁽¹⁹⁾. Em ambos, é feita a proposta do proletariado conseguir o **poder político** para emancipar-se. Contudo, não encontramos a indicação dos caminhos, mesmo porque a I.C. representava uma união bastante ampla de vários segmentos, o que dificultava a explicitação de vários pontos importantes como lembra Engels numa carta a Florence de 27 de janeiro de 1877⁽²⁰⁾.

É no livro **A Guerra Civil na França**, sobre a Comuna de Paris como já falamos⁽¹⁷⁾, que Marx deixa mais claro um conjunto de seus pontos de vista. Caracteriza o Estado capitalista como um **poder centralizado** e procedente da monarquia absoluta. Seus órgãos principais seriam o exército permanente, a burocracia, o clero e a magistratura. O parlamento, que surgiu depois, apesar das tentativas de acomodar as várias frações dominantes, terminou por ser subjugado pelo executivo repressivo devido às lutas operárias.

O modelo da comuna de Paris, experimentado pelos operários e que serviu de principal referência para a proposta de Marx, apresentava alguns elementos importantes, como: a) era composto por conselheiros municipais eleitos nos distritos da cidade pelo sufrágio universal; b) os membros da Comuna eram substituíveis a qualquer momento; c) não havia a separação oficial entre legislativo e executivo e era a corporação do trabalho que desempenhava, simultaneamente, ambas as tarefas; d) os magistrados e juizes, como os demais funcionários do Estado, eram eleitos, responsáveis e removíveis; e) o salário dos funcionários não podia exceder o de um operário; f) a autonomia local não se contrapunha ao poder estatal, pois este já não existia enquanto tal; g) fim do exército permanente e criação de milícia.

A contraposição do modelo, portanto, dirigia-se ao caráter repressivo, corrupto e centralizado do Estado capitalista, bem como à **produção anárquica** deste modo de produção. As cooperativas seriam válidas, por exemplo, se tivessem, dentre outras coisas, um **plano** comum regulando a produção nacional e organizando o processo produtivo como um todo.

Na **Crítica do Programa de Gota**, escrito em 1875 por Marx, ele critica duramente as concessões feitas aos lassalleanos e a crença no Estado capitalista. Afirma que a igualdade poderia ser dada por um direito desigual e não o contrário. O Estado é que deveria ser educado pelo povo e não este pela instituição classista. Finalmente, assevera que o socialismo resultaria da transformação social e não da ajuda estatal subvencionada⁽²¹⁾.

1.3. Participação, Parlamento e Via Pacífica

Vimos que o Estado capitalista, de uma maneira geral, era visto por Marx e Engels como centralizador, repressivo, soberania burguesa (independente da forma de governo), além, é claro, de corrupto e corruptor. Na sua estrutura e funcionamento, predominava o despotismo e o chamado poder executivo, especialmente com o exército permanente, a burocracia, o clero e a magistratura. As experiências em pequena escala, as reformas administrativas do Estado, as ilusões constitucionais, as subvenções do Estado, o fim do Ministério Especial para o Trabalho, o cretinismo parlamentar e outros aspectos, bem como uma vivência concreta nas lutas, foram o bastante para Marx e Engels não propuserem uma participação no Estado carregada de esperança na extinção do capitalismo. O modelo de Estado deles, como vimos, foi delineado a partir dos clubes operários de 1849 e da Comuna de Paris em 1871.

Se competia ao proletariado **tomar o poder** e esmagar a máquina estatal, a participação no capitalismo fica excluída, principalmente porque a revolução seria iminente e a produção do sistema apresentava um perfil nitidamente anárquico, ou seja, impossibilitava políticas econômicas que solucionassem as crises. A participação, assim, restringia-se, com as ressalvas de não serem generalizadas quanto às expectativas, ao legislativo. O executivo era inacessível e no modelo da Comuna era fundido com o legislativo. Além disto, no que toca ao acesso, a legislação eleitoral era restritiva na época. A atuação a nível municipal, por sua vez, era pouco levada em conta antes da derrota da Comuna, pois significava experiências isoladas e que se chocariam com o Estado centralizador.

A derrota do movimento operário em 1871 e o grande desenvolvimento capitalista europeu, em especial o alemão, esvaneceram, pelo menos em parte, as perspectivas de revoluções iminentes. E se não havia esta proximidade, era necessário rever as práticas até então existentes. Não é por acaso que Engels faz observações a respeito.

Mesmo considerando a burguesia inapta para o poder político, em contradição com o desenvolvimento capitalista, o que de resto era uma subestimação de Engels, ele acrescenta em 1874 pontos importantes sobre a participação⁽¹⁴⁾. Destaca a grande possibilidade do proletariado alemão colocar-se na vanguarda do movimento e elogia sua atuação nas eleições: a) graças ao sufrágio universal, os operários alemães elegeram representantes no legislativo, o que os diferenciaria dos operários ingleses e franceses; b) aponta a importância da propaganda eleitoral entre as **massas**, o crescimento dos votos socialistas e estimula o crescimento neste campo de atuação.

Em 1881, num artigo denominado **Dois Conselhos Municipais Exemplares**⁽²²⁾, Engels novamente apóia a participação a nível do legislativo. Diz que a ação dos operários franceses nos conselhos municipais era importante, inclusive, exemplifica com a solidariedade aos mineiros em greve. Adverte, porém, indiretamente, para os limites dos conselheiros em virtude do poder de veto dos prefeitos.

Essa postura de Engels, naturalmente, chocava-se, por exemplo, com os anarquistas. Seja criticando duramente os anarquistas por não quererem participar nas eleições, num texto de 1873 chamado **os Bakuninistas em Ação**⁽²³⁾, ou mesmo divergindo profundamente do conceito de autoridade dos mesmos. Dizia ele em **Sobre a Autoridade**⁽²⁴⁾ produzido em 1883, que o ato mais autoritário era exatamente a revolução, uma vez que se impunha a vontade pela força das armas.

A **Introdução** de Engels escrita em 1891 sobre a **A Guerra Civil na França** de Marx, basicamente sintetiza o livro e, mais uma vez, expõe o pensamento anarquista discordando do mesmo. O Estado para Engels, é visto fundamentalmente como *"uma máquina para a opressão de uma classe por outra tanto na República democrática como sob a monarquia;..."* (17:51).

Merece registro também a **Crítica do Programa de Erfurt**⁽²¹⁾, do mesmo ano de 1891. Além de Engels levantar a possibilidade da via pacífica ao socialismo (que veremos logo depois), ele aduz várias observações, como: a) a falta de poder do parlamento alemão; b) o socialismo, necessariamente, teria a forma de república democrática e não da monarquia, o que leva Engels a descartar qualquer participação do partido alemão cedendo ministros para o imperador; c) aceita a descentralização, desde que esta seja feita nos moldes da América e que as eleições dos funcionários fosse pelo sufrágio universal, isto é, resgata em parte a experiência da Comuna.

A atuação no parlamento, como ficou claro, era aceita por Marx e Engels. Tanto é assim, que os dois nunca discordaram da atividade do partido alemão e destacavam a postura, por exemplo, de Bebel e Liebknecht.

É com a **Introdução** de Engels em 1895 ao livro de Marx **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850**⁽¹⁵⁾, porém, que o debate toma grandes proporções e que repercute até hoje. Tanto o partido alemão (que mutilou o texto para apresentar Engels como um pacifista), como autores atuais apegaram-se à **Introdução** para defender a via pacífica. O que Engels afirma é que as condições tinham mudado: o grande desenvolvimento econômico, as transformações na tecnologia da guerra, o traçado das ruas, etc. Neste sentido, a época das simples barricadas tinha passado e era preciso levar em conta as eleições como uma nova forma de fazer política. O sufrágio universal possibilitava um

contato maior com as massas, bem como poderia aumentar o número de pessoas que apoiariam o socialismo. Assim, a maioria da população poderia participar do processo.

As barricadas, agora, tinham muito mais um papel complementar na revolução. Neste sentido, seria prejudicial a curto prazo o rompimento da legalidade, pois a própria burguesia provavelmente o faria. A participação nas eleições, entretanto, não descartava, pelo menos na Alemanha, a luta armada. Tanto que Engels afirma que o mais correto era manter *"incessantemente este crescimento, até que por si mesmo ele se torne: mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em combates de vanguarda essa 'força de choque' que se reforça cotidianamente, mas conservá-la intacta para o dia decisivo, eis nossa tarefa principal"* (15:108).

A mutilação do texto feita pelo partido alemão, com Bernstein evitando a publicação do mesmo na íntegra, apresenta Engels como um mero pacifista e cultor da legalidade como afirma Negt⁽²⁵⁾.

Na verdade, tanto Engels como Marx não eram defensores a qualquer custo da via pacífica ou da luta armada no processo revolucionário. O que os guiava era a situação concreta de cada país. Admitiam, como possível exceção, um processo pacífico. Tanto é assim, que Marx no seu discurso sobre o Congresso da I.C. em Haia, 1872, ressalta que na América, na Inglaterra e talvez na Holanda *"... os trabalhadores podem alcançar seus fins com meios pacíficos. Se isso é verdadeiro, contudo, devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente é a força que precisaremos apelar para instaurar o reino do trabalho"* (26:150). E para que a possibilidade da via pacífica fosse aberta seria imprescindível, como insiste Engels na *Crítica do Programa de Erfurt* escrito em 1891⁽²¹⁾ que: a) a representação popular concentrasse todo o poder; b) nas constituições deveria estar escrito que se poderia fazer tudo o que se quisesse e c) que houvesse a maioria da nação apoiando. E foi nesta direção que Engels excluiu a Alemanha da via pacífica e admitiu a possibilidade na América, França e Inglaterra.

Todavia, com ou sem exceção e independente do tipo de processo, o que é inegável é que tanto Engels como Marx não propunham a participação para o executivo numa sociedade capitalista e muito menos elaboraram algo a respeito. Já no legislativo, não só era permitido como incentivado, principalmente a partir da derrota da Comuna. A própria via pacífica, como frisamos, poderia ocorrer através do legislativo, mas não do executivo.

Poderíamos, finalmente, sintetizar o papel da participação no parlamento sem enfatizar nenhum período específico. Para Przeworski a atividade era aceita desde que: a) não fosse excluída a luta pelo chamado objetivo final; b)

fosse ligada à busca de melhorias imediatas para o proletariado; c) oferecesse proteção diante da repressão; e possibilitasse a aquisição de direitos políticos; e) servisse de agitação e propaganda entre a população e f) pudesse medir a consciência dos operários⁽⁴⁾.

2. A SEGUNDA INTERNACIONAL

A primeira Internacional, nascida em 1864 e extinta em 1876, foi marcada pela formação dos partidos políticos e pela atuação de Marx e Engels, na organização política do operariado. A segunda I.C., criada em 1889 e acabada por ocasião do apoio dos partidos às respectivas burguesias durante a Primeira Guerra Mundial (isto é, a maioria dos partidos europeus), foi palco de intensos debates. E direta e/ou indiretamente, um deles referiu-se à participação no Estado capitalista.

Para efeito de síntese, destacaremos dois exemplos bastante significativos, no caso as proposições de Bernstein e a atuação no governo da França de Millerand. No tocante a Bernstein, o centro do debate girava em torno de vários trabalhos seus e que foram reunidos em 1899 num livro intitulado **Socialismo Evolucionário**⁽²⁷⁾. Falava o autor que o marxismo estava ultrapassado nos pontos centrais e que precisaria ser revisto: daí a expressão revisionismo. Dizia claramente que o **poder político** poderia ser também conquistado pela via parlamentar e estabelecia uma ponte direta entre socialismo e democracia. Cita como avanços democráticos a legislação fabril, a democratização do governo local e a ampliação de sua respectiva atividade. Para ele, o partido deveria se ater, principalmente, às reformas do dia-a-dia e citava como exemplo a necessidade de democratização dos municípios.

Ao negar o caráter e a inevitabilidade da crise capitalista e defender o socialismo pela "via democrática", Bernstein suscitou pesadas críticas dentro do partido alemão. Além das de Kautsky, a mais conhecida e profunda é a de Rosa Luxemburgo, no caso **Reforma ou Revolução?**⁽²⁸⁾. Ela critica a "via parlamentar para o socialismo", a concepção de Estado, a omissão do militarismo, a proposta de democratização do Estado, etc.

Além de outras questões de fundo, a proposta da via pacífica de Bernstein expressava o pensamento de algumas lideranças da social-democracia alemã e internacional. E apesar de colocar a tônica no parlamento e não no executivo, suas observações abriam um grande espaço para a participação neste último.

O outro exemplo mais conhecido e relacionado diretamente com a participação no executivo do Estado capitalista, foi o chamado caso Millerand.

Como ressalta Moniz⁽²⁹⁾, o convite feito a Millerand por Waldeck-Rousseau em 1899 representou a primeira vez desde 1848 que um socialista participava do executivo. Aceitando o Ministério da Indústria e Comércio e sem consultar o partido, Millerand sofreu pesadas críticas. Rosa Luxemburgo, em apoio a Kautsky, por exemplo, levantou questões bastante importantes e atuais. Segundo ela⁽³⁰⁾, a participação no executivo somente reforçaria a política burguesa e afastaria o partido do socialismo. Argumentava que a ação no executivo tinha uma natureza unitária e centralizadora, não permitindo, ao contrário da participação no parlamento, uma oposição interna e livre da responsabilidade de uma política burguesa.

A não participação no executivo não exprimia um ponto de vista isolado de Rosa Luxemburgo. Não somente a ala esquerda (na época) do partido francês e o partido alemão não aceitaram, mas a própria I.C. discordou da atitude de Millerand, ou seja, fugia da política costumeira e oficial da entidade.

Com a Primeira Guerra Mundial, entretanto, grande parte dos partidos social-democratas passam a apoiar, como indicamos, as respectivas burguesias de seus países no conflito, como foi o exemplo do maior partido que era o alemão. Vários agrupamentos saíram da social-democracia e no fim da década de 1910 e início da seguinte criaram os partidos comunistas, vinculados diretamente à III I.C. criada sob a liderança de Lênin.

3. OS PARTIDOS COMUNISTAS NA ÉPOCA DE LÊNIN

A revolução soviética de 1917 e a criação da III I.C. consolidaram e expandiram a importância de Lênin, bem como de suas posições sobre a participação no executivo do Estado capitalista. Por isto, tomaremos como o parâmetro principal os seus trabalhos mais conhecidos sobre o assunto.

Tanto Lênin como Trotsky, não defendiam a já referida participação como ressalta Moniz⁽²⁹⁾. Para Lênin, inclusive, mesmo a atuação no parlamento estava em função da conjuntura política e da possibilidade de ligar-se às massas, tanto que chegou a pregar o boicote ao parlamento russo antes da revolução. Entretanto, num livro depois de 1917, no caso **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**⁽³¹⁾, ele afirma que o parlamento estava superado historicamente mas não politicamente. Assim, dever-se-ia participar do mesmo com uma postura revolucionária e utilizá-lo como uma tribuna a favor do proletariado. Para utilizar a linguagem atual, a atividade no parlamento tinha somente um papel tático.

O trabalho mais sistemático de Lênin sobre o Estado, isto é, **O Estado e a Revolução**⁽³²⁾, não aponta na direção da participação no capitalismo. Além de sua polêmica travada com o federalismo anarquista, encontramos a reafirmação do caráter classista do Estado e a Comuna de Paris (como em Marx) como modelo a ser seguido. No **Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática**⁽³³⁾, as formulações estão dirigidas para os caminhos para a **toma-da do Poder** e não sobre a atuação dentro do sistema capitalista. No seu debate com Kautsky, materializado no livro **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**, Lênin reafirma sua concepção de Estado e de democracia enquanto parâmetros de classes e trata do poder após a revolução.

Lênin, portanto, seguia a tradição do partido alemão antes do apoio à burguesia na Primeira Guerra Mundial. Trotsky, por sua vez, também não diferia da orientação. E mesmo levando em conta sua exclusão da III I.C., ele nunca defendeu a atuação dentro do Estado capitalista, ou seja, no seu executivo. Seu livro mais sistemático sobre o Estado que foi **Resultados e Perspectivas: as Forças Motrizes da Revolução**⁽³⁵⁾, não apresenta divergências essenciais sobre o assunto.

Até a morte de Lênin em 1924, por conseguinte, a atividade dos partidos comunistas filiados à III I.C. seguiam, direta e/ou indiretamente, as propostas do líder soviético.

4. A III I.C. SOB STALIN

É bem verdade que a Internacional aprovou no seu IV Congresso em 1922 a participação dos comunistas em governos de coalização com os socialistas de esquerda e outros agrupamentos, mas isto constituiu uma exceção dada a provisoriidade e a natureza do aliado. O que vai marcar mesmo a I.C. com Stalin até as Frentes Populares em 1935 é a não participação. Inclusive, a própria social-democracia foi vista em muitos momentos como uma ala do fascismo.

Com o avanço do fascismo, a partir de 1934, Stalin, durante o XVII Congresso do PCUS, fez referências ao mesmo. Entretanto, foi depois do informe de Dimitrov no VII Congresso Mundial da I.C. (Comintern), em 1935, que a proposta de participação num contexto capitalista é colocada. O Governo de Frente Única, como denominava Dimitrov, objetivava, fundamentalmente, lutar contra o fascismo e a reação. Além do mais, ele ocorria num momento de crise política e num período de transição que poderia desembocar numa revolução proletária.

Para Dimitrov, esse governo obedecia às seguintes premissas: a) desorganização do aparelho estatal burguês que possibilite a formação de tal governo contra o fascismo; b) mobilização de *massas*, em particular os sindicatos, mas sem a necessária disposição para uma insurreição; c) diferenciação e radicalização nas fileiras da social-democracia e em outros partidos, de modo que houvesse uma luta conjunta com os comunistas no estabelecimento de medidas mais duras contra o fascismo⁽³⁶⁾.

Como a referência para a formação de governos de Frente Única ou Frentes Populares era a luta contra o fascismo, após a derrota deste na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), os comunistas passaram a fazer parte de vários governos. Golebiowski, por exemplo, refere-se a nove governos entre 1944 e 1947⁽³⁷⁾, seja através de acordos ou coligações propriamente ditas: França, Itália, Finlândia, Noruega, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo e Irlanda.

Essa participação dos PCs em vários governos tinha algumas características mais ou menos comuns, que eram as seguintes: a) as alianças deram-se basicamente, com os social-democratas ou partidos semelhantes; b) os social-democratas e outros partidos que nos referimos, propugnavam na época (mesmo que de forma genérica e sem maiores sistematizações), dentre outras coisas, a nacionalização dos monopólios privados; c) a participação, como regra, durou pouco tempo; d) do ponto de vista mais geral, havia uma linha política relacionando a participação à reconstrução dos países depois da guerra (Togliatti, para se ter uma idéia, falava em abril de 1944 de união nacional).

No tocante à durabilidade da participação, o que determinou o tempo não foi a negativa dos PCs, mas sim dos outros partidos. Já em 1947, o primeiro ministro francês Ramadier expulsava os ministros comunistas devido ao não apoio destes à política colonial, bem como em função de divergências no âmbito das políticas de preço e salário. Na Itália, De Gasperi colocou para fora de seu gabinete os ministros comunistas e socialistas em troca de empréstimos americanos. Na Bélgica e Finlândia, também os comunistas foram afastados do governo.

A exclusão dos comunistas não derivou propriamente da radicalização de suas posições, mas fundamentalmente, como mostra Golebiowski⁽³⁷⁾, pelo clima político relacionado ao início da guerra fria e pela direitização dos outros partidos. A pressão da burguesia americana, por exemplo, exerceu um papel muito importante. E a polarização das posições americanas e soviéticas, radicalizou a não participação dos PCs.

5. PÓS STALIN E A COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Dois acontecimentos contribuíram significativamente para mudanças que favoreceram uma nova fase do processo de participação. De um lado o final da guerra fria, e de outro a morte de Stalin: ambos no início da década de 1950. Em relação aos PCs, a doutrina da coexistência pacífica com o capitalismo a partir do XX Congresso do PCUS em 1956, oficializou, de certa forma, a proposta de participação. Entra aqui, é óbvio, a idéia de **revolução pacífica**. Não é por acaso que em 1967 os comunistas europeus chamavam à unidade com a social-democracia e Brejnev, em 1969, propunha a aproximação.

Do ponto de vista dos outros partidos, a abertura mais expressiva surgiu com o PS do Japão e o PSD da Finlândia no XXI Congresso da Internacional Socialista em 1969. Em 1971, o **Bureau** da I.S. convocou uma conferência e mostrou-se aberto ao diálogo e em 1972, este mesmo órgão oficializa o processo de reaproximação. O XXII Congresso de Viena, em 1972, acelerou o processo, inclusive com várias declarações favoráveis como as de François Mitterand.

O governo de coalização dos comunistas e social-democratas de 1966 a 1970, na Finlândia, portanto, apenas expressou uma mudança mais geral, bem como os exemplos na França, Itália e outros países. A reaproximação, entretanto, se de um lado abriu a participação, por outro, não chegou a um grau de generalização muito grande até hoje. Daí, a revista ISTO É ter registrado o fato na Itália como indicamos no início.

6. TROTSKY, GRAMSCI E A VIENA VERMELHA

Até agora, como o leitor e a leitora devem ter observado, tratamos a participação dos comunistas tomando como referência o bolchevismo e o estalinismo, ou seja, a linha oficial da III I.C. e dos PCs. Outras propostas, análises e experiências devem, por rápidas que sejam, ser referidas e ressaltadas.

No tocante à Trotsky, mesmo expulso da União Soviética e da III I.C., ele não deixa de interessar-se sobre o assunto. A título de exemplo, em 1938 ele escreveu um trabalho chamado de *A Indústria Nacionalizada e a Gestão Operária* ⁽³⁸⁾ onde compara a participação dos operários na indústria nacionalizada e nas prefeituras, no caso uma instância do Estado capitalista. Para Trotsky, dever-se-ia ter uma atenção especial para evitar a cooptação. E mesmo não se colocando contra a participação, destaca os limites nas prefeituras, isto é, a continuidade da dominação burguesa e a permanência da propriedade privada.

No que toca a Gramsci, a sua discordância da estratégia estalinista, dentre outras coisas no tipo de combate dado ao fascismo, não foi divulgada devido ao seu isolamento no partido como afirma Macciocchi⁽³⁹⁾. Entretanto, suas proposições sobre guerra de posição e guerra de movimento, assim como sua contribuição ao ampliar o conceito de hegemonia, apontam claramente para a necessidade de se repensar a prática dos marxistas dentro da sociedade capitalista. Podemos afirmar, mesmo que hipoteticamente, que isto, direta e/ou indiretamente, abria espaço para se rever a participação, especialmente via sociedade civil. Tanto é verdade, que mesmo levando em conta as controvertidas e polêmicas interpretações do legado gramsciano, que Togliatti, como aponta Spriano⁽⁴⁰⁾, passa a criar uma política para atuar já dentro da institucionalidade capitalista: "partido novo", "democracia progressiva" e outras expressões indicam um outro tipo de política relativa ao tema da participação.

A experiência austríaca, por sua vez, tem como ponto alto o exemplo da prefeitura de Viena, no caso a chamada **Viena vermelha**. Tentando-se colocar a meio caminho entre a social-democracia depois da Primeira Guerra e o bolchevismo, o denominado austromarxismo justificou a ocupação de cargos no Executivo como foi, dentre outros, o caso de Otto Bauer como Secretário de Estado das Relações Exteriores.

A abertura para a participação na Áustria, aliás, não surgiu simplesmente com a república, pois, como comenta Schumpeter⁽⁴¹⁾, o partido já desde o início era mais flexível a este respeito.

A experiência mais marcante do austromarxismo, entretanto, aparece com a **Viena vermelha**, que, de certa forma, caracteriza uma espécie de segundo momento. É neste que o partido centra mais sua atenção e dispende mais energias. Assim, na prefeitura vão aparecer um conjunto de políticas como a fiscal, previdência social, construção civil popular, instrução pública, saúde, etc.⁽⁴²⁾.

Evidentemente que as classes dominantes não ficaram assistindo passivamente a experiência de Viena. Já a partir de 1927 passaram a utilizar forças paramilitares contra o "poder" operário e em 1933 dissolvem o parlamento. A insurreição de 1934, visando defender as conquistas terminou em fracasso, apesar dos sonhos dos austromarxistas em construir pela via institucional o socialismo, ou, no limite, fazer "uso defensivo da violência"⁽⁴³⁾.

As ilusões constitucionistas, a indefinição estratégica, as pressões e repressão burguesa, terminaram por sufocar a **Viena vermelha**, além da falta de apoio na área rural e de setores urbanos⁽¹⁰⁾.

De qualquer forma, a experiência de Viena merece um estudo à parte, assim como a gestão do antigo PC italiano no caso de Bolonha, por exemplo. Com Viena, vemos como a burguesia vai sufocando uma experiência popular, seja via repressão direta ou através de mecanismos advindos do poder central: redução das contribuições federais, etc.. Finalmente, é preciso lembrar a conjuntura específica e o grande peso do partido austríaco.

Como nos referimos antes, a indefinição ou definição estratégica com grande ênfase na institucionalidade, veio trazer suas consequências no final. De qualquer forma, porém, serão as análises de situações concretas como a Viena, que vão mostrando as ligações com a concepção de Estado e de participação. No tocante ao Brasil, por seu lado, e particularmente as prefeituras petistas, vamos encontrar sinais bastante claros da inexistência de uma política nacional. E isto, como tentamos mostrar, deriva em última instância da herança do marxismo clássico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) PDS, o breve. São Paulo, Editora Três, ISTO É, nº 1231, 5/5/93.
- (2) ROLIM, Marcos. Política municipal e luta revolucionária. São Paulo, Brasil Debates, Teoria e Política nº 9, 1988.
- (3) Dentre outros, ver WEISSEL, Erwin - A internacional socialista e o debate sobre a socialização. In: HOBBSAWM, E. J. coord. História do marxismo V, o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro/o austromarxismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- (4) PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- (5) BAKUNIN, Michail. O princípio do Estado: três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier. Brasília, Novos Tempos Editora, 1989.
- (6) HAUPT, Georges. Marx e o marxismo. In: HOBBSAWM, E. J. coord. História do marxismo 1, o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- (7) BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: BOBBIO e outros. O marxismo e o Estado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979. (Biblioteca de ciências sociais; v.8).
- (8) COLLETTI, Lúcio. Ultrapassando o marxismo. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1983.
- (9) POULANTZAS, Nicos. O Estado e a transição ao socialismo. São Paulo, Brasil Debates, Teoria e Política nº 4, 1982. (Entrevista a H. Weber).
- (10) COUTINHO, Carlos Nelson. Dualidade de poderes. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- (11) MARX, Karl e ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: Marx/Engels. Obras Escolhidas, v.1. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- (12) MARX, Karl e ENGELS, F. Mensagem do comitê central à Liga dos Comunistas. In: Marx/Engels. Obras Escolhidas, v.1. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- (13) MARX, Karl. Revolução e contra-revolução. Águeda/Portugal, Venda Nova-Amadora, 1971. (Coleção 70).
- (14) ENGELS, F. As guerras camponesas na Alemanha. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.

- (15) MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: Marx/Engels. Obras Escolhidas, v.1. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- (16) MARX, Karl. O dezoito brumário de Luiz Bonaparte. In: Marx/Engels. Obras Escolhidas, v.1. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- (17) MARX, Karl. A guerra civil na França. In: Marx/Engels. Obras Escolhidas, v.2. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- (18) MARX, Karl. O 18 brumário e cartas a Kuguelmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. (Série RUMOS DA CULTURA MODERNA, v.19).
- (19) Ambos os textos estão no v.1. de Marx/Engels Obras Escolhidas. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- (20) Ver a coleção de cartas in MARX, Karl e ENGELS, F. A comuna de Paris. Belo Horizonte, Aldeia Global Livraria e Editora, 1979. (Coleção Fundamentos).
- (21) MARX, Karl, ENGELS, F. e LENINE, V. Crítica do programa de Gotha, crítica do programa de Erfurt, marxismo e revisionismo. Porto, Portucalense Editora, 1971.
- (22) ENGELS, F. Dois conselhos municipais exemplares. O Trabalho. Socialistas no Governo. São Paulo, mar. de 1989, ano 12, caderno 7.
- (23) ENGELS, F. Os bakuninistas em ação; o levantamento em Espanha no verão de 1873. Porto, Portucalense editora, 1972.
- (24) Ver o volume 2 de Obras Escolhidas de Marx e Engels, op. cit.
- (25) NEGΤ, Oskar. O marxismo e a teoria da revolução no último Engels. In: HOBSBAWM, E. J. coord. História do Marxismo 2, o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 (Primeira Parte).
- (26) Transcrito por Negt, op. cit.
- (27) BERNSTEIN, Eduard. Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural, Política).
- (28) LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução?. Lisboa, Editorial Presença, 1975.
- (29) MONIZ, Edmundo. A originalidade das revoluções: uma visão abrangente do socialismo no século XX. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- (30) LUXEMBURGO, Rosa. Reforma, revisionismo e oportunismo. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970.

- (31) LENIN, V. I. La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo. Obras Escogidas, v.3. Moscú, Editorial Progreso, 1979.
- (32) LENIN, V. I. El estado y la revolucion. Obras Escogidas, v.2. Moscú, Editorial Progreso, 1978.
- (33) LENIN, V. I. Dos taticas de la socialdemocracia en la revolucion democratica. Obras Escogidas, v.1. Moscú, Editorial Progreso, 1979.
- (34) LENIN, V. I. La revolucion proletaria y el renegado Kautsky. Obras Escogidas, v.3. Moscú, Editorial Progreso, 1979.
- (35) TROTSKY, Leon. Resultados y perspectivas: las fuerzas motrices de la revolucion. Buenos Aires, Ediciones CEPE, s/d.
- (36) DIMITROV, G. A unidade operária contra o fascismo. Belo Horizonte, Aldeia Global Livraria Editora, 1978. (Coleção Fundamentos-História).
- (37) GOLEBIEWSKI, Janusz W. Ideologia e tática da social-democracia contemporânea. Lisboa, Editorial Estampa, 1977. (Coleção Teoria nº 40).
- (38) TROTSKY, Leon. A indústria nacionalizada e a gestão operária. O Trabalho. Socialistas no Governo. São Paulo, mar. de 1989, ano 12, caderno 7.
- (39) MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. A favor de Gramsci. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980.
- (40) SPRIANO, Paolo. Marxismo e historicismo em Togliatti. In: HOBBSBAWN, E. J. coord. História do marxismo X, o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- (41) SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984. (BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Economia).
- (42) MARRAMAO, Giacomo. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSBAWN, E. J. coord. História do marxismo V, o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro/o austromarxismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. Ver também do mesmo autor: O político e as transformações; crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta. Belo Horizonte, Oficina de livros, 1990.
- (43) MEHRAN, Perez. Social-democracia e austromarxismo. In: HOBBSBAWN, E. J. coord. História do marxismo V, o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro/o austromarxismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN

V.6, n.1 - 1993

CONSELHO EDITORIAL

José Lacerda Alves Felipe
Eduardo de Assis Duarte
Vicente Vitoriano M. Carvalho
Vânia Vasconcelos Gico
Socorro Trindad

Reg: 23

nº1 /v.